



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – PIMES
Mestrado em Comércio Exterior e Relações Internacionais

ANÁLISE DA CADEIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES DO
ESTADO DE PERNAMBUCO E OS IMPACTOS NELA
DECORRENTES DO FIM DO ACORDO SOBRE TÊXTEIS
E VESTUÁRIO – ATV

CARLOS AUGUSTO C LUCENA ARAÚJO

Recife, maio de 2006.

**ANÁLISE DA CADEIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES DO
ESTADO DE PERNAMBUCO E OS IMPACTOS NELA
DECORRENTES DO FIM DO ACORDO SOBRE TÊXTEIS
E VESTUÁRIO – ATV**

CARLOS AUGUSTO C LUCENA ARAÚJO

Dissertação apresentada ao curso de
Mestrado em Economia da Universidade
Federal de Pernambuco – UFPE, como
requisito à obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Barrantes
Hidalgo

Recife, maio de 2006.

Araújo, Carlos Augusto Cavalcante de Lucena

Análise da cadeia têxtil e de confecções do estado de Pernambuco e os impactos nela decorrentes do fim do acordo sobre têxteis e vestuário – ATV / Carlos Augusto Cavalcante de Lucena Araújo. – Recife : O Autor, 2006.

145 folhas : fig., tab. e gráficos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Economia, 2006.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Roupas - Confecções. 2. Vestuário. 3. Concorrência. 4. Industria têxtil. I. Título.

382

CDU (1997)

UFPE

382

CDD (22.ed.)

CSA2006-026

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PIMES/PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA DE

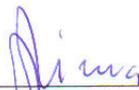
CARLOS AUGUSTO CAVALCANTE LUCENA ARAÚJO

A Comissão Examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o Candidato Carlos Augusto Cavalcante Lucena Araújo **APROVADO**.

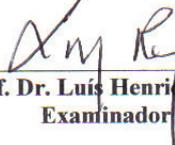
Recife, 31/07/2006.



Prof. Dr. Álvaro Barrantes Hidalgo
Orientador



Prof. Dr. João Policarpo Rodrigues Lima
Examinador Interno



Prof. Dr. Luís Henrique Romani de Campos
Examinador Externo/UFPB

Deus. Somente Ele remove montanhas.

AGRADECIMENTOS

Escrever demanda inspiração, tempo.

Escrever demanda estudo, conhecimento. Que demandam tempo.

Estudar demanda dedicação. Obstinação. Tempo.

Luciana, que soube entender que “tudo tem seu tempo”.

Meus pais, Aluisio e Euná, que sempre estiveram presentes e que foram a base para meus projetos de vida.

Aos amigos e parceiros de trabalho, pela paciência e compreensão.

Aqueles que contribuíram de forma direta e decisiva nos resultados deste trabalho, dentre eles Fredi Maia, Laudemiro, Maria José, Wellington, Zé Augusto, Marcilon, Bruno, José William, Eduardo, além dos inúmeros entrevistados que cordial e atenciosamente cederam seu tempo para fornecer os subsídios a pesquisa realizada.

Ao Professor Álvaro, pelo profissionalismo e atenção.

A DEUS, por abençoar diariamente nossos passos. Somente Ele remove montanhas.

RESUMO

O setor de confecções e vestuário é de bastante relevância dentro da economia do estado de Pernambuco. Somente no *Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano*, que compreende as empresas instaladas nos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, estima-se mais de 12000 unidades produtivas (apenas 8 % das mesmas são consideradas formais), gerando diretamente 76000 empregos diretos (SEBRAE/2003).

O estudo dos impactos provocados neste APL diante do cenário de ausência de quotas no comércio internacional gerado pelo fim do ATV – Acordo sobre Têxteis e Vestuário, ocorrido a partir de 01/01/2005, é o objetivo deste trabalho que aqui se apresenta, especialmente no que se refere a concorrência com os grandes *players* internacionais, como China e Índia.

Embora os impactos diretos provocados pelo aumento das importações provenientes da China em 2005 e 2006 no setor de confecções em Pernambuco pouco tenha sido percebido pelos empresários, é fato que estas importações aumentaram de forma significativa, embora sob uma base ainda modesta. Projetos estruturantes de toda a cadeia precisam ser viabilizados sob pena de uma perda de participação da indústria local frente a estrangeira.

Palavras-chave: Roupas, confecções, vestuário, concorrência, indústria têxtil.

ABSTRACT

The made up articles and garment segment is very important in Pernambuco's state economy. Analyzing only the *Pólo de confecções do Agreste Pernambucano* in Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe and Toritama, where the plants are set, it is estimated that over 12,000 factories (only 8% of them are considered **formal** factories) , creates approximately 76,000 (seventy six thousand) direct jobs (SEBRAE/2003).

Studying the impacts concerning to this **cluster** facing this new scenario of absence of quotas in international trade, caused by the end of ATC – *Agreement on Textiles and Clothing*, since 01/01/2005, is the aim of this beginning work , especially analyzing the effects of the competition with the major global *players* in this segment such as China and India.

Although direct impacts generated by the increase of imports from China in 2005 and 2006 in garment segment in Pernambuco, it has not been noticed by local businessmen. It's a fact that these imports have increased hugely, in despite of a small base. Structural projects in textiles and clothing segment, like **Citene** project, must be done. This is the way to improve the competitiveness of local factories against the importing of these products.

Key-words: *garment, made-up articles, clothing, competition.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Componentes de um APL.....	41
Figura 2	Processo produtivo na cadeira têxtil/confecções.....	52
Figura 3	Pernambuco – concentração de empresas de confecções.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO DO ATV.....	28
Tabela 2	Tipologia consagrada de Cluster/APL.....	35
Tabela 3	Exportações mundiais de confecções (em US\$ bilhões) - maiores exportadores.....	53
Tabela 4	Origem das importações de confecções – EUA – em US\$ milhões.....	54
Tabela 5	Custos de mão-de-obra – países produtores de confecções.....	55
Tabela 6	Empregos na CTC – países produtores de confecções.....	56
Tabela 7	<i>Tarifas médias de importação dos países (conjunto de produtos selecionados - vide nota) - ano base 2003.....</i>	57
Tabela 8	Importações americanas de confecções - jan/nov 2005 (em US\$ milhões) - maiores exportadores.....	64
Tabela 9	Importações europeias de confecções – jan/set 2005 (em US\$ milhões) - maiores exportadores.....	65
Tabela 10	Custos de frete de importações de confecções para os EUA.....	66
Tabela 11	Fatores macroeconômicos condicionantes de competitividade.....	73
Tabela 12	Brasil - setor de Confecções - 1990 a 2004.....	76
Tabela 13	Brasil – Totais por segmento da CTC - base 2004.....	81
Tabela 14	Brasil - Distribuição das empresas de confecção por porte.....	82
Tabela 15	CTC no Brasil em números – Ano base 2004.....	83
Tabela 16	Brasil - Empregos e indústrias por região – Vestuário.....	85
Tabela 17	Exportações e importações Brasil - Vestuário e seus acessórios.....	91
Tabela 18	ACORDO BRASIL/ESTADOS UNIDOS - NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DAS QUOTAS - 1998 a 2004.....	92
Tabela 19	Importações brasileiras de segmentos específicos – CTC – em US\$ milhões.....	93
Tabela 20	Importações brasileiras de segmentos específicos – CTC – em toneladas	93
Tabela 21	Importações de têxteis e confecções provenientes da China – período de jan/abril de 2004/2005.....	96
Tabela 22	Categorias cobertas pelo Acordo Brasil - China para têxteis.....	97
Tabela 23	Nordeste - Empregos formais no setor de confecções.....	102
Tabela 24	Pernambuco - Nº de empresas por porte (CNAE 18).....	103
Tabela 25	Nordeste – Empresas no setor de confecções.....	104
Tabela 26	Brasil - PIB por unidade da federação – em milhões de Reais.....	106
Tabela 27	Evolução da POPULAÇÃO RESIDENTE – Brasil/NE/PE/Pólo.....	108
Tabela 28	Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – Brasil/PE/Pólo.....	108
Tabela 29	COMPARATIVO IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES Jan/jun 2004, 2005 e 2006 – ESTADOS SELECIONADOS	116
Tabela 30	COMÉRCIO EXTERIOR - EXPORTAÇÕES - EM US\$ mil – Estados do Nordeste selecionados.....	119
Tabela 31	COMÉRCIO EXTERIOR – IMPORTAÇÕES - EM US\$ mil – Estados do Nordeste selecionados.....	119

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Impactos do ATV – modelo GTAP.....	60
Gráfico 2	Origem das importações suecas de vestuário, 1985-2002.....	61
Gráfico 3	Importações de máquinas – Setor têxtil / Confecções.....	76
Gráfico 4	Brasil – Evolução nº fábricas por porte.....	82
Gráfico 5	Comparativo distribuição formal de empregos - 1990/2004.....	86
Gráfico 6	Concentração de empresas do vestuário por região - base 2004.....	86
Gráfico 7	Evolução importação brasileira - produtos selecionados - em US\$ milhões.....	94
Gráfico 8	Evolução importação brasileira - produtos selecionados - em Toneladas..	94
Gráfico 9	Participação da China nas importações totais do Brasil (%).....	95
Gráfico 10	Participação da China nas import. de confecções do Brasil (%).....	95
Gráfico 11	Brasil – importações de produtos sujeitos a cotas – base 2006.....	98
Gráfico 12	Pernambuco – Empresas por porte.....	103
Gráfico 13	Exportações de confecções – BRASIL.....	115
Gráfico 14	Evolução das exportações - estados selecionados.....	115
Gráfico 15	Composição da amostra – empresas de confecções em Pernambuco.....	127
Gráfico 16	Composição da amostra – nº de funcionários das empresas de confecções.....	127
Gráfico 17	Composição da amostra – competitividade.....	128
Gráfico 18	Composição da amostra – pontos de venda.....	129
Gráfico 19	Utilização da informática.....	130
Gráfico 20	Ações para aumento da competitividade.....	131
Gráfico 21	Ações de identificação de APL.....	132
Gráfico 22	Média aritmética – Notas de 0 a 10.....	133
Gráfico 23	Percentual de notas acima de 7 (sete).....	133
Gráfico 24	Aumentou a concorrência aos produtos produzidos localmente em 2005 em relação aos importados ?.....	134
Gráfico 25	Em 2005 o sr adquiriu matéria-prima importada em maior quantidade que em anos anteriores ?.....	135
Gráfico 26	Número de funcionários em 2005 em relação a anos anteriores.....	135
Gráfico 27	Faturamento em 2005 em relação a anos anteriores.....	135
Gráfico 28	Evolução do preço médio dos produtos.....	135
Gráfico 29	Diversidade dos produtos.....	135
Gráfico 30	Evolução da qualidade dos produtos.....	136

LISTA DE ABREVIATURAS

CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
OMC	Organização Mundial do Comércio
UE	União Européia
APL	Arranjo Produtivo Local
ITCB	<i>International textiles and clothing bureau</i>
CTC	Cadeia Têxtil e de Confecções
ATV/ATC	Acordo sobre Têxteis e Vestuário / <i>Agreement on textiles and Clothing</i>
ABIT	Associação Brasileira da Indústria Têxtil e do Vestuário
PEA	População Economicamente Ativa
GATT	<i>General Agreement on Trade and Tariffs</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>
STA	<i>Short Term Arrangement</i>
MFA	Acordo Multifibras / <i>Multi fibres Agreement</i>
PME	Pequenas e médias empresas
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
ASCAT	Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe
ASCIT	Associação Comercial e Industrial de Toritama
ACIC	Associação Comercial e Industrial de Caruaru
ABRAVEST	Associação Brasileira das empresas do vestuário
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
MDIC	Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio
APEX	Agência de Promoção de Exportações e Investimentos
OECD	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
RMR	Região Metropolitana do Recife
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza

SUMÁRIO

1	Introdução	15
1.1	Objetivos.....	16
1.1.1	Objetivo geral.....	16
1.1.2	Objetivos específicos.....	17
2	Modelo teórico e metodologia de pesquisa	18
2.1	Acordo sobre Têxteis e Vestuário – ATV.....	18
2.1.1	Do GATT 1947 à OMC – 1995.....	19
2.1.2	O Acordo Multi-fibras – MFA (<i>multi fibres Agreement</i>) – 1974.....	23
2.1.3	A Rodada do Uruguai e o ATV.....	24
2.1.4	1º de janeiro de 2005: <i>deadline</i> para o ATC – Cenário atual.....	30
2.2	Arranjos Produtivos Locais – APL’s.....	31
2.2.1	<i>Clusters</i> ou Arranjos Produtivos Locais : algumas definições.....	32
2.2.2	Como e por que apoiar os Arranjos Produtivos Locais.....	35
2.2.3	APL’s e competitividade.....	39
2.2.4	Principais atores e papéis dentro de um APL.....	40
2.2.5	O papel do associativismo e da confiança no desenvolvimento econômico.....	42
2.2.6	Metodologia para identificação de Arranjos Produtivos Locais.....	44
3	A indústria têxtil e de confecções no mundo	47
3.1	A indústria têxtil e de confecções no mundo – uma história.....	48
3.2	A indústria de manufaturados têxteis.....	50
3.3	A indústria de confecções no mundo.....	52
3.4	Confecções X barreiras comerciais e preferências tarifárias.....	57
3.5	Confecções dentro do MFA e do ATC – Previsões para um cenário de ausência de quotas.....	60
3.6	Confecções no mundo pós-ATC.....	62
3.7	Principais <i>players</i> , <i>gainers</i> e <i>losers</i>	65
4	A competitividade da Cadeia Têxtil e de Confecções	68
4.1	Competitividade: Conceitos teóricos condicionantes.....	69
4.2	Competitividade: Aspectos relacionados à infra-estrutura.....	71
4.3	Competitividade: Aspectos macro e microeconômicos.....	72
4.4	Competitividade: Aspectos tecnológicos	75
4.5	Competitividade: Outros aspectos.....	77
5	A indústria de Confecções no Brasil	80
5.1	Caracterização do setor no Brasil.....	81
5.2	Utilização de matérias-primas.....	83
5.3	Migração: Distribuição espacial do setor de confecções no Brasil.....	84
5.4	A indústria de confecções no Nordeste.....	87
5.5	<i>Confecções no Brasil X Barreiras comerciais e preferências tarifárias</i>	91
5.6	Impactos pós-ATV no Brasil.....	91
5.7	Acordo bilateral de limitação das importações chinesas.....	94
5.8	Competitividade do setor: diferenciar para sobreviver.....	98
6	A indústria de Confecções em Pernambuco	101
6.1	A indústria de confecções em Pernambuco.....	102
6.1.1	A indústria de Confecções no Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco.....	105

6.1.1.1	Toritama.....	108
6.1.1.2	Santa Cruz do Capibaribe.....	110
6.1.1.3	Caruaru.....	112
6.1.1.4	Surubim.....	113
6.1.2	Região Metropolitana do Recife.....	113
6.2	Confecções em Pernambuco e o comércio internacional.....	114
6.3	Principais atores no Pólo do Agreste.....	120
6.4	Competitividade – Ações em andamento.....	121
7	Resultados da pesquisa.....	124
7.1	Preparação da pesquisa.....	124
7.2	Composição do questionário.....	126
7.3	Resultados obtidos.....	127
7.3.1	Perfil da amostra.....	127
7.3.2	Nível de competitividade.....	128
7.3.3	Identificação de Arranjos Produtivos.....	131
7.3.4	Identificando aumento da concorrência externa.....	134
7.4	Limitações da pesquisa realizada.....	136
8	Conclusões e sugestões.....	138
9	Bibliografia.....	140
10	Anexos.....	144
10.1	Modelo mala-direta.....	144
10.2	Formulário de pesquisa.....	145

1 Introdução

O setor têxtil, incluindo confecções e vestuário, possui grande relevância dentro da economia internacional, nacional e regional, sendo forte gerador de empregos.

Tradicionalmente, o setor têxtil auxiliou no processo de industrialização de inúmeros países. Sachs (2005, pág 37) mostra que investir no setor de confecções é hoje uma forma através da qual as nações mergulhadas numa situação de miséria absoluta podem conseguir “pisar” no primeiro degrau na escada do desenvolvimento, como apresentado no caso de Bangladesh, uma nação pobre do sul da Ásia que tem buscado seu desenvolvimento através de suas indústrias de confecções voltadas ao mercado externo.

Foi o setor têxtil o impulsionador da revolução industrial inglesa dos séculos XVIII e XIX. No Brasil não foi diferente, tendo sido a indústria têxtil de grande importância já desde antes da década de 50 (CAMPOS, 2005).

Atualmente no cenário externo, a indústria brasileira de confecções possui duas situações distintas:

- *É a 6ª maior produtora mundial de confeccionados¹, atrás apenas de países como China, Índia, Estados Unidos, Turquia e México;*
- *Tem participação tímida no comércio internacional do segmento, ocupando a modesta 41ª posição no ranking dos maiores exportadores e a 45ª posição dos maiores importadores.*

No que se refere à importância relativa de toda a cadeia, faturou US\$ 25 bilhões no ano de 2004, o que equivale a 4,1 % do PIB nacional e 17,4 % do PIB da indústria de transformação. É forte empregador, especialmente no segmento de confecções, ocupando 1,7 % da PEA – População Economicamente Ativa. São números que tornam o setor relevante à economia nacional. O setor do vestuário, tanto em termos de geração de empregos quanto em faturamento, é o que merece maior destaque dentro da CTC – **Cadeia Têxtil e de Confecções**, pois representa mais de 60 % de todos os empregos da cadeia bem como foi responsável por mais da metade do faturamento do setor.

¹ Fonte: ITMF – Fiber Organon *apud* IEMI (2005), dados de 2003 (em toneladas).

Nesta conjuntura se insere o Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco, que tem despontado como importante pólo produtor de vestuário. Inicialmente ao longo da década de 90, produzindo peças de baixa qualidade voltadas a um mercado regional pouco exigente e agora recentemente inserindo-se num cenário de maior abrangência e de valor agregado mais elevado, explorando os conceitos de moda, tendência e suas especificidades.

A maior liberalização no comércio deste segmento provocada pelo fim do ATV – Acordo sobre Têxteis e Vestuário - pode trazer conseqüências diversas na economia do estado, em particular naquela região que hoje se denomina **Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco**, colocando em cheque os mais de 76000 empregos existentes nas mais de 12000 micro e pequenas indústrias ali localizadas (SEBRAE,2003).

O capítulo 2 irá destacar a revisão bibliográfica acerca dos acordos internacionais ocorridos ao longo das últimas décadas, bem como irá apresentar o modelo teórico de Arranjos Produtivos Locais - APL, utilizado para caracterizar a região do Agreste pernambucano. Em seguida, no capítulo 3, trataremos do setor de confecções em âmbito mundial; no capítulo 5, em âmbito nacional. No capítulo 4 abordaremos os conceitos relacionados a competitividade da cadeia produtiva. Nos capítulos 6 e 7 focaremos o segmento de confecções em Pernambuco e no Pólo do Agreste, apresentando também os resultados da pesquisa de campo realizada com os atores daquele arranjo produtivo.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Tem-se como objetivo geral a análise sob o modelo dos APL's (Arranjos Produtivos Locais) do Pólo de Confecções do Agreste. Pretende-se verificar se as vantagens competitivas locacionais ali existem e, em cenário de ausência de quotas no comércio internacional de artigos do segmento têxtil e de confecções, que impactos irão existir na economia de Pernambuco, em particular no Agreste do estado.

1.1.2 Objetivos específicos

- Descrever e caracterizar comércio internacional de têxteis e confecções até a chegada do ATV;
- Caracterizar o cenário atual da CTC – Cadeia Têxtil e de Confecções – no mundo;
- Cenário atual da CTC no Brasil;
- Caracterizar o segmento de confecções de Pernambuco, particularmente o Pólo do Agreste;
- Revisão bibliográfica a respeito do modelo de APL's e de competitividade;
- Aplicar metodologia de pesquisa junto a empresários do setor para identificação do Pólo de Confecções do Agreste como Arranjo Produtivo Local - APL;
- Analisar de forma superficial os dados do mercado de trabalho, indústrias e do comércio exterior brasileiro antes e após o ATV.

2 Modelo teórico e metodologia de pesquisa

Neste capítulo busca-se uma revisão dos principais aspectos que serão utilizados na caracterização do comércio internacional da cadeia têxtil e de confecções.

Para tanto, uma revisão acerca da literatura sobre comércio internacional, especialmente aquela que aborda os aspectos relacionados aos acordos comerciais realizados ao longo das últimas décadas, serão aqui apresentadas.

A “nacionalização” dos conceitos relativos ao modelo de *clusters* surgido na Itália, aqui denominando-se Arranjos Produtivos Locais – APL, também merecerão destaque ao longo deste capítulo.

2.1 Acordo sobre Têxteis e Vestuário – ATV

O comércio internacional de produtos da cadeia têxtil (CTC – Cadeia Têxtil e de Confecções) vinha sendo intensamente regulado por uma série de acordos internacionais. Uma distribuição de renda mais eqüitativa nos diversos países em processo de desenvolvimento passa diretamente pelo correto funcionamento destes mecanismos de ajuste do comércio internacional sob a tutela da OMC – Organização Mundial do Comércio, que passou a existir a partir da **Rodada Uruguai**, encerrada em 1993/1994.

É importante, contudo, que se apresente um retrospecto de como funcionaram estes mecanismos de mediação no comércio internacional ao longo dos anos e de como eles influenciaram e influenciam o contexto atual vivido pelo comércio mundial, mais especificamente o setor de confecções.

Particularmente à indústria de confecção, existem duas questões centrais. Primeiramente, trata-se de uma indústria intensiva em mão-de-obra, ou seja, o trabalhador pouco precisa de capital para desempenhar suas atividades, em alguns casos talvez apenas uma máquina de costura, como muito acontece nas fábricas **informais** do Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano. Além disto, pouco conhecimento formal é necessário, podendo

o nível de instrução do pessoal ocupado ser não mais que elementar (ensino fundamental). Em segundo lugar, o nível tecnológico da operação também é bastante elementar, podendo tal tecnologia ser facilmente transferida para países periféricos pobres, como o caso de Bangladesh ².

Como consequência, na indústria de confecção os países que possuem os níveis de salário mais baixos, notadamente China, Índia, têm fortes *vantagens comparativas* e países com elevados níveis salariais, como Estados Unidos e países da União Européia, possuem elevadas *desvantagens comparativas*.

Percebe-se que sempre foi alvo de controvérsias todas as negociações e acordos multilaterais que existiram ao longo dos anos, inclusive nos anos recentes, onde havia a perspectiva de liberalização total dos mercados, como havia sido acertado durante a **Rodada Uruguai** em 1994, com previsão para o ano de 2005, fato este que não se concretizou da forma prevista.

2.1.1 Do GATT 1947 à OMC 1995

Segundo Galvão (2000), a criação em 1947 do GATT – *General Agreement of Trade and Tariffs*, o **Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas**, representou um acontecimento de grande significado no mundo do pós-guerra por ter introduzido, naquele momento, um conjunto de regras e disciplinas no comércio mundial.

Até então nenhuma legislação ou modelo regulador dos fluxos de comércio internacional existia. O GATT proporcionou, assim, mesmo que de forma ainda incipiente, tal modelo, ou seja, a criação de um ambiente de consultas e solução de controvérsias que, na prática, funcionavam como uma espécie de *fórum* onde aqueles países com interesses conflitantes podiam discutir estas diferenças e, a partir de então, firmar compromissos e obrigações relativas às suas relações comerciais.

Ainda segundo Galvão (2000), até aquele momento “*o resultado da inexistência de um corpo de leis comerciais, aplicáveis em escala internacional,*

² Estudo da **Deloitte Research** aponta que Bangladesh será um dos países fortemente prejudicados pelo fim do ATC, já que goza atualmente de preferências comerciais para acesso ao mercado americano e que, num ambiente isento de tarifas, não seriam competitivos em função, sobretudo, dos baixos investimentos em infra-estrutura realizados ao longo dos últimos anos.

era a ocorrência de constantes turbulências diplomáticas, acirradas disputas por mercados e um forte impacto negativo sobre o crescimento dos fluxos mundiais de negócios”.

É interessante perceber que já desde muito antes, na época de *Wealth of Nations* (A riqueza das Nações), de Adam Smith ³, já havia contundentes defensores de um comércio livre, conceito que, na prática, nunca funcionou, sendo sempre os mercados e as negociações entre as nações bastante acirradas e controversas, cada um buscando seus próprios interesses.

Em 1947 era assinada a *Carta de Havana*, após reunião sobre comércio e desenvolvimento promovido pela ONU. Estavam presentes cerca de 100 países. Neste momento era criado o GATT, formado inicialmente por apenas 23 países que subscreveram o acordo, entre os quais o Brasil.

Várias rodadas subseqüentes de negociações foram realizadas, e outros países, sobretudo países em desenvolvimento, foram subscrevendo o GATT, devido, principalmente, a mudanças nas regras originalmente definidas.

Ainda segundo Galvão (2000), as principais críticas dos países em desenvolvimento à estrutura do GATT eram “*a concentração nas negociações do GATT no comércio de bens industrializados, o tratamento diferencial dispensado à agricultura e o protecionismo a alguns setores industriais do primeiro mundo, especialmente os intensivos em mão-de-obra (aqueles onde os países menos desenvolvidos tinham maiores chances de conquistar mercados externos)*”.

Sendo a cadeia têxtil e de confecções intensiva em mão-de-obra, desde o princípio do GATT, era considerada “sensível” e, portanto, não entrava na pauta das negociações. É claro que o termo “sensível” era aplicado, sobretudo, aos produtos nos quais os países industrializados não tinham suficiente capacidade competitiva.

Os países em desenvolvimento argumentavam que o excessivo protecionismo às indústrias intensivas em mão-de-obra dos países desenvolvidos representava uma incoerência com a finalidade principal do GATT, que era o de aumentar os fluxos de comércio. Tal protecionismo ocorria a partir de uma infinidade de formas e maneiras, sejam através de simples

³ Fonte: HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem, página 129 LTC Editora.

tarifas de importação, quotas ou ainda outros mecanismos mais sofisticados, como os chamados *tariff escalation* – **escalada tarifária**. Assim, produtos de maior valor agregado tinham tarifas mais elevadas ou simplesmente eram impedidos de serem importados e aqueles pouco elaborados, ou *commodities*, tarifas menores. O algodão bruto, por exemplo, tinha alíquota mais baixa, e ia se elevando de acordo com o grau de processamento do produto, como no caso de um tecido, que pagava tarifas intermediárias, ou de uma confecção, com as tarifas mais elevadas.

O uso de quotas também tem feito parte das regras do comércio internacional. Desde a década de 50, pouco após a assinatura do GATT, o Japão, Hong Kong, Índia, China e Paquistão concordaram em limitar suas exportações de artigos têxteis baseados em fibras de algodão para o mercado americano.

Quotas, grosso modo, são limitações impostas ou voluntárias ao comércio entre duas nações.

Os problemas ocorridos na produção e no comércio do algodão nos EUA durante a década de 50 causados, principalmente, pela 2ª Guerra Mundial, começaram a atenuar. Já pela metade da década de 50 o comércio e o consumo interno de artigos baseados em fibras de algodão cresceu de forma significativa, tornando os Estados Unidos deficitário nesta cadeia. As importações de tecidos de algodão provenientes do Japão logo suplantaram o pico quantitativo que havia sido atingido no período pré-guerra. Na Europa o cenário não era diferente. Dificuldades relacionadas a Balança de Pagamentos forçaram os países a manter sérias restrições à importações como um todo, amparados no artigo XII do GATT ⁴, restrições tais também aplicadas ao setor têxtil europeu ⁵.

Ainda em 1955, o Japão subscreveu o GATT, tornando-se membro, com forte apoio norte-americano em detrimento da forte oposição dos países europeus. O grande interesse japonês estava centrado na exportação de seus artigos têxteis e vestuário, que naquela época representavam 1/3 de sua pauta exportadora.

⁴ “A fim de salvaguardar sua posição financeira exterior e o equilíbrio de sua balança de pagamentos o país signatário pode restringir o volume ou o dispêndio das mercadorias importadas. Ao administrar restrições quantitativas um membro só utilizará licenças discriminatórias se for inevitável e deverá eliminá-las progressivamente”.

⁵ Fonte : ITCB - *International Textiles and Clothing Bureau* (www.itcb.org)

Em 1957 o Japão concordou em “voluntariamente” limitar suas exportações para os EUA. Diante disto e devido a forte pressão de demanda interna, um *gap* entre demanda e oferta passou a existir, logo sendo preenchido por outros países.

A pressão sobre a indústria americana permanecia ainda no final da década de 50 e início da década de 60, já durante a campanha presidencial. Os candidatos Nixon e Kennedy fizeram promessas para buscar soluções para tais problemas. Após assumir a presidência, Kennedy colocou em prática sua promessa: um programa de sete pontos de assistência à indústria têxtil. Incluía uma solicitação ao Departamento de Estado norte-americano no sentido de organizar imediatamente uma conferência com os principais países exportadores e importadores do segmento têxtil para que buscassem um entendimento sobre o comércio internacional destes produtos.

Em 1961 o STA – *Short Term Arrangement* – foi assinado com o objetivo de eliminar **distúrbios no mercado** (Tan, 2005). Segundo Francois *apud* Tan (2005), a vaga definição do que seria “distúrbios no mercado” permitiam que determinados países importadores aplicassem estas restrições aos países da forma que mais lhe conviesse. O STA iria vigorar de 1 de outubro de 1961 a 30 de setembro de 1962, daí a denominação de *acordo de curto prazo*. Três eram seus principais pontos:

- Países que já aplicavam quotas e restrições às importações deveriam atenuá-las ;
- Para evitar distúrbios na indústria têxtil dos países importadores que ainda não aplicavam restrições, os países exportadores deveriam limitar voluntariamente suas exportações;
- Países que já aplicavam restrições poderiam unilateralmente aplicar novas restrições e quotas se os países exportadores não limitassem suas exportações.

Por tais distúrbios, já em 1962, uma série de acordos bilaterais relacionados à quotas foram assinados dentro do GATT, sendo chamados de *Long Term Agreement Regarding International Trade in Cotton Textiles* (LTA), ou **Acordo de Longo Prazo relacionado ao comércio internacional de têxteis de algodão**. Eram acordos que iriam vigorar por 5 anos, a partir de 1 de outubro de 1962. Seu principal ponto estava na aplicação de restrições quantitativas **a determinados produtos de determinadas origens (países)**,

baseados no argumento de distúrbios de mercado. Amparados pelo LTA, uma série de ações unilaterais de aplicação de salvaguardas bem como acordos bilaterais restritivos foram empreendidos.

O LTA foi prorrogado por duas vezes, em 1967 e em 1970.

2.1.2 O Acordo Multifibras – MFA (Multi Fibres Agreement) - 1974

O *Acordo multifibras (MFA)* foi o passo seguinte ao LTA. Era, na prática, um “aditivo” ao LTA, já que trata-se, como diz o nome, na incorporação de outras fibras ao acordo antes existente (LTA) que apenas fazia referência ao algodão, agora incorporando outras fibras como as fibras sintéticas (*manmade fibres - MMF*) e a lã. Como seu antecessor, era para ser um acordo temporário e seu principal objetivo seria o de, ordenadamente, abrir os mercados restritos, evitando então os “distúrbios de mercado”. O MFA tinha como objetivo conter as exportações dos países em desenvolvimento para os EUA e Europa (Nordas, 2004).

Ainda segundo Nordas, já próximo ao fim do 2º MFA (1981), “80 % das importações de têxteis e vestuário nos EUA eram cobertos por acordos bilaterais e quotas com 20 países e territórios e mecanismos de consulta com outros 11 países”. Tal procedimento violava os princípios do sistema multilateral já que:

- I) Violava o princípio da nação mais favorecida (NMF);
- II) Aplicava restrições quantitativas ao invés de tarifas;
- III) Era discriminatório para com os países em desenvolvimento;
- IV) Não era transparente.

Havia uma visão otimista dos países em desenvolvimento e principais *players* deste segmento já que, em tese, este acordo promoveria um maior fluxo de comércio, diminuição das barreiras comerciais e uma progressiva liberalização do comércio internacional do segmento têxtil e de confecções.

A partir da década de 70, contudo, ressurgiu uma nova tendência protecionista nos países do então chamado *primeiro mundo* com o surgimento de significativos aumentos restritivos ao comércio, restrições tais diferentes das tradicionalmente praticadas até então.

Segundo Galvão (2000), “enquanto as barreiras tarifárias continuavam caindo a níveis mínimos, emergiam, nas décadas de 1970 e de 1980, novas

formas de proteção: barreiras não-tarifárias – BNT's, que constituíam formas sutis e mais veladas de discriminação contra importações e, talvez por isso, mais eficazes”.

Ainda segundo Galvão (2000), eram controles de qualidade, exigência de emissão de certificados de origem, inspeções pré-embarque, restrições voluntárias às exportações, barreiras técnicas das mais diversas, controles sanitários e ecológicos, direitos *anti-dumping* e os subsídios à produção e às exportações.

Como o MFA implicava na imposição de quotas específicas aos países exportadores, já que tais quotas eram, em sua essência, acordos bilaterais “negociados” entre as diversas nações, acabaram por provocar algumas mudanças e distorções nos padrões de comércio internacional. Como resultado, as empresas importadoras embarcaram num processo de **quota chasing**, ou “caçada às quotas”⁶, pelo qual tais empresas implantavam plantas no estrangeiro pois além de obter vantagem dos baixos custos de mão-de-obra em vários países emergentes ainda se utilizavam das quotas concedidas a estas nações. Desta forma, vários países periféricos desenvolveram indústrias exportadoras de têxteis e confecções.

O MFA foi renegociado por quatro vezes, a última delas em 1991, tendo em 1994 finalmente expirado. O fim do MFA não significou, contudo, o fim do protecionismo e das quotas aplicadas ao setor têxtil e de confecções, já que foi substituído em seguida pelo ATV – Acordo sobre têxteis e Vestuário. O ATV não foi, entretanto, uma extensão do Acordo Multifibras e sim a aplicação de um regime transitório que iria vigorar até 2005.

2.1.3 A Rodada do Uruguai e o ATV

Em dezembro de 1993 a **Rodada Uruguai** era concluída. A 8^a e mais ambiciosa das rodadas de negociações multilaterais de comércio da história contou com a presença de 117 países e foi concluída após sete anos de negociações. Teve início em *Punta del Este*, no Uruguai, daí sua denominação, em setembro de 1986, e deveria ter se encerrado em dezembro de 1990.

⁶ A terminologia **quota chasing**, com tradução do autor para “caçada às quotas”, foi obtida de *Quotas End, uncertainty continues: Understanding the impact of the ATC*, da Deloitte Research Study.

Desencontros e adversidades entre os Estados Unidos e a UE (União Européia), sobretudo acerca da redução das elevadas cargas de subsídios concedidos ao setor agrícola retardaram a conclusão desta rodada até dezembro de 1993 (Salvatore, 2000).

O acordo foi então assinado em 15 de abril de 1994, entrando em vigor a partir de 1º de julho de 1995. Tinha como objetivos principais a criação de regras que iriam conter a proliferação do “**novo protecionismo**”, além de incluir no âmbito das negociações assuntos até então pouco discutidos e polêmicos, como a agricultura, além de trazer as questões relacionadas aos serviços e investimentos estrangeiros; negociar regras internacionais de proteção aos direitos à propriedade intelectual, além de aperfeiçoar o mecanismo de resolução de disputas assegurando decisões mais oportunas e cumprimento às normas do GATT (Salvatore, 2000).

As mudanças pós-GATT 94 obrigaram cada país ou grupo de países (caso das Áreas de Livre Comércio, Uniões Alfandegárias ou Mercados Comuns) a implementar avançados sistemas de promoção de exportações e de defesa comercial, de tal sorte a fazer com que o país mais preparado técnica, jurídica e organizacionalmente para atuar nos fóruns internacionais, tenda a levar a maiores vantagens nas negociações (Galvão, 2004).

As principais cláusulas do acordo podem ser sintetizadas a seguir, como destaca Salvatore (2000):

- 1) **Tarifas** – Redução de uma média de 4,7 % para 3 % e ampliação de tarifa zero de 20 – 22% para 40-45%;
- 2) **Quotas** – Substituição de quotas sobre segmento agrícola e têxteis e confecções por tarifas menos restritivas nos 10 anos seguintes (ATV), devendo as tarifas sobre têxteis sofrer um corte de 25 %;
- 3) **Antidumping** – Não proíbe sua utilização, mas estabelece ação mais rigorosa e rápida;
- 4) **Subsídios** – Volume de exportações agrícolas subsidiadas deve ser reduzida em 21 % nos 6 anos seguintes;
- 5) **Salvaguardas** – Nações podem aumentar temporariamente as tarifas aplicadas a determinados produtos desde que se comprove dano a indústria doméstica, devendo, contudo, embasar seu argumento em evidência científica e não apenas com objetivo de restringir comércio.

Restrições sanitárias e fito-sanitárias também carecem de respaldo científico.

- 6) **Propriedade intelectual** – Concessão de 20 anos de proteção para patentes, marcas e direitos autorais, concedendo carência de 10 anos para entrada em vigor nos países em desenvolvimento da proteção as patentes de produtos farmacêuticos;
- 7) **Medidas de investimento relativas ao comércio** – Elimina a exigência de que os investidores estrangeiros adquiram peças localmente ou exportem tanto quanto importem;
- 8) **Serviços** – Pouco sucesso na negociação sobre serviços (bancos, seguradoras, entretenimento), de grande interesse para os Estados Unidos;
- 9) **OMC** – Substituição da secretaria do Acordo Geral – GATT – pela Organização Mundial do Comércio – OMC, com sede em Genebra, Suíça, com autoridade não somente relativa ao comércio de produtos industrializados, mas também produtos agrícolas e serviços. As disputas comerciais deveriam ser solucionadas por voto de 2/3 ou $\frac{3}{4}$ das nações e não por unanimidade, como com o GATT.

Embora com objetivos claros apresentados acima, somente alguns foram efetivamente alcançados. Salvatore (2000) destaca que *“os benefícios dinâmicos [...seriam...] muito mais elevados, mas torna-se difícil apresentar uma estimativa. O colapso da Rodada Uruguai teria sido desastroso psicologicamente e poderia haver acarretado a proliferação desenfreada de restrições comerciais e batalhas comerciais destrutivas”*.

Após o término das negociações da Rodada Uruguai e com o início do funcionamento da **OMC – Organização Mundial do Comércio** - a partir de janeiro de 1995, acreditava-se que o movimento que existia até aquele momento e que havia conduzido na formação de blocos econômicos regionais se fortalecessem, entrando numa nova perspectiva: o do “regionalismo aberto”, como enfatiza Galvão (2004), que consistia na consolidação de iniciativas regionais de integração, mas sem que as economias integradas se constituam em “fortaleza” protecionistas em relação aos países não membros do bloco.

Uma das questões de maior relevância discutida durante a Rodada Uruguai era, sem dúvida, relativa a liberalização do setor têxtil e de confecções.

Com o fim do **Acordo Multifibras** um novo cenário se delineava: uma liberalização crescente e sem volta que passaria a existir durante os anos seguintes. Galvão (2004) ressalta, no entanto, que *“o caso dos bens têxteis parece sintetizar todas as facetas do complexo processo de negociações da Rodada Uruguai: ao mesmo tempo em que representou um grande avanço em direção ao livre comércio, também revelou as enormes dificuldades que deverão ser transpostas pelos países em desenvolvimento para obterem um maior acesso aos mercados das nações industrializadas, no que diz respeito a produtos intensivos em mão-de-obra”*.

O objetivo deste novo acordo, o ATC – *Agreement on Textiles and Clothing* ou **Acordo Sobre Têxteis e Vestuário**, era o de assegurar a integração do setor têxtil e de confecções – onde até então grande parte do comércio ainda estava regulado por quotas e acordos bilaterais negociados sob o âmbito do MFA – às regras e disciplinas do Acordo Geral – GATT.

Todas as restrições que existiam sob o Acordo Multifibras até 31 de dezembro de 1994 eram **automaticamente transportadas para o novo ATC e mantidas ali até que cada uma das etapas de liberalização fossem acontecendo, onde tais produtos passariam então a ser regulamentados pelas regras do GATT**.

A integração que objetivava o ATC era pautada em 4 etapas, conforme a tabela a seguir.

TABELA 1 - CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO DO ATV

Data	Volume mínimo integrado (%)	Volume integrado acumulado (%)	Taxa restante de crescimento das quotas
1/1/1995	16	16	16
1/1/1998	17	33	25
1/1/2002	18	51	27
1/1/2005	49	100	Integração total

Fonte: WTO/Gatt 1994 - *Agreement on Textiles and Clothing - ATC*

Os percentuais a serem liberados em cada uma das etapas tinham como base o volume de comércio que existia em 1990, período base utilizado para os cálculos. A coluna “*taxa restante de crescimento das quotas*” se refere ao crescimento das quotas que ainda permaneciam dentro do ATC, ou seja, que ainda não haviam sido transportados para o GATT. Como exemplo toma-se por base um produto específico que tenha tido sua quota aumentada 6% em média anualmente durante a vigência do MFA. Assim, essa quota deveria crescer $6 * 1.16$ (16 % , conforme tabela acima) = 6,96 % anualmente durante a primeira fase do ATC. Na 2ª fase, $6 * 1.16 * 1.25$ (25 %, conforme tabela acima) = 8,7 %.

Todo o conjunto de produtos da CTC foi então subdividido em 4 categorias: 1) ***tops and yarns (fibras e fios)*** ; 2) ***Fabrics (tecidos)*** ; 3) ***Made-up textiles (artigos têxteis confeccionados)*** e 4) ***clothing (vestuário)***.

A escolha dos produtos que deveriam ser incluídos em cada uma das etapas de liberalização era deixado a cargo de cada um dos membros. Além disto, os países importadores poderiam aplicar *salvaguardas* ou alguma outra restrição comercial, desde que comprovasse a possibilidade de dano a sua indústria interna. Tais salvaguardas, no entanto, não poderiam limitar o fluxo de comércio a valores inferiores àqueles existentes durante os últimos 12 meses, além de serem mantidos, no máximo, por 3 anos. Ainda neste caso, a nação importadora era obrigada a apresentar provas de que sua indústria doméstica estava sob pressão devido ao crescimento abrupto das importações. A

aplicação de salvaguardas poderia ser implementada tanto através de um acordo mútuo ou unilateralmente.

Galvão (2004) ressalta que as nações importadoras utilizaram-se do expediente de promover a liberalização do mercado de têxteis e confecções de acordo com um cronograma onde liberavam quase que exclusivamente os produtos da categoria 1 e 2, basicamente dos setores de fiação e tecelagem (Fibras e fios e tecidos), notadamente aqueles mais intensivos em capital e tecnologia, onde são menores as **desvantagens competitivas** das nações industrializadas. A grande maioria dos produtos das categorias 3 (confeccionados da linha cama, mesa e banho) e 4 (vestuário), cujo interesse e competitividade dos países periféricos é maior, foram sendo integrados ao GATT em reduzidas proporções, tendo sido deixados apenas para a quarta e última etapa sua integração – 01 de janeiro de 2005.

Pareceria óbvio que a maior e mais contundente oposição ao ATC fosse oriunda dos países desenvolvidos, aqueles com níveis salariais mais elevados e importadores líquidos de têxteis e confecções, já que seus mercados internos seriam, em tese, invadidos por produtos baratos. Contudo, uma grande oposição também partiu de uma série de países em desenvolvimento e que atualmente ocupam posições de destaque no comércio internacional da CTC. São países que vinham se beneficiando do antigo sistema de quotas e preferências comerciais concedidos pelos países ricos. Tais nações acreditavam que o fim do ATC em 01 de janeiro de 2005 iria ocasionar uma abrupta queda em seus níveis de exportação já que, ao não mais usufruir do sistema de quotas, seriam afetados por produtos chineses e indianos, atualmente tidos como os mais competitivos produtores têxteis e de confecções.

Por tais motivos, em 2004, várias nações exportadoras de confecções, em sua grande maioria aqueles que gozavam de preferências comerciais para com os países desenvolvidos, peticionaram a OMC com o objetivo de adiar a eliminação total do regime de quotas, que foi enfaticamente negada.

Existia ainda a possibilidade de que os compromissos assumidos durante a Rodada Uruguai deixassem de ser cumpridos caso algum país não pudesse cumprir com os seus. Foi explicitado no ATC que os países em desenvolvimento também deveriam abrir seus mercados aos produtos têxteis e

de confecções dos países industrializados. Assim, caso tais países não conseguissem cumprir o cronograma estabelecido também ficariam as nações industrializadas desobrigadas.

2.1.4 1º de janeiro de 2005: *deadline* para o ATC – Cenário atual

Desde janeiro de 2005 o setor têxtil e de confecções foi totalmente integrado às regras do GATT. Em particular, chegava ao fim o regime de quotas, fazendo com que os países importadores não mais pudessem aplicar restrições quantitativas às importações provenientes das diversas nações.

Contudo não foi este cenário de “livre comércio” que se verificou ao longo do ano de 2005. Uma série de medidas restritivas, acordos bilaterais e aplicação de salvaguardas foram realizados num momento que a liberalização comercial do setor têxtil e de confecções deveria estar em seu ápice.

As exportações de produtos têxteis e de confecções chineses cresceram à taxa de 18 % nos 4 primeiros meses de 2005, tomando por base o mesmo período de 2004, superando a cifra dos US\$ 31,2 bilhões⁷.

Nos Estados Unidos, maior consumidor mundial de confecções e produtos têxteis, as importações oriundas da China também cresceram de forma abrupta, tendo o governo americano re-imposto restrições e quotas às importações de têxteis e confecções chinesas de forma unilateral, diferentemente do acordo fechado entre China e União Européia - UE. Como retaliação aos americanos, os chineses resolveram revogar suas tarifas têxteis de exportação⁸. As importações de camisas de malha, roupas íntimas de algodão e calças da China alcançaram o limite imposto pelos EUA em apenas sete semanas depois de o Departamento de Comércio impor restrições às importações destes produtos⁹.

No Brasil, ainda em meados de 2005, o governo atendia o pleito dos industriais brasileiros e estudava a possibilidade de aplicar medidas restritivas a importação de confeccionados e têxteis chineses. Em junho de 2005, a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX – regulamentava pedido de salvaguardas contra a China¹⁰. Na OMC, a China se comprometeu a restringir

⁷ VALOR ECONÔMICO. China revoga tarifas têxteis antes de negociar com EUA, 31/05/05.

⁸ Idem.

⁹ VALOR ECONÔMICO. Compra Americana de têxteis da China já atinge cota, 11/07/2005

¹⁰ VALOR ECONÔMICO. Barreiras contra a China causam polêmica entre SECEX e Itamaraty, 24/06/2005.

o crescimento de suas exportações em volume a, no máximo, 7,5 % além da quantidade exportada nos 12 últimos meses para o país em pleito.

A China precisou negociar com a UE um “acordo de transição” de 3 anos para limitar o aumento da importação europeia de têxteis chineses. Até 2008, prazo estipulado como limite para uma nova “liberalização total”, a UE limitará o crescimento das importações a 10 % anuais¹¹.

2.2 Arranjos Produtivos Locais – APL’s

O conceito de APL’s – Arranjos Produtivos Locais – ou *clusters*, terminologia inicialmente utilizada está, já há algum tempo, consolidado no escopo da ciência econômica.

Autores como Barros (1999) destacam que experiências bem sucedidas de políticas de *clustering* ao redor do mundo, especialmente em países desenvolvidos, como Estados Unidos, Itália, entre outros, passou a chamar a atenção de organizações internacionais – Banco Mundial, por exemplo - envolvidas na promoção do desenvolvimento em países periféricos.

Mesmo pensamento encontra respaldo em Santos (2004) indicando que tal terminologia – APL’s – foi ancorada no enorme sucesso comercial das empresas instaladas nos **distritos industriais italianos** e no **Vale do Silício** na Califórnia e principalmente pela elevada renda *per capita* alcançada nestes lugares.

Com o objetivo de apresentarmos um modelo teórico que deverá respaldar a caracterização do setor de confecções em Pernambuco, especialmente aquele atualmente chamado “Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano” é que se realizou uma revisão bibliográfica dos principais autores, procurando obter dos mesmos aqueles conceitos mais relevantes ao modelo encontrado em Pernambuco, caracterizado pela elevada concentração de empresas do mesmo setor numa mesma área geográfica, tendo uma maciça maioria de pequenas empresas informais e que até recentemente cresciam à margem da atuação do poder público estadual e federal e sem a presença de outras organizações de fomento ao desenvolvimento, como o

¹¹ VALOR ECONÔMICO. China aceita limitar venda de têxteis à UE. 15/06/2005.

SEBRAE, Bancos, instituições de ensino e pesquisa e as organizações de classe, como o Sindvest e as associações comerciais.

Como destaca Almeida (2003, pág. 25), citado por Aguiar (2005), “*é interessante ressaltar que exclusive algumas características centrais como: localização geográfica definida, especialização setorial etc, conceitos de clusters variam muito de autor para autor e também em função dos objetivos dos estudos e análise*”. É baseado no que destacou Almeida que concentraremos a revisão apresentada, já que as terminologias *clusters*, Arranjos Produtivos Locais (APL's), ambiente inovador, distrito industrial podem, via de regra, ser usadas uma no lugar da outra, possuindo, grosso modo, mesmo conceito e aplicação metodológica, como será visto nas seções a seguir.

2.2.1 Clusters ou Arranjos Produtivos Locais : algumas definições

De acordo com o SEBRAE¹²

“Arranjos produtivos são **aglomerações de empresas** localizadas em um **mesmo território**, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.”

Arranjo Produtivo Local (APL) é caracterizado então pela existência de aglomerados de uma quantidade elevada de empresas que desenvolvem uma mesma atividade produtiva. O conceito de **território** nesta definição também deve ser destacado, já que se refere ao ambiente em que essas empresas estão inseridas, tendo em vista “*o número de postos de trabalho, faturamento, mercado, potencial de crescimento, diversificação, entre outros aspectos*”¹³.

Já Barros (1999) destaca a presença de empresas líderes numa definição semelhante a do SEBRAE, onde

“Cluster é um agrupamento de empresas que conta com algumas empresas líderes, geradoras de riqueza via comercialização de produtos e/ou serviços competitivos, e onde também incluem-se aquelas empresas que as abastecem de insumos e serviços, além de todas as organizações que oferecem recursos humanos capacitados, tecnologia, recursos financeiros, infra-estrutura física e clima de negócios.”

¹² Fonte: www.sebrae.com.br, acessado em 22/02/2006.

¹³ Idem.

Porter (1998) , citado por Barros (1999), apresenta uma definição que possui um nível de aderência bastante elevado com o cenário que encontramos no agreste pernambucano e por isso será aquela que daremos mais ênfase ao longo deste trabalho. Para Porter

“clusters são concentrações geográficas de empresas e instituições interconectadas numa área de atuação particular. Elas incluem um conjunto de empresas e outras entidades ligadas que são importantes para a competição. Clusters, frequentemente, se estendem na cadeia para incluir canais de comercialização e mesmo compradores, ou produtores de bens complementares, atingindo algumas vezes empresas relacionadas por qualificação de mão-de-obra, tecnologias, ou insumos comuns. Finalmente, muitos clusters incluem instituições governamentais e de outra natureza, tais como universidades, instituições de controle de qualidade, instituições de pesquisa e geração de idéias, especializadas em qualificação profissional e associações patronais, que provêem treinamentos especializados, educação, informações, pesquisa e suporte técnico”

Independente da definição utilizada e das particularidades existentes em cada uma das definições apresentadas, tem-se chegado à conclusão que o objetivo central das políticas públicas é o de tirar proveito dos efeitos positivos gerados pelas aglomerações produtivas e da proximidade locacional dos agentes econômicos em benefício da competitividade das empresas e do território (AMARAL FILHO, 2004), podendo gerar condições propícias à propagação de economias externas de escala e a realização de rendimentos crescentes, traduzindo-se em **vantagens competitivas**.

A visão do SEBRAE, um dos atores dentro do APL pernambucano, destaca a promoção da **sustentabilidade** e a **promoção da competitividade** como essenciais nas políticas de apoio aos APL's. Ao estimular os processos locais de desenvolvimento dentro dos APL's ¹⁴ ou *clusters*, deve-se ter como objetivo inicial o direcionamento do APL aos mercados consumidores, bem como promover ações que garantam a sustentabilidade do APL ao longo do tempo, promovendo a cooperação entre os atores, além de observar a democratização do acesso aos bens públicos, preservação do ambiente, a valorização do patrimônio histórico e cultural, a integração com outros atores, a mobilização de recursos públicos e privados aportados por agentes do próprio arranjo e a atração de recursos públicos ou privados complementares aos aportados pelos atores locais.

¹⁴ A partir deste ponto, por uma questão de sintonia com o termo mais utilizado no Brasil, apenas a terminologia APL será utilizada, embora, como já enfatizamos, *clusters*, aglomerações produtivas, etc possam, grosso modo, ter o mesmo significado.

Para efeito de terminologia é importante que se crie distinções acerca do que as aglomerações de empresas podem caracterizar, já que nas definições citadas anteriormente, todas apresentam a idéia de “aglomeração de empresas”. Santos (2004) destaca 2 tipos que não podem e não devem ser confundidos com APL’s, já que o simples aglomerado de empresas numa mesma região geográfica não caracterizam, por si só, APL.

- *Centros industriais* – São característicos dos grandes centros urbanos. Localizam-se num mesmo espaço geográfico grandes empresas das mais diversas atividades produtivas que possuem papel determinante em sua composição, não havendo, necessariamente, grandes sinergias e relações entre elas. Como exemplo o autor cita o ABC Paulista e a região metropolitana de Belo Horizonte;
- *Complexo* – Concentrações de empresas geralmente associadas a uma cadeia produtiva, produzindo praticamente todas as etapas da produção, exemplificados como os complexos automotivos, eletroeletrônica (Manaus) e petroquímica;

Santos (2004) ressalta ainda que em virtude do modelo neoliberal que predominou no pensamento político nos últimos 25 anos ¹⁵, modelo este que condenava qualquer ação intervencionista do estado nas políticas públicas, é que as políticas de apoio aos APL’s tiveram grande aceitação, já que tratavam do “*aproveitamento de externalidades positivas localmente difundidas, produzidas muitas vezes por entidades de direito privado*”.

Outra característica destacada ao se definir APL diz respeito à **cooperação**, que pode ser 1) coordenada por uma instituição representativa de associação coletiva ou 2) aquela caracterizada pela colaboração feita para se solucionar objetivos específicos. O primeiro caso Santos (2004, pág. 20) chama de **cooperação multilateral**, onde um sindicato, associação de produtores, consórcio de exportação pode coordenar as ações. O 2º caso é denominado de **cooperação bilateral**, geralmente aplicado a *joint ventures* ou mesmo desenvolvimento conjunto de projetos entre grandes empresas.

¹⁵ Preconizado pela chegada ao poder da 1ª ministra da Inglaterra Margareth Thatcher, no início da década de 80.

Tabela 2 - Tipologia consagrada de Cluster/APL

	APL's informais	APL's organizados	APL's inovativos
Existência de lideranças	Baixo	Baixo e médio	Alto
Tamanho das firmas	MPE	MPME	MPME e grandes
Capacidade inovativa	Pequena	Alguma	Contínua
Confiança interna	Pequena	Alta	Alta
Nível de tecnologia	Pequena	Média	Média
Linkages	Algum	Alguma	Difundido
Cooperação	Pequena	Alguma e alta	Alta
Competição	Alta	Alta	Média e alta
Novos produtos	Poucos/Nenhum	Alguns	Continuamente
Exportação	Pouca/Nenhuma	Média e alta	Alta

Fonte: Santos (2004).

2.2.2 Como e por que apoiar os Arranjos Produtivos Locais

Apenas no início dos anos 90 a visão acerca da importância das pequenas e médias empresas (PME's) começou a mudar, como destaca Puga (2004). Dados do SBA (*small business Association*) mostram que “ as MPE's foram responsáveis por mais de 76,5 % dos novos postos líquidos de trabalhos criados nos EUA entre 90 e 95” (Puga, 2004). O cenário no Brasil também é de destaque para as PME's já que mais de 65 % dos postos de trabalho são gerados por elas (Dias Júnior, 2005).

O incentivo a estas PME's também ganhou destaque no Brasil na formulação de políticas industriais e de desenvolvimento recentemente com a formalização do **Grupo de Trabalho Permanente (GTP-APL)**¹⁶ dentro do **Plano Plurianual (PPA 2004-2007)**, cujo objetivo é o de integrar as ações do governo federal e outras agências públicas e privadas para sua promoção. O programa 1.015 – Arranjos Produtivos Locais – tem como objetivo a promoção do desenvolvimento de APL's, elevando sua competitividade e sua internacionalização, especialmente das micro, pequenas e médias empresas situadas em APL's¹⁷. Tal meta é um dos objetivos macro do governo federal,

¹⁶ Portaria interministerial nº 200, de 3/8/2004, composto por 23 instituições, sendo 11 ministérios, além de instituições não-governamentais, de abrangência nacional.

¹⁷ **Instrumentos de Apoio ao Setor Produtivo** - Onde buscar apoio para o seu negócio. MDIC/SCP. Brasília, 2004.

que é o de promover o crescimento com geração de renda, trabalho e emprego, ambientalmente sustentável, sendo ainda redutor de desigualdades.

Esta lógica de apoio parte do princípio de que os diversos atores dentro de um APL podem mobilizar-se e, de forma coordenada, identificar suas demandas coletivas por iniciativa própria ou por indução de entidades envolvidas com o segmento.

Uma das principais ações estruturantes incluídas no programa 1.015 é o **Projeto Extensão Industrial Exportadora – PEIEx**, uma parceria entre o MDIC, APEX e o SEBRAE. Este projeto oferece suporte técnico e consultoria gerencial individualizada, aumentando assim a competitividade das empresas situadas em APL's.

Para que um APL tenha efeito duradouro em termos de promoção de desenvolvimento, atuando como política pública de desenvolvimento regional, é necessário que se verifique não apenas a capacidade que o mesmo tenha de gerar empregos, mas que se verifique também a qualidade do emprego gerado, bem como as relações de trabalho existentes. O apoio aos APL's deve ser direcionado no sentido de promover a melhoria das relações de trabalho, o grau de formalização das empresas (pagamento de impostos, engajamento em associações empresariais, etc) e dos empregos (carteira assinada e direitos trabalhistas) , bem como caminhar no sentido de eliminar o trabalho infantil e a informalidade das relações de trabalho (NORONHA, 2005).

Salienta-se que estas aglomerações produtivas, quando em estágio avançado, atuam como propulsoras do desenvolvimento da região em que atuam. Além disto, os APL's podem ser responsáveis pelo adensamento do parque industrial brasileiro, já que diferem da estratégia das indústrias transnacionais que vagam o mundo em busca de melhores oportunidades, não hesitando em deslocar suas plantas industriais para outros países, pouco se importando com a geração local de renda e de empregos.

Políticas de apoio aos APL's também encontram respaldo na distribuição de renda e criação de novos empregos na região em que atuam. Novamente ao exemplo das firmas transnacionais, ao gerar lucro em suas plantas industriais, não necessariamente (e até dificilmente) reinvestem estes lucros na região em que produz, já que tal decisão cabe à matriz da empresa. Já as empresas situadas em APL's, geralmente pequenas e médias, qualquer

excesso de capital acumulado é reinvestido no próprio local de atuação, muitas vezes no incremento de sua atividade produtiva, em P&D, em tecnologia, visando ganhos de escala ou mesmo na diversificação para outros negócios, também na própria região.

As políticas de apoio às MPE's inseridas em arranjos produtivos locais partem do conhecimento da estrutura destes arranjos. Assim, alguns procedimentos preliminares se fazem necessários (PUGA, 2004):

- i) Conhecer o porte das empresas e as relações de cooperação existentes ¹⁸;
- ii) Verificar a existência, a representatividade e a atuação de associações de empresas; instituições de ensino; serviços locais de apoio empresarial; instituições financeiras;
- iii) Avaliar as demandas das empresas;

Puga (2004) destaca ainda que tais políticas de apoio devem focar não apenas as iniciativas voltadas para a melhoria do acesso ao crédito, mas sim a criação de ambiente favorável ao desenvolvimento dos negócios. Muitas vezes, o acesso ao crédito pode se constituir num entrave ao crescimento das empresas quando não se avalia a real capacidade de pagamento e gestão destes recursos obtidos por parte da empresa. Assim, o suporte gerencial se faz necessário. No que se refere ao acesso a crédito, Puga (2004) apresenta algumas possibilidades que poderiam viabilizar a diminuição das garantias cobradas pelas instituições financeiras bem como as taxas cobradas por estes empréstimos, entre elas o **“Modelo de Cooperativas de Crédito Italianas e o Sistema Espanhol de Garantias Recíprocas”** ¹⁹ esta última com boa “aderência” ao modelo estrutural existente no Pólo de Confecções do Agreste. De acordo com este autor, o SEGR poderia ser impulsionada com o estímulo à criação das sociedades de garantia solidária, autorizadas desde 5 de outubro de 1999, pela Lei 9.841, que instituiu o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Sob a forma de sociedade anônima, os sócios investidores (que poderiam ser também os próprios empresários) colocam

¹⁸ Puga (2004) destaca que a presença de empresas líderes possui um comportamento ambíguo, já que podem atuar como propulsores de desenvolvimento para as outras empresas do APL ou mesmo como minando o crescimento de outras firmas, ao citar o caso de grandes empresas no Vale dos Sinos no sul do Brasil.

¹⁹ Maiores informações consultar PUGA, F.P. **Alternativas de apoio a MPME's localizadas em Arranjos Produtivos Locais**, IPEA, texto para discussão nº99, 2004.

recursos à disposição dos sócios participantes. Os sócios investidores podem ser pessoas físicas ou jurídicas que farão aportes de capital na sociedade com o objetivo de auferir rendimentos. Os sócios participantes têm que ser constituídos, exclusivamente, por microempresas e empresas de pequeno porte, não podendo o seu número ser inferior a dez, e nenhuma delas pode ter mais de 10% do capital social [Hentz (2000) *apud* Puga(2004)].

Quanto ao estabelecimento de instituições que avalizem as garantias oferecidas por essas sociedades, poderiam ser utilizados os fundos de aval existentes: Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade (**FGPC**), pertencente ao Tesouro Nacional e gerido pelo **BNDES**; Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (**Fampe**) do Sebrae; e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (**Funproger**), criado no âmbito do Programa Brasil Empreendedor e administrado pelo Banco do Brasil. O grande desafio, nesse caso, estaria em coordenar esses fundos. Um primeiro passo foi dado nesse sentido, em 2002, com a celebração do acordo de cooperação entre o BNDES e o Sebrae, que prevê a utilização do FGPC e do Fampe no apoio a arranjos produtivos locais (PUGA, 2004).

As políticas de apoio aos APL's, ou *clustering*, como define Barros (1999), devem

- i) Viabilizar os investimentos em infra-estrutura econômica que possam ser úteis ao desenvolvimento da competitividade do APL e que sejam eficientes na alocação de recursos, públicos ou privados;
- ii) Viabilizar investimentos em recursos humanos e tecnologia, com vistas a satisfazer as necessidades dos APL's e fomentar o aperfeiçoamento dos processos produtivos;
- iii) Atrair novos empreendedores que possam integrar mais as cadeias produtivas, melhorando o fluxo interno de informações, diminuindo então o custo de transação;
- iv) Facilitar a prestação de serviços pelos agentes financeiros;
- v) Criar mecanismos que facilitem o fluxo de informações dentro do APL, tanto entre os próprios agentes internos como os externos.

2.2.3 APL's e competitividade

APL's são aglomerados de empresas que são enraizadas ao local basicamente devido às **vantagens competitivas** que aquela própria localização proporciona. Tais vantagens competitivas locais estão geralmente associadas à ação cooperada e a maior facilidade de aperfeiçoamento do conhecimento técnico e comercial.

Este conceito traz implícito a idéia de que a localização é importante vantagem competitiva para as empresas ali instaladas e tal vantagem locacional não é simplesmente devido a vantagens genéricas, mas sim setor-específica (SANTOS, 2004).

Cunha (2002 *apud* Santos, 2004) considera que as vantagens competitivas locais podem ser divididas em 2 categorias: as chamadas **economias passivas**, onde os ganhos são originários de reduzidos custos de transporte, da proximidade com o cliente ou fornecedor, da urbanização e da infra-estrutura gerada pela urbanização. Em segundo lugar, as chamadas **economias ativas**, resultado do acúmulo e do intercâmbio de conhecimento tácito ao longo do tempo na localidade em questão.

As vantagens ditas passivas são derivadas da oferta de serviços técnicos e de insumos para uma rede de empresas, associada a provisão de infra-estrutura e a disponibilidade de pessoal qualificado para a atividade. Assim, os custos para as empresas no interior do APL ficam reduzidos ante aquelas situadas em outras regiões, ficando estas últimas inferiorizadas competitivamente.

Já a redução de custos de transação, fundamentais para a aquisição de vantagens ativas, é devida ao prévio conhecimento mútuo dos agentes, além de partilharem códigos de comportamento – ou conhecimento da conduta dos outros pares, elevando a capacidade inovativa das empresas em relação ao melhor uso do capital fixo e à geração de novos produtos e processos (SANTOS, 2004).

Barros (1999) ressalta que a idéia por trás das ditas **vantagens competitivas** não deve ser oposta aquela das **vantagens comparativas**, pela qual uma nação ou região seria competitiva de acordo com sua dotação de fatores de produção. Os defensores da política de *clustering* acreditavam que

não mais esta dotação de fatores seria responsável pela competitividade das empresas, mas sim a boa infra-estrutura física, disponibilidade de recursos humanos e ambiente institucional. Barros (1999) acrescenta ainda que a idéia das vantagens competitivas enfatiza a existência destes fatores associados a externalidades na definição das vantagens comparativas, não consistindo, então, numa negação da mesma.

Em 1999 Melo, citado por Sicsú (1999, pág.12), destaca que deveria haver uma dinamização e integração das empresas com as instituições de apoio tecnológico e universidades para disseminar a modernização dos equipamentos e a adoção de novos métodos gerenciais e organizacionais, além de ampliar o nível de cooperação e associativismo visando o uso compartilhado do CAD/CAM, o planejamento da produção, campanhas de publicidade e distribuição etc.

Sicsú (1999, pág. 12) acrescentava ainda que embora a situação das grandes empresas fosse de constante atualização tecnológica e utilização de métodos produtivos e gerenciais mais modernos, o mesmo não acontecia nas micro e pequenas empresas do setor, onde existia um relativo atraso tecnológico e uso pouco intensivo de métodos gerenciais atualizados, inibindo ganhos de produtividade, tornando praticamente o único elemento de competitividade o baixo nível salarial, caracterizado ainda pelo alto grau de informalidade existente no setor de confecções de Pernambuco, especialmente no Pólo do Agreste.

2.2.4 Principais atores e papéis dentro de um APL

Utilizaremos a definição de Porter apresentada na seção inicial deste capítulo para identificar cada um dos atores dentro de um Arranjo Produtivo Local (APL).



Figura 1

Recursos Humanos – É necessária a existência de mão-de-obra qualificada para a atividade fim do APL. A existência dentro do APL de instituições de formação técnica e profissional, como o SEBRAE, SENAI, escolas técnicas e universidades são formadores desta mão-de-obra para as diversas atividades, tanto operacionais quanto de gestão.

Tecnologia – Porter (1999, p.101 *apud* Aguiar,2005) afirma que a vantagem competitiva depende do uso mais produtivo dos insumos e isso requer constante inovação e acesso à tecnologia.

Recursos Financeiros e de capital – Bancos públicos e privados bem como fundos de capital de risco e outros são atores fundamentais para o desenvolvimento de um APL. Porter (1999 *apud* Aguiar, 2005) afirma que “os investidores e instituições financeiras locais, já familiarizados com o local, talvez exijam um prêmio de risco mais baixo sobre o capital”.

Clima de negócios – Um bom clima de negócios gera incentivos para a cooperação entre os agentes, permitindo, inclusive, realização de feiras e eventos comerciais na região.

Infra-estrutura física –A presença de uma infra-estrutura física é condição essencial para o desenvolvimento sustentável de um APL. Esta infra-estrutura física tende a melhorar tanto a atratividade do local, através da existência de uma eficiente rede de escoamento e comercialização dos produtos, como segurança, estradas, shoppings, centros comerciais, bem como a própria melhoria na produção dos bens dentro do APL, como rede de

esgoto e abastecimento, telecomunicações e internet, etc. As vantagens competitivas geradas por tal infra-estrutura física viabiliza, inclusive, uma maior rapidez e menores custos de logística.

Rede de fornecedores – A existência de uma gama de fornecedores em volta do APL tende a reduzir os custos de transação, já que cria demanda para os insumos fornecidos por esta rede. Tais fornecedores são fundamentais também na geração de vantagens competitivas para as indústrias que se utilizam destes insumos.

Empresas líderes – Aguiar (2005) destaca que as “*empresas líderes atuam como catalisadoras do processo de desenvolvimento do APL*”, já que provavelmente comercializam produtos fora da região.

Puga (2004) destaca que a presença de empresas líderes possui um comportamento ambíguo, já que podem atuar como propulsores de desenvolvimento para as outras empresas do APL ou mesmo como minando o crescimento de outras firmas, ao citar o caso de grandes empresas no Vale dos Sinos no sul do Brasil.

2.2.5 O papel do associativismo e da confiança no desenvolvimento econômico

Uma das premissas quando se trata da definição de APL's está relacionada a integração, o relacionamento e a cooperação existente entre os atores.

A existência de um “**capital social**”, traduzido como o grau de cooperação e confiança entre as empresas e instituições integrantes do APL, é uma característica importante dentro do arranjo (PUGA, 2004).

Puga (2004) destaca que as vantagens obtidas a partir do associativismo ultrapassam os ganhos obtidos da especialização na atividade, especialmente quando se trata de MPE's, onde tal associativismo tende a:

- Viabilizar investimento em capital fixo;
- Contribuir para difusão de inovações;
- Aumentar a barganha junto a fornecedores;
- Reduzir custos associados a estoques, comercialização e distribuição;
- Permitir atendimento a grandes encomendas;

- Aumentar a influência política do grupo de empresas.
- Minimizar o problema da assimetria de informação, melhorando o acesso ao crédito.

Schmitz (1997 *apud* Aguiar, 2005) utiliza o conceito de eficiência econômica como sendo a “*vantagem competitiva derivada de economias de escala e da **ação conjunta***” ao apresentar como exemplo o APL de couro e calçados do Vale dos Sinos, RS, onde a entrada no mercado das indústrias chinesas que produziam a um custo mais baixo, além da imposição de compradores que exigiam cada vez mais lotes menores, melhor qualidade e rapidez na entrega, fizeram com que os produtores de calçados da região aumentassem a cooperação para vencer tais obstáculos.

Parte da literatura econômica e sociológica considera que “pré-condições” sociais e institucionais, tais como o elevado grau de civismo e de confiança da população, são essenciais para o desenvolvimento de uma região ou particularmente de um APL (Santos, 2004). Tais pré-condições, no entanto, não são facilmente encontradas na grande maioria das regiões subdesenvolvidas, o que as tornaria eternamente condenadas ao atraso. Locke (2003, *apud* Santos, 2004) considera, contudo, que a confiança pode ser construída em um processo seqüencial a partir da necessidade e do auto-interesse dos envolvidos, podendo o governo tomar frente na criação de instituições referenciais de confiança, desestimulando ações oportunistas ao oferecer benefício para uma ação cooperada baseada na confiança.

Estudos do cientista político Robert Puttman indicam que as regiões que tiveram uma maior cultura associativa foram aquelas que se desenvolveram mais rapidamente, ou ainda, a maior propensão à associação de uma população conduz a um desenvolvimento de longo prazo mais acelerado (Barros, 1999).

Barros (1999) indica ainda que a justificativa desta correlação entre desenvolvimento econômico e o grau de associativismo estaria no grande volume de informações que fluem nas relações sociais, muitas vezes com elevado nível de credibilidade, tornando-se informações altamente eficientes.

2.2.6 Metodologia para identificação de Arranjos Produtivos Locais

No sentido de gerar indicadores para definir potenciais arranjos produtivos locais, alguns autores²⁰ desenvolveram mecanismos que utilizam dados secundários, geralmente aqueles compilados por órgãos nacionais, como o Ministério do Trabalho - MTAB, IBGE, etc. Algumas variáveis encontradas nestes dados secundários, como aquelas existentes na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), coletado pelo Ministério do Trabalho, permitem realizar inferências bem como compor séries históricas que são fundamentais na busca por indícios de localização de APL's. Os dados da RAIS, por exemplo, permitem que se busque o quantitativo de trabalhadores, em determinadas ocupações, em cada ano, em cada cidade, já que são dados obrigatoriamente informados a cada ano pelos empregadores.

Como toda a literatura que se utiliza destes dados para realizar tais pesquisas, sempre é destacado o viés de tais informações, já que as mesmas apresentam apenas a situação do mercado formal de empregados, não quantificando o contingente de pessoal ocupado sem vínculo trabalhista através de carteira de trabalho. Especialmente no caso do setor de confecções, objeto principal deste trabalho, particularmente o caso do Pólo da Moda do Agreste, este viés pode comprometer o resultado de tal mecanismo para identificação de um APL, pelo expressivo contingente de relações informais de trabalho.

Os autores²¹ destacam então a utilização de indicadores como o **Quociente Locacional (QL)**, dado como sendo

$$QL = \frac{\frac{\text{N}^\circ \text{ Trabalhadores na microregião no setor do APL}}{\text{N}^\circ \text{ trabalhadores na microregião}}}{\frac{\text{N}^\circ \text{ Trabalhadores no país ou região no setor do APL}}{\text{N}^\circ \text{ trabalhadores no país ou região}}}$$

O QL é uma medida adimensional, apresentando apenas uma relação entre 2 conjuntos de variáveis. Dados da tabela 23 para o ano de 2004 indicam que em Toritama existe um contingente de 2748 pessoas com carteira assinada, das quais 1248 trabalham no segmento de confecções. Como no

²⁰ Maiores informações consulte Amaral Filho (2004) e Puga (2004).

²¹ Idem 20.

Brasil existam 31.205.778 trabalhadores com carteira assinada, dos quais 495.727 no setor de confecções, teríamos

$$QL = \frac{1248/2748}{495727/31205778} = 28$$

O número do QL indica o grau de especialização que a atividade possui na microregião analisada, quando comparada com uma região padrão (o país todo ou o estado, por exemplo). Quando $QL > 1$, diz-se que a microregião em estudo possui um grau de especialização maior que o conjunto. O número 28 encontrado acima indicaria que em Toritama existem mais empresas no setor de confecções em relação ao total de empresas ali existentes que a média nacional.

Já um $QL < 1$ indica que a microregião não possui especialização maior que o conjunto. Novamente os autores destacam o viés deste indicador, já que pequenas cidades com pouca diversidade produtiva tenderiam a possuir QL elevado, da mesma forma que cidades grandes, com diversificada estrutura produtiva, apresentariam QL baixo.

Ressalta-se ainda que um APL não é identificado exclusivamente pela existência elevada de empresas de uma mesma atividade numa mesma área. Outros fatores se fazem necessários para tal identificação, como o grau de integração entre os atores do APL, por exemplo, aspecto este que o resultado do quociente locacional não iria proporcionar. Assim, os autores novamente destacam que a informação fornecida pelo QL serve apenas como subsídio na identificação de prováveis APL's, sendo necessário, muitas vezes, visitas *in loco* e estudos de caso para constatar a existência das outras variáveis que caracterizam um APL.

Ainda no sentido de corrigir as falhas apresentadas no indicador do quociente locacional, alguns autores utilizam critérios paralelos, como o da **Densidade da Atividade** ²², cujo objetivo é o de melhorar a percepção daquelas arranjos produtivos mais robustos, ao aplicar restrições ao número

²² Ver Puga (2004) e Amaral Filho (2004).

mínimo de trabalhadores na região daquela atividade pesquisada bem como o número de empresas na região, também na atividade em estudo.

3 A indústria têxtil e de confecções no mundo

As décadas de 1960 a 1970 foram muito difíceis para praticamente todos os setores intensivos em mão-de-obra dos países desenvolvidos, e de modo especial, as indústrias têxteis e de confecções atravessaram grave crise, devido basicamente a questões relativas à competitividade internacional, os aumentos dos custos com mão-de-obra, de energia e das matérias-primas, além de adoção de crescentes restrições governamentais na área ambiental e nas regulamentações sobre segurança no trabalho e as rápidas alterações nos padrões de consumo e nas exigências dos consumidores (GALVÃO,2004)

Além do cenário traçado por Galvão (2004), têm existido uma tendência cada vez maior para o consumo de fibras químicas, sendo esta a mais importante questão relacionada a competitividade no cenário internacional. A dependência cada vez maior dos produtos quanto a variação da moda, a crescente difusão da *Supply Chain Management* e a constante realocação de atividades da cadeia têxtil (Prochnik , 2003) são fatores que devem ser analisados e projetados num cenário caracterizado pelo surgimento de grandes *players*, notadamente China e Índia, e talvez alguns *losers*, possivelmente países pouco competitivos e que se valiam do regime do quotas que permeava o comércio internacional de confecções até 01 de janeiro de 2005.

Espera-se que o fim das quotas ocorrido com o fim do ATC provoque aumentos significativos de bem-estar na população mundial, gerados, sobretudo, pela queda nos preços bem como pela alocação mais eficiente dos recursos de produção pelas nações que, sob a ausência das quotas, teriam seus produtos submetidos às questões de mercado.

Será destacado ainda neste capítulo a crescente importância que os artigos confeccionados tem obtido dentro da CTC, passando a representar uma parcela cada vez maior das exportações de toda a cadeia no mundo. Para o ano de 2004, o mundo comercializou US\$ 8.9 trilhões, dos quais US\$ 453 bilhões da cadeia têxtil e confecções - CTC. Deste total, US\$ 258 bilhões representam comércio internacional de confecções (OMC, 2004).

3.1 A indústria têxtil e de confecções no mundo – uma história

A história da indústria têxtil remonta a própria história do homem na terra em sua necessidade básica e elementar de “vestir”. O uso de roupas é considerado na maior parte do mundo como representante do bom senso e da ética humana, guiado por seus valores sociais. O vestir também está relacionado com aspectos como o conforto, decoração, por questões culturais, por necessidade, por praticidade. É pelo vestir, por exemplo, que se poderia intuitivamente indicar o *status* social de uma pessoa, já desde a antiguidade²³.

Não se sabe, contudo, quando o ser humano começou a usar roupas, sendo este tempo estimado em aproximadamente 100 mil anos, pelos mesmos motivos associados a idéia de vestir dos dias atuais, como aparência e proteção. Um habitante de localidades frias poderia usar uma pele de urso para aquecê-lo nas tempestades de gelo ou mesmo para identificá-lo devido a sua habilidade como caçador.

O conceito de moda, notadamente associado à indústria de confecção, passou a se inserir ao longo dos séculos. A simples idéia de vestir apenas como proteção para o corpo não mais dominava a mente humana. Durante o século XVI a corte espanhola passava a ser uma das principais referências em moda para toda a Europa. No século XVII foi a vez dos franceses, sendo a roupa de seus nobres rapidamente copiadas em outros países.

Mas foi a Revolução Industrial inglesa dos séculos XVIII e XIX que revolucionou totalmente os meios de fabricação de roupas. Até então, os tecidos e as roupas eram produzidos manualmente de forma artesanal. A criação de máquinas por ingleses como James Hargreaves, Samuel Crompton, foi uma das bases da revolução industrial. Eram máquinas que tinham capacidade de produção equivalente a 200 pessoas, possibilitando assim a produção de peças de roupa em larga escala, com preços bem mais baixos que aquelas criadas pelos artesãos.

A moda passava então a mudar com maior freqüência, muito embora apenas as pessoas ricas podiam se dar ao luxo de adquirir as últimas tendências.

²³ Dados obtidos de www.wikipedia.org/wiki/Roupa, acessado em 12/03/2006.

Ao longo do século XIX a industrialização na produção de roupas e tecidos espalhou-se por outros cantos do mundo, fincando-se nos Estados Unidos, Alemanha e Japão. Foi o setor têxtil e de confecções elemento chave da alavancagem do processo de industrialização em diversos outros países.

Destaque-se que gradualmente ao longo do século XIX as roupas foram ficando cada vez mais simples e leves. Camisas, saias e calcinhas foram criadas na década de 1870 , tornando-se logo tendência entre as mulheres da classe trabalhadora. *Jeans* passaram a ser usados por mineradores, fazendeiros e *cowboys* nos Estados Unidos.

Deve ser ressaltado, contudo, que não é devido exclusivamente a Revolução Industrial Inglesa o salto de relevância ou mesmo o impulso ao comércio do setor têxtil e de confecções no mundo. Era fato incontestável que naquele século XVIII a Inglaterra era uma potência industrial e militar. Porém, quando a *Companhia das Índias Orientais* começou sua expansão, ainda no século XVII, “a Índia superava a Inglaterra como potência industrial e manufatureira. Seus tecidos e roupas eram valorizados em todo o mundo, e suas exportações têxteis constituíam o grosso do comércio mundial de produtos têxteis e vestuário” (SACHS, 2005).

Já no início do século XX, às vésperas da revolução chinesa de 1911, a industrialização na China estava em andamento , principalmente nas cidades costeiras, cidades estas atualmente responsáveis pelo alto volume de exportações daquele país. Naquela época, Xangai, uma das mais populosas cidades chinesas, já era uma cidade industrial que crescia com o sucesso de suas exportações têxteis para o mundo.

No Brasil o processo de industrialização também passou pela inserção da atividade têxtil. GARCIA (1994) *apud* CAMPOS (2005) , ao fazer um breve histórico do setor no Brasil destaca sua importância para a indústria antes da década de 50 onde “a produção têxtil cresceu por todo o período da Segunda Guerra Mundial. Em 1941, o país era o segundo maior produtor mundial de tecidos, tendo se tornado o principal fornecedor de têxteis para o mercado latino-americano” .

3.2 A indústria de manufaturados têxteis

A indústria de manufaturados têxteis (**CTC, Cadeia Têxtil e de Confecções**) compreende desde a produção de fibras têxteis até o produto acabado e confeccionado, o que compreende uma diversidade grande de estruturas produtivas, intensidade de mão-de-obra e capital.

A descontinuidade destas operações da CTC possibilita flexibilidade na organização da produção e a existência de empresas com escalas de produção e níveis de atualização tecnológicas bastante diferentes (Viana, 2005). A tecnologia básica de alguns dos processos produtivos (confecções, por exemplo) está incorporada aos equipamentos e a (pouca) qualificação, não apresentando assim problemas de acesso a atividade, permitindo que quase todos os países se tornem fabricantes de produtos têxteis.

Viana (2005) apresenta as seguintes subdivisões da CTC:

Fibras têxteis – Fibras utilizadas como matéria-prima da indústria têxtil, podendo ser :

- *Fibras naturais*, aquelas encontradas na natureza e que necessitam apenas do beneficiamento para sua utilização. São exemplos o algodão (o Brasil é um dos mais competitivos neste segmento), a seda, o linho.
- *Fibras artificiais*, obtidas através da regeneração da celulose natural, resultado em fibras como a viscose e o acetato.
- *Fibras sintéticas*, obtidas a partir de subprodutos do petróleo, especialmente a nafta petroquímica, tendo como principais representantes o poliéster, a poliamida, o acrílico e o polipropileno.

Fiação – É o processo pelo qual se transforma as fibras têxteis em fios. São utilizados filatórios que, com o passar do tempo, foram incorporando tecnologias que viabilizaram aumentos substanciais de produtividade. As máquinas utilizadas neste elo são provenientes principalmente da Alemanha, Japão e Suíça, utilizando tecnologias bastante inovadoras. Esta ênfase em tecnologia torna tais equipamentos caros, necessitando então elevados investimentos iniciais para a implantação de parque industrial, sendo então considerado uma forte barreira a entrada de novas empresas.

Tecelagem – É o processo de produção de tecidos planos através do entrelaçamento perpendicular de duas ordens de fios. Os teares são os equipamentos utilizados neste processo. Também neste caso, apresentam diferentes níveis tecnológicos, implicando na quantidade de tecido gerado por unidade de tempo, entre outros aspectos.

Malharia – Semelhante ao processo de tecelagem, porém os tecidos são obtidos pelo entrelaçamento de um conjunto de fios no sentido da largura do tecido e no sentido do comprimento. São utilizados neste processo os teares retilíneos e os teares circulares, sendo os principais fornecedores de tais equipamentos novamente a Alemanha, Itália e Estados Unidos.

Acabamento – Retira-se as impurezas pré-existentes ou adquiridas nos processos anteriores, para então se realizar o tingimento ou o estampamento do tecido, além de realizar operações que propiciem estabilidade dimensional, suavidade, estética.

Confecções – É o elo final da cadeia, consistindo, segundo a ABRAVEST – Associação Brasileira da Indústria de Vestuário, em 21 segmentos, desde artigos de cama, banho, mesa, artigos de copa/cozinha, até o segmento de vestuário, que compreende roupas para os mais diversos fins, como roupas de dormir, praia/banho, roupas íntimas, profissionais, sociais, infantis, etc.

Diagrama da Cadeia Têxtil e Confeccões

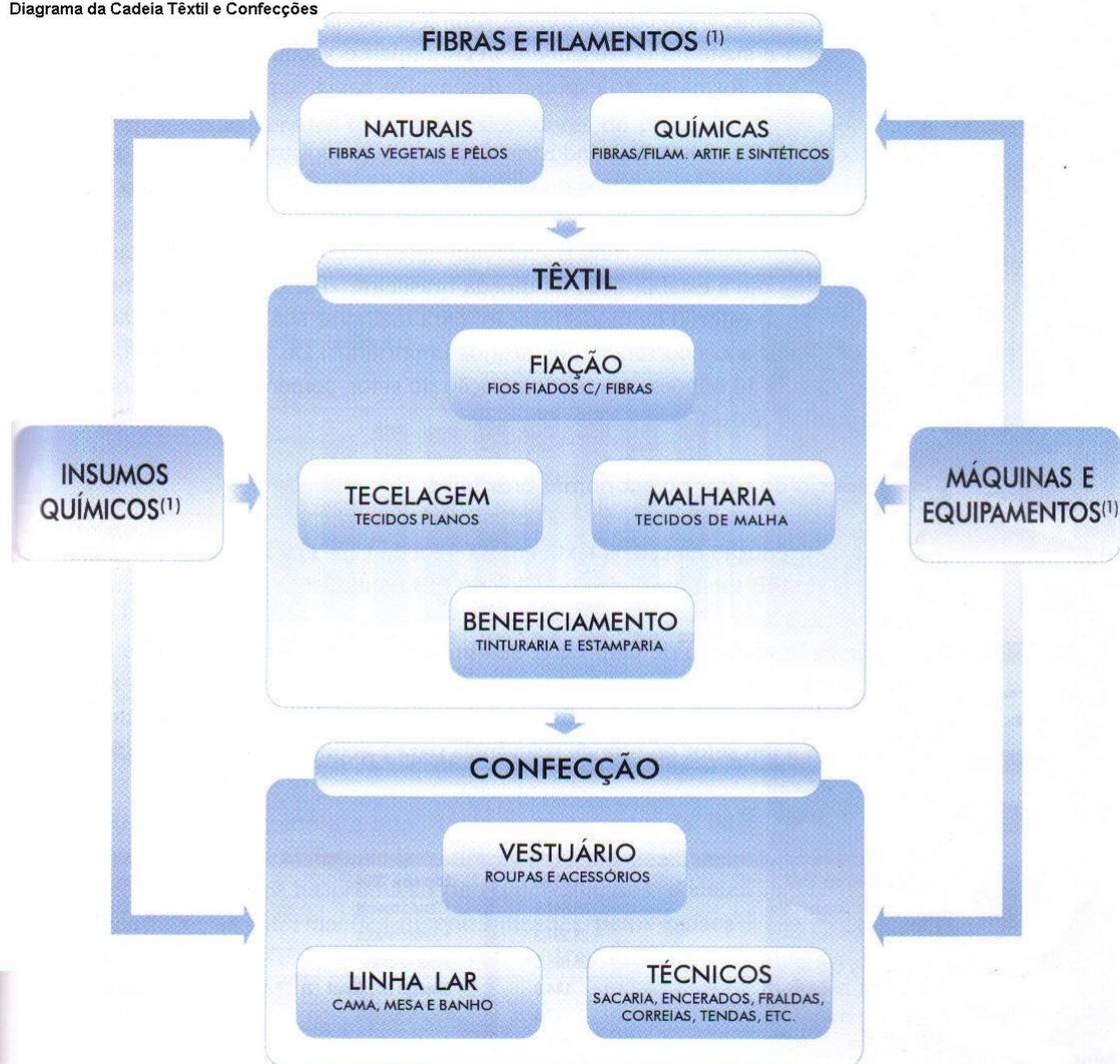


Figura 2

Nota: (1) segmentos fornecedores;

3.3 A indústria de confecções no mundo

A característica estrutural mais relevante da indústria de confecções no mundo é a grande diversidade de tamanho das unidades produtivas.

Outra característica das indústrias têxteis e de confecções é a constante migração da produção e conseqüente mudança de origem dos fluxos de comércio, sendo tal aspecto ainda mais significativo no setor de confecções, mais intensivo em mão-de-obra e menos exigente em escalas de produção (Prochnik, 2002). O autor cita como exemplo que desde a década de 50 existem constantes ondas de realocação da origem das exportações de confecções para os Estados Unidos, tendo tido destaque ao longo do tempo países como Japão, Hong Kong, Taiwan, Coréia do Sul, países do sudeste da Ásia (Indonésia, Filipinas, Tailândia, Malásia), países do sul da Ásia

(Bangladesh, Paquistão), México, América Central e Caribe e mais recentemente China e Índia.

Dados recentes do comércio mundial apontam um crescimento nas exportações de confecções ao longo dos anos, muito embora esta participação comparada ao crescimento do comércio mundial tenha ocorrido em escala menor. Em 2004, mais de US\$ 258 bilhões foram exportados pelos diversos países apenas de produtos confeccionados, sendo a China, Índia, México, Estados Unidos e Turquia, entre outros, os maiores exportadores mundiais (em valor).

Tabela 3 - Exportações mundiais de confecções (em US\$ bilhões) - maiores exportadores

País ou região	% do total de exportações mundo - 1995	2002	% do total de exportações mundo - 2002	% de suas exportações totais	2003	% do total de exportações mundo - 2003	% de suas exportações totais	2004	% do total de exportações mundo - 2004	% de suas exportações totais
Mundo	100%	200,85	100,00%	3,20%	232,48	100,00%	3,10%	258,1	100,00%	2,90%
China	15,19%	41,3	20,56%	12,70%	52,06	22,39%	11,90%	61,85	23,96%	10,40%
Índia	2,60%	3,94	1,96%	12,40%	4,1	1,76%	11,50%	4,45	1,72%	10,50%
Thailândia	3,16%	3,57	1,78%	4,90%	3,61	1,55%	4,50%	4,05	1,57%	4,20%
Bangladesh	1,24%	3,94	1,96%	67,80%	4,46	1,92%	62,30%	4,44	1,72%	54,50%
Turquia	3,86%	8,05	4,01%	39,50%	9,96	4,28%	21,30%	11,19	4,34%	17,70%
México	1,72%	7,75	3,86%	4,80%	7,34	3,16%	4,40%	7,19	2,79%	3,80%
EUA	4,20%	6,03	3,00%	0,90%	5,53	2,38%	0,80%	5,05	1,96%	0,60%
Indonésia	2,13%	3,94	1,96%	6,90%	4,1	1,76%	6,70%	4,45	1,72%	6,20%
Coréia do Sul	3,13%	3,96	1,97%	2,30%	3,64	1,57%	1,90%	3,39	1,31%	1,30%
Marrocos	0,50%	2,43	1,21%	30,40%	2,84	1,22%	32,50%	3,02	1,17%	30,90%
Romênia	0,86%	3,2	1,59%	23,40%	4,06	1,75%	23,10%	4,71	1,82%	20,10%
Brasil	0,19%	0,21	0,10%	0,50%	0,29	0,12%	0,40%	0,35	0,14%	0,40%

Fonte: OMC - 2004

Nota: Brasil relacionado apenas como comparação.

Dados mais recentes acerca dos fluxos de comércio de confecções para os **Estados Unidos**, atualmente o maior importador mundial de confecções, obtidos já do período de janeiro a novembro de 2005 através *US Department of Commerce, OTEXA*, indicam que a China já teria 22 % de *market share* das importações americanas de confecções e o México, mesmo com acesso privilegiado ao mercado americano devido ao NAFTA (*North American Free Trade Área, Área de Livre Comércio das Américas*), teria sua participação diminuída, possuindo atualmente pouco mais de 8 % do total de importações americanas deste segmento.

Tabela 4 - Origem das importações de confecções – EUA – em US\$ milhões

REGIÃO	1983	%	1990	%	1994	%	1998	%
China	759	8%	3439	13%	6338	17%	7180	13%
Tigres Asiáticos ²	5866	60%	10224	41%	9512	26%	9783	18%
Sudeste da Ásia ³	806	8%	3436	13%	5168	14%	7054	13%
Sul da Ásia ⁴	385	4%	1716	7%	3573	10%	5377	10%
América Central ⁵	389	4%	1985	8%	4538	12%	8349	15%
México	199	2%	709	3%	1889	5%	6812	13%
Resto do Mundo	1328	14%	4009	16%	5859	16%	9318	17%
TOTAL	9.731	100%	25.518	100%	36.878	100%	53.874	100%

Notas: 1 – Com exceção do Japão; 2 Coreia do Sul, Formosa, Hong-Kong e Macau; 3 Indonésia, Filipinas, Tailândia, Malásia e Cingapura; 4 Índia, Bangladesh, Sri Lanka e Paquistão; 5 Rep. Dominicana, Honduras, El Salvador, Guatemala, Costa Rica, Jamaica e outros países do CBI.
Fonte: Gereffi (1999, pag. 46)

Este caráter migratório merece algumas considerações, algumas delas já apresentadas neste trabalho. Pela própria essência da indústria de confecções, forte empregadora e propulsora de desenvolvimento industrial para as diversas nações, inclusive nações pobres e com poucos recursos tecnológicos, já desde antes da década de 50, o intercâmbio de mercadorias deste segmento estava sujeito a sérias restrições impostas pelos grandes países importadores, sejam através das quotas e tarifas elevadas de importação e uma série de outros subterfúgios criados pelos países desenvolvidos, sempre com objetivos de proteger sua indústria e consequentemente os empregos que elas geravam internamente. Para burlar tais restrições comerciais, especialmente as quotas, os países em desenvolvimento exportadores de confecções utilizavam-se do artifício que chamamos de “*quota chasing*”, justificando, parcialmente, as mudanças dos fluxos comerciais de confecções para o mercado americano.

Além do aspecto ressaltado, o caráter migratório também é parcialmente explicado pela relevância do pagamento de salários mais baixos como fonte de competitividade, além do treinamento simples requerido pela mão-de-obra empregada na atividade e poucos requisitos de infra-estrutura e investimentos para sua instalação.

Dados da ABRAVEST (2004) ²⁴ apresentam os custos de mão-de-obra, em US\$/hora bem como dos encargos relativos a mão-de-obra nos principais países produtores de peças de vestuário.

Tabela 5 - Custos de mão-de-obra – países produtores de confecções

PAÍS	CUSTO DA MÃO-DE-OBRA US\$/hora	ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO %
Alemanha	21,94	
Itália	16,65	100%
Estados Unidos	12,26	
Hong Kong	4,90	
Portugal	4,77	
Turquia	1,95	30%
Tailândia	1,56	
México	1,50	65%
Brasil (sul)	2,40	117%
Brasil (Nordeste)	1,00	117%
China	0,52	10%
Índia	0,50	15%
Indonésia	0,24	22%

Fonte: GHERZI apud ABRAVEST (2004)

Deve-se ressaltar, contudo, que não apenas os baixos salários justificam a competitividade internacional e a propensão a novas instalações de plantas industriais nos diversos países. O caso de Bangladesh ilustra a situação onde, apesar dos baixos salários, aproximadamente 30 a 40 % inferiores àqueles praticados na China e na Índia, o país não conseguiu tirar proveito desta mão-de-obra de extremo baixo custo. Estudo de Mlachila e Yang (2004) apud UNCTAD (2004) aponta que a *“infra-estrutura precária e insuficiente, especialmente relacionada ao fornecimento de energia elétrica, telecomunicações e disponibilidade de containers em seu porto principal, implica em sérias restrições ao setor de exportação deste país, especialmente o de confecções”*. Bangladesh, juntamente com Camboja, Laos, Sri Lanka, Paquistão, apresentam uma pauta de exportações concentrada no segmento de confecções, algumas vezes superior a 60 % de toda a pauta destes países.

São países pobres, em geral com PIB's *per capita* inferiores a US\$ 500, os maiores beneficiários do sistema de quotas que governou o setor de

²⁴ Fonte: Associação Brasileira do Vestuário, www.abravest.com.br, acessado em 27/03/2006.

confeccões e têxtil nas últimas décadas. A introdução da indústria têxtil e de confeccões em vários destes países pobres, entre eles países da África, da América Central e do Leste Europeu, foi viabilizada por acordos de preferências comerciais entre grandes importadores, como os Estados Unidos e União Européia. São acordos que, em geral, propiciam a entrada de confeccionados destas nações para os mercados americano e europeu em situação de preferência em relação aos demais países.

São os empregos gerados pela indústria têxtil, especialmente nos países periféricos, que se mostra relevante o estudo acerca deste segmento. Na China, apenas no setor de confeccões, existiam mais de 2 milhões de empregos nesta atividade (tabela 6) em 2001. Países como Índia, México e Brasil também possuem uma enorme massa de trabalhadores empregados neste setor, principalmente pela pouca ou quase nenhuma necessidade de qualificação para o desenvolvimento da atividade, já que são países com uma imensa maioria da sua população com baixo nível educacional.

Tabela 6 - Empregos na CTC – países produtores de confeccões

PAÍS	1995	2001
Setor têxtil		
China	6730	4775
México	187	317
Índia	1579	1289
Brasil (1)		339
Confeccões		
China	1750	2027
México	476	681
Índia	264	331
Brasil (1)		1233

Em milhares de empregados

Fonte: Deloitte R. Study (2004) e (1) IEMI (2005)

Estima-se que aproximadamente 500 milhões de pessoas seriam retiradas da pobreza nos próximos 15 anos se todas as barreiras ao comércio internacional fossem removidas²⁵, tendo o setor têxtil e de confeccões, um dos mais protegidos e com tarifas médias mais elevadas, um papel significativo neste cenário.

²⁵ CLIDE, William R. Doha can achieve much more than skeptics expect, Finance & Development, Março/2005.

3.4 Confeccões X barreiras comerciais e preferências tarifárias

As regras atuais da Organização Mundial do Comércio – OMC – estabelecem que “*todas as restrições quantitativas às importações de têxteis e confeccões são eliminadas em 2005, porém não impõem obrigação de redução de tarifas*” (UNCTAD, 2004:5). A redução das mesmas faz parte das negociações das tarifas industriais dentro da **Rodada Doha**, atualmente em curso no âmbito da OMC com previsão de conclusão em 2007. Isto significa que, ao contrário do que se possa inicialmente imaginar, o fim do ATV em 2005 não significou uma liberalização total do comércio deste segmento, mas sim um passo adiante nesta direção, já que as tarifas médias aplicadas pelos diversos países, principalmente os países em desenvolvimento, ainda são bastante elevadas e com a presença de picos tarifários.

Ressalta-se, contudo, que devido ao uso freqüente de preferências comerciais concedidas pelos grandes países importadores a determinados grupos de países existe uma grande variação do nível tarifário com que se deparam estes países em relação aos demais.

A tabela 7 apresenta a média tarifária aplicada por diversos países, grandes *players* do segmento de confeccões, entre desenvolvidos e nações em desenvolvimento. Alguns pontos merecem destaque na análise da mesma:

Tabela 7 - Tarifas médias de importação dos países (conjunto de produtos selecionados - vide nota) - ano base 2003

REGIÃO	MANUFATURADOS		TÊXTEIS		CONFECÇÕES	
	Média simples	% de linhas tarifárias superiores a 15%	Média simples	% de linhas tarifárias superiores a 15%	Média simples	% de linhas tarifárias superiores a 15%
<i>Países desenvolvidos</i>						
Austrália (2004)	5,6	6,7	10,1	4,0	19,7	68,0
Canadá	4,2	7,8	8,5	7,9	14,3	65,4
União Européia (2002)	1,3	0,6	2,8	0,0	3,8	0,0
Japão	3,2	10,1	5,6	3,9	12,1	37,6
Estados Unidos	3,3	4,2	6,9	4,4	10,3	20,6
<i>Países em desenvolvimento</i>						
Brasil	14,7	45,0	17,1	86,7	20,0	100,0
China (2004)	9,7	15,1	11,4	11,4	17,0	86,7
Índia (2001)	30,8	93,5	29,3	98,3	34,0	95,9
Malásia (2002)	8,0	30,3	14,3	57,0	14,6	53,1
México	18,5	51,3	21,5	87,4	34,3	98,2

Fonte: Banco Mundial apud UNCTAD (2004)

Nota: Os manufaturados se referem ao Standard International Trade Classification (SITC) 68; Têxteis SITC 65; Confeccões SITC 84;

- Alguns países possuem uma alta quantidade de picos tarifários (acima de 15 % de tarifa, por exemplo), como o Brasil, onde 100 % das tarifas do setor de confecções superavam esta medida;
- Países desenvolvidos aplicam, na média, tarifas menores que os países em desenvolvimento nos diversos setores, inclusive o de confecções, possuindo, também, picos tarifários em menor quantidade;
- Na maioria dos países desenvolvidos a tarifa média dos bens manufaturados apresenta níveis bastante inferiores que aqueles aplicados ao setor de confecções e têxtil, em torno de 1/4 ou 1/3 em relação a estes 2 setores;

Percebe-se então que as relativamente altas tarifas aplicadas ao comércio de confecções, tanto pelos países desenvolvidos como por aqueles em desenvolvimento bem como a existência de inúmeros picos tarifários implicam num nível de protecionismo ainda elevado mesmo após a queda das quotas, cabendo às negociações da Rodada Doha a diminuição gradual deste protecionismo, num jogo de concessões de todos os lados, tanto dos países em desenvolvimento, que têm interesse sobretudo no comércio de seus bens têxteis e confecções, além daqueles provenientes do agronegócio, bem como dos países desenvolvidos, preocupados com questões relativas ao comércio de manufaturados, compras governamentais, propriedade intelectual e serviços financeiros.

Outra tendência do comércio mundial é o estabelecimento de acordos regionais e a concessão de preferências tarifárias e acesso favorecido. Prochknik (2002) destaca que *“os países em desenvolvimento, beneficiados por estes acordos, conseguiram aumentar sua participação muito mais rapidamente do que aqueles que não conseguiram participar”*. O autor apresenta ainda uma relação de acordos regionais aos quais os Estados Unidos concedem preferência tarifária para acesso ao seu mercado , dentro da CTC:

- **Nafta** - Área de Livre Comércio das Américas, formada pelo Canadá e México, além dos EUA;
- **Israel** – Acordo de livre comércio;
- **CBERA** – Países indicados na Lei de Recuperação Econômica da Base do Caribe, formado pelos 24 países do Caribe. Esta lei foi sancionada em 1983 com objetivo de expandir as relações econômicas dos EUA com a região, tendo sido então o setor de confecções o grande beneficiário deste acordo. Em 1984 apenas 4 % das importações americanas provenientes dos países da CBERA eram de confecções. Em 1995, eram quase 50 %.
- **ATPA** – *Andean Trade Preference Act*, formado pelos países Andinos;

- **AGOA** – Países africanos indicados pela Lei Crescente e Oportunidade Africana (*África Growth and Opportunity Act*). São 17 países nos quais o vestuário fabricado ali, com tecido americano ou de países indicados (geralmente da própria região) recebiam tratamento de tarifa zero até 2004.

A União Europeia possui também o mesmo estilo de acordos preferenciais com uma série de países, principalmente aqueles do leste europeu e do mediterrâneo (Norte da África).

Estes acordos preferenciais proporcionam uma margem de competitividade para estes países beneficiários dos acordos tarifários. Explicam, inclusive, como as nações do norte da África e do leste europeu, incluindo a Turquia (um dos grandes *players* no comércio mundial de confecções), tiveram crescimentos expressivos de suas exportações para a UE bem como aumento de seu *market share* dentro do segmento de confecções ao longo dos últimos 10 anos, mesmo quando se compara este crescimento a países notadamente possuidores de vantagens competitivas, como a China.

Bangladesh também ilustra o caso, pois entre 2000 e 2002 este país manteve sua participação dentro da UE, onde possui preferência comercial através do SGP – **Sistema Geral de Preferências**. Já nos Estados Unidos, onde se depara com a tarifa padrão aplicada a **Nação Mais Favorecida** – NMF – Bangladesh viu sua participação declinar significativamente.

Outros expedientes além dos acordos preferenciais têm provocado desvios de comércio, descaracterizando o princípio das vantagens comparativas preconizado do Ricardo. São as **regras de origem**, onde os países importadores exigem quantidades mínimas de insumos de determinada origem (geralmente do próprio país fabricante) na fabricação dos têxteis ou confecções que seriam exportados. O grande problema deste expediente é que não existe ainda um padrão internacionalmente aceito para se definir regras de origem (UNCTAD, 2004), gerando então meios de se criar mecanismos unilaterais de restrição ao comércio. Quão maior é a aplicação das regras de origem, maior será o incentivo de se utilizar insumos locais na produção de seus manufaturados têxteis, deslocando então produtores de insumos internacionalmente competitivos destes mercados sujeitos a regras de origem de seus produtos.

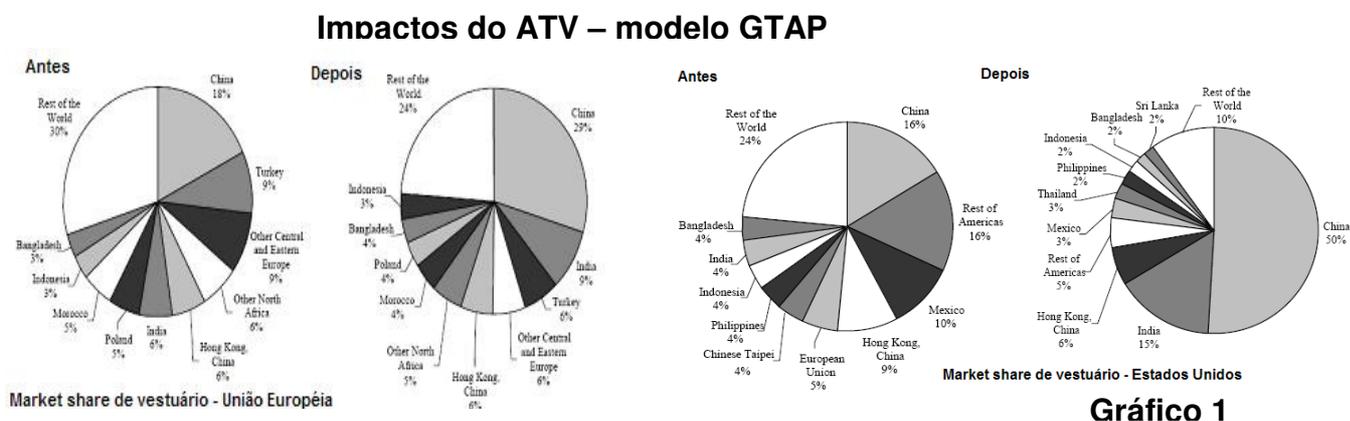
É bem verdade que o estabelecimento destas regras de origem têm proporcionado aos países da África sub-sahariana expandir suas exportações de vestuário para os Estados Unidos de uma forma sem precedentes, através da regra “do 3º país”, onde estas nações poderiam adquirir insumos de países indicados pelos EUA ou mesmo do próprio EUA, confeccionar e reexportá-los ao mercado americano.

3.5 Confeccões dentro do MFA e do ATC – Previsões para um cenário de ausência de quotas

Durante os anos que antecederam a queda de todas as barreiras ao comércio internacional de têxteis e confeccões inúmeros estudos foram realizados por diversos organismos internacionais, entre eles o Banco Mundial, UNCTAD, OMC, preocupados em prever como seria o mundo em um cenário de ausência total de restrições quantitativas ao comércio deste segmento.

Tais estudos eram essencialmente baseados em modelos de equilíbrio geral computáveis através da utilização de um *software* para este fim chamado GTAP²⁶. Alguns resultados dos estudos apresentavam outras diferenças já que em alguns casos a base de dados utilizada no GTAP estava baseada nos padrões do comércio de 1995, enquanto outros estudos utilizavam a base de dados mais atualizada, de 1997.

Os resultados obtidos em Nordas (2004) concluíam que *“tanto a Índia quanto a China iriam praticamente dobrar (para 9 % e 29 %, respectivamente) seu market share nas importações de vestuário da UE e triplicar ou quadruplicar (para 15 % e 50 %, respectivamente) seus market share’s nas importações de vestuário dos Estados Unidos”*.

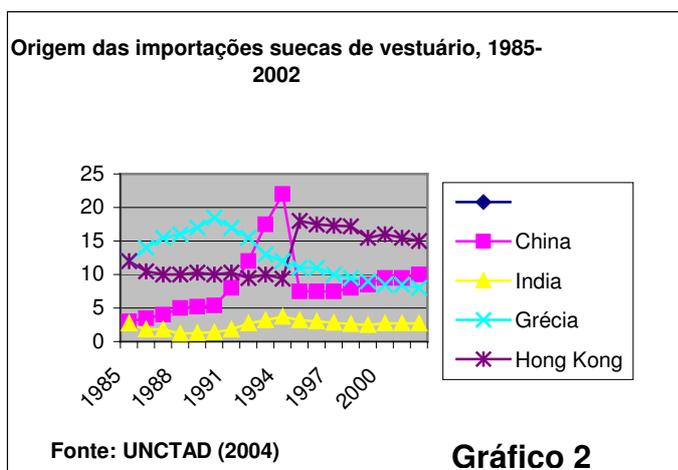


Fonte: comtrade database apud Nordas (2004)

²⁶ Tanto o *software* como a base de dados e os manuais de utilização podem ser baixados em www.gtap.com

O resultado da simulação apontada em Nordas (2004) é respaldado pelas mudanças nos preços relativos dos produtos decorrentes da queda das tarifas, não capturando então a influência do fator tempo e distância como barreiras ao comércio. No segmento de vestuário, sobretudo em virtude dos conceitos de moda, estação e diferenças culturais, estas variáveis seriam relevantes na elaboração de qualquer modelo de impacto, embora talvez de difícil mensuração.

Já o trabalho de UNCTAD (2004) utiliza como base de seu estudo um caso real de remoção de quotas para simular os impactos do fim do ATC. Trata-se da remoção de restrições quantitativas do setor têxtil e de confecções ocorrido na Suécia em 1991 e sua re-imposição em 1995, até chegar novamente a remoção parcial das quotas no 3º estágio do ATC, em 2002. O que se verificou é o histograma apresentado, com algumas considerações obtidas através dele (UNCTAD, 2004):



- O *market share* da China no mercado Sueco praticamente triplicou logo após a eliminação das quotas em 1991;
- Após a reimposição das quotas em 1995, após a Suécia ingressar na UE, a participação da China volta a cair para os níveis anteriores a 1991, ficando praticamente estável no período após 1995, inclusive apresentado o fato de que as 3 etapas de liberalização do ATC, por serem unilaterais (os produtos parcialmente liberalizados eram selecionados pelos países importadores), representavam um subconjunto de produtos onde a competitividade chinesa não era tão desproporcional;
- A participação de mercado da Índia nas importações da Suécia também cresceu de forma semelhante a China, porém em escala inferior;
- O fato mais importante a ser destacado é o relacionado a Hong Kong, praticamente oposto ao desempenho das exportações chinesas para a Suécia. Enquanto após 1991 a participação da China crescia, Hong Kong diminuía. Após a reimposição das quotas em 1995, a participação de Hong Kong volta a subir, enquanto a China cai, ilustrando de forma enfática que, ao se deparar com quotas de acesso a mercados, a competitiva indústria de confecções

chinesa utilizava-se de intermediários em Hong Kong para escoar sua exportação para a Suécia.

UNCTAD (2004) também analisa os efeitos gerados pelas etapas 2 e 3 do ATC, onde as quotas de alguns produtos deixaram o antigo MFA e passaram a ser governados pelo novo acordo, o ATC. Os resultados novamente ratificam os cenários previstos pelos modelos de equilíbrio geral computáveis de Nordas (2004). Algumas observações são destacadas neste estudo:

- Primeiro, não há dúvidas que a China irá ser a grande beneficiária da total remoção das quotas, porém deve-se levar em conta que os grandes varejistas importadores tenderão a reduzir os riscos de manterem relações com apenas um único país, mantendo assim uma rede de fornecedores internacionais distribuídos por outros países;
- Segundo, contrariamente aos três estágios anteriores do ATC, onde foram liberalizados apenas produtos onde a competitividade dos grandes importadores era maior, em 2005 todos os produtos, inclusive aqueles baseados na **moda** e com maiores valores agregados, seriam liberalizados. Porém, o conceito de *fast-moving fashion* (mudança contínua dos padrões de moda) torna a proximidade geográfica dos grandes mercados importadores bem como a confiança da entrega, além dos curtos prazos de envio um diferencial neste segmento;
- Terceiro, mudanças abruptas nos padrões de comércio tendem a gerar medidas protecionistas visando resguardar a indústria interna. Assim, outros padrões de restrições comerciais, como as medidas de **salvaguardas**, amparadas pela OMC mesmo após 2005, poderiam ser utilizadas pelos países neste novo cenário²⁷.

3.6 Confeccões no mundo pós-ATC

O ano de 2005 marcou a queda das quotas do comércio internacional de têxteis e confeccões. A “aparente” competitividade de alguns países não mais existiria. O momento era de tensão.

Porém, o cenário delineado em 1994, ao final da **Rodada Uruguai** não se concretizou da forma planejada. Os primeiros dados agregados acerca das importações nos principais mercados consumidores, Estados Unidos e União Européia, começavam a causar aflição nos principais prejudicados, os produtores internos a estes países bem como os demais países que perderiam sua fatia de mercado nestas nações.

Em meados de 2005, após pressão dos produtores internos, o Departamento de Comércio americano impôs restrições às importações de uma série de produtos chineses, entre eles camisas de malha, roupas íntimas de algodão e calças. Pouco mais de sete semanas após a reimposição de

²⁷ O que efetivamente ocorreu. Tanto a União Européia, Estados Unidos e recentemente o Brasil vislumbraram a possibilidade de aplicar medidas de **salvaguardas** contra as importações chinesas sob a alegação de dano grave a sua indústria interna. A EU terminou por fechar um acordo com a China bem como o Brasil. Os Estados Unidos aplicaram tais medidas.

quotas para tais grupos de produtos, os mesmos já haviam atingido o limite imposto pelo governo americano para todo o ano de 2005. Nos quatro primeiros meses de 2005 as importações de confecções chinesas pelos EUA haviam crescido 79 % em relação ao mesmo período de 2004 (Valor Econômico, 11/07/2005).

O limite imposto pelos Estados Unidos havia sido definido unilateralmente em maio de 2005 e incluía outros produtos, como camisas masculinas infantis, calças de tecidos sintéticos, camisas de malha sintética, cuecas, pulôveres e outros produtos de lã.

Como retaliação, já que a reimposição das quotas pelos americanos havia sido definida antes mesmo de se negociar algum acordo com os chineses, o governo de Pequim anunciava que revogaria suas tarifas têxteis de exportação que haviam sido criadas em 01 de janeiro de 2005, bem como revogaria aumentos de impostos pouco antes anunciados. Assim, tarifas de 81 categorias de produtos seriam eliminadas (Valor Econômico, 31/05/2005).

Já a União Européia negociou um acordo com a China pelo qual a mesma auto-limitaria suas exportações de têxteis para o mercado europeu. Era um “acordo de transição” de três anos, até 2008. Pelo acordo, a UE limitaria o crescimento das exportações dos produtos chineses a 10 % anuais (Valor Econômico, 13/06/2005).

As tabelas **8 e 9** apresentam dados atualizados das importações de confecções para os mercados americano e europeu. Alguns países, notadamente aqueles que se valiam de preferências tarifárias de acesso aos mercados, perderam participação – *Market share*. O caso do México, por exemplo, é notável, pois perdeu em apenas 1 ano mais de 1,5 % do mercado americano. A estratégia da indústria mexicana têm sido agora o de focar em certos segmentos não cobertos pelos chineses²⁸ já que sua indústria interna começa a sofrer perdas, iniciando o processo de fechamento de fábricas e demissões.

²⁸ Fonte: **Mexico failing to take advantage of China restrictions**, www.emergintextiles.com, acessado em 28/03/2006.

Tabela 8 - Importações americanas de confecções – jan/nov 2005 (em US\$ milhões) - maiores exportadores

País ou região	Market 2004	share %	jan/nov 2005	Market share %	Varição Market Share %
Mundo	64767	100%	63825	100%	
China	8927	13,78%	14342	22,14%	8,36%
Índia	2217	3,42%	2757	4,26%	0,83%
Bangladesh	1977	3,05%	2180	3,37%	0,31%
México	6684	10,32%	5670	8,75%	-1,57%
Indonésia	2402	3,71%	2675	4,13%	0,42%
Honduras	2673	4,13%	2405	3,71%	-0,41%
Rep. Dominicana	2058	3,18%	1698	2,62%	-0,56%
Itália	1426	2,20%	1252	1,93%	-0,27%
África sub-sahara	1757	2,71%	1351	2,09%	-0,63%
Turquia	1168	1,80%	895	1,38%	-0,42%
Camboja	1429	2,21%	1551	2,39%	0,19%
Canadá	1504	2,32%	1185	1,83%	-0,49%
Brasil	134	0,21%	116	0,18%	-0,03%

Fonte: Adaptado de ITCB - 2006

Na União Européia, a China também aumentou sua participação de mercado sob perda dos demais países, onde praticamente todos os principais fornecedores tradicionais perderam mercado.

Países com tradição no mercado da moda, como a Itália, que ao longo de vários anos foi sinônimo de vanguarda neste segmento, também começaram a se render ao poder dos fornecedores de baixo custo. No mercado americano a participação da Itália caiu, perdendo 0,27 % do mercado americano de confecções. Hoje, os fabricantes italianos fornecem menos de 30 % para as empresas locais como a *Benetton*, devendo esta fatia cair para 10 % nos próximos anos (Valor Econômico, 2/03/2006).

A queda de participação italiana no mercado internacional de confecções coloca inclusive em cheque os **aglomerados produtivos** que fundamentaram toda a teoria acerca das vantagens competitivas das aglomerações de pequenas empresas numa mesma região geográfica. A Itália tem hoje 600 mil pessoas trabalhando no setor têxtil e de confecções, sendo ainda um setor bastante representativo na pauta de exportações deste país.

Tabela 9 - Importações europeias de confecções – jan/set 2005 (em US\$ milhões) - maiores exportadores

País ou região	2004	Market share %	jan/set 2005	Market share %	Variação Market Share %
Mundo	62121	100%	50623	100,00%	
China	14280	22,99%	16582	26,69%	3,71%
Índia	3076	4,95%	3171	5,10%	0,15%
Bangladesh	4616	7,43%	3282	5,28%	-2,15%
Indonésia	1660	2,67%	1042	1,68%	-0,99%
Tailândia	1108	1,78%	705	1,13%	-0,65%
Romênia	4774	7,6%	3410	6,7%	-0,9%
Turquia	9558	15,39%	7619	12,26%	-3,12%
Camboja	645	1,04%	415	0,67%	-0,37%
Sri Lanka	1013	1,63%	717	1,15%	-0,48%
Brasil	93,7	0,15%	84	0,14%	-0,02%

Fonte: Adaptado de ITCB – 2006

3.7 Principais *players, gainers e losers*

A liberalização provocada pelo fim do Acordo Multifibras em 1994 e a transferência gradual de produtos restritos por quotas para o ATC ao longo dos últimos 10 anos provocou e tem provocado impactos diversos na economia mundial no que se refere ao setor de confecções e de têxteis. Países que durante as últimas décadas desenvolveram suas indústrias internas fazendo uso de fortes e vultosos subsídios e preferências comerciais originárias de grandes países e comunidades importadoras vivem agora um momento que demanda ações concretas que influenciem sua competitividade, já que a tendência nos próximos anos é uma abertura comercial ainda maior neste segmento. Tal efeito desencadeará o surgimento de alguns países que saberão tirar proveito desta abertura, já que realizaram investimentos anteriores se preparando para este cenário bem como de outras nações que poderão ter impactos negativos em suas economias internas por não terem tido ações de atualização tecnológica e investimento em processos que aumentassem sua competitividade.

Países como a China, por exemplo, investiram massivamente em máquinas e equipamentos durante os últimos anos. Em 2002, 15,2 % das importações globais de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil e de

confeções foram realizados por este país. Como resultado deste investimento, que aumentou a intensidade do capital em relação a força de trabalho, tornou a indústria chinesa deste segmento altamente competitiva. Na Índia, por exemplo, o nível de salário é aproximadamente 10 % inferior aos salários chineses, contudo, o custo total da mão-de-obra na Índia é em torno de 40 % maior que na China devido basicamente a uma produtividade menor, gerada pela menor intensidade do capital, pior infra-estrutura de transporte, menores economias de escala e regulamentações governamentais, como tarifas de importação, restrição a investimento estrangeiro, restrição a demissão de funcionários, etc (DELLOITE, 2004).

O México e seus vizinhos mais próximos, basicamente os países da América Central e do Caribe, contam com a vantagem da proximidade do maior mercado consumidor do mundo, os EUA. Embora os dados mais atuais apresentem uma queda de participação da exportação de confeções mexicanas, este país permanece tendo algumas vantagens comparativas contra os outros *players*: a primeira delas, o custo do transporte de seus produtos é bem inferior que o custo do frete dos produtos chineses. O estudo da Deloitte (2004) coloca este como um fator que acaba por “anular” a mão-de-obra mais barata dos países asiáticos. Uma segunda vantagem mexicana consiste no tempo gasto para se enviar produtos do México para os Estados Unidos quando comparado com o tempo de envio da China. Tal aspecto, no estudo da Deloitte, “*é importante para lojistas que trabalham o conceito moda, já que a rotatividade do estoque e de novos produtos deve ser alta*”.

Tabela 10 - Custos de frete de importações de confeções para os EUA - % do valor importado

	Tempo em Trânsito	Custo total do frete
México	2	1,60%
China - via marítima	12	24,10%
China - via aérea	2	27,80%

Fonte: OECD apud Deloitte Research (2004)

Nota: Custo total do frete inclui custo dos impostos, o efetivo custo do frete e um "fator Tempo" para o caso da China.

Pelo custo unitário de sua mão-de-obra e pela proximidade da Itália, a Romênia conquistou um lugar de destaque nas exportações para a União Européia, embora tal participação também esteja ameaçada. Vários

empresários italianos, contudo, têm transferido suas plantas industriais de seu país, onde o custo unitário de um trabalhador gira em torno de 2000 euros, para a Romênia, onde este custo fica próximo dos 250 euros, quase dez vezes menos (Valor Econômico, 02/03/2006).

Dos países africanos da África sub-saariana, praticamente todos perderam mercado. Países como o Malawi, onde a renda está em torno de US\$ 0,50 por dia por pessoa, viram suas exportações para os Estados Unidos despencarem mais de 15 %. Outros, como Namíbia e Quênia, também tiveram menores embarques para o mercado americano, o que deverá acentuar ainda mais os graves problemas relacionados a pobreza generalizada nestes países.

4 A Competitividade da Cadeia Têxtil e de Confeções

Durante a década de 90 do século XX a indústria têxtil e de confeções brasileira incorreu em grandes desafios, como a urgente necessidade da atualização e modernização de seu parque de máquinas cujo objetivo principal era “*a redução de custos e a melhoria da produtividade e da qualidade dos produtos ofertados ao consumo*” (IEMI,2005), tanto interna como externamente, em face, sobretudo, a um cenário de maior exposição à concorrência dos produtos estrangeiros.

Tal esforço, ainda ressaltado em IEMI (2005), “*possibilitou maior competitividade aos produtos brasileiros frente à concorrência externa e permitiu, também, acentuada redução dos preços dos artigos produzidos internamente*”.

A realocização das unidades produtivas, especialmente aquelas de maior ênfase em mão-de-obra, como a indústria de confeções e vestuário, também pautou o cenário interno e definiu os termos da competitividade da CTC, onde várias plantas industriais foram deslocadas do sul / sudeste do país para o Nordeste, especialmente em função dos salários mais baixos e também do que naquele momento (meados da década de 90) se chamou de **guerra fiscal**, onde o objetivo dos governos locais era o de atrair novas unidades fabris para seus estados.

Dados do IEMI (2005) apontam que o número de empregos no setor de confeções tem diminuído ao longo dos últimos 15 anos, indicando, a princípio, a ocorrência do processo de modernização citado. O número médio de empregados por empresa também despencou, indicando a diminuição do tamanho médio das empresas, corroborando com indícios de que o estudo acerca da localização de empresas de pequeno e médio porte numa mesma região necessitam, para sua competitividade, das vantagens fornecidas por esta aglomeração, o que se chamou em capítulo anterior de **vantagens competitivas**.

Uma série de outros aspectos também influenciam na competitividade da CTC, como a difusão do *Supply Chain Management*, a utilização de

Sistemas de Informação integrados – ERP, CAD/CAM, infra-estrutura física, como fornecimento de energia elétrica, estradas, portos, distância dos mercados consumidores, valorização cambial, taxas de juros, dentre outros. Alguns destas variáveis serão destacadas nas seções que agora seguem.

4.1 Competitividade: Conceitos teóricos condicionantes

A idéia central acerca do conceito de competitividade está localizada na capacidade que as firmas têm de competir, de sair vitoriosos, de “ganhar” o jogo econômico e do mercado (CAMPOS, 2005).

Inúmeros conceitos são explicativos da competitividade. As teorias das **Vantagens Comparativas** de Ricardo e de *Heckscher e Ohlin*, por exemplo, destacam o princípio de que uma nação irá se especializar na produção daqueles produtos cuja ênfase esteja na abundância respectiva daqueles fatores necessários a produção e assim, ter comparativamente custos menores que a outra nação.

O conceito de competitividade, no entanto, evoluiu, como destaca Viana (2005), tendo a *“tecnologia assumido um papel primordial na definição de padrões de competitividade em nível mundial”*. A **teoria da vantagem competitiva** apresentada por Porter ressalta o papel da inovação em métodos e em tecnologia, partindo da premissa de que a competição é evolutiva, devendo-se incluir em seu conceito mercados segmentados, produtos diferenciados, diversidades tecnológicas e economias de escala.

Coutinho e Ferraz *apud* Viana (2005, pág 41) destacam a evolução da competitividade de uma visão estática para uma visão dinâmica, incluindo o papel das estratégias competitivas e o caráter temporal das vantagens competitivas. Na visão dos autores, tanto o desempenho quanto a eficiência são resultado de *“capacitações acumuladas e estratégias competitivas adotadas pelas empresas, em função de suas percepções quanto ao processo concorrencial e ao ambiente onde estão inseridas”*. Esta visão permitiu aos autores definir a competitividade como a capacidade que as empresas têm de formular e implementar estratégias concorrenciais com objetivos de manter, de forma sustentável, sua participação no mercado.

O trabalho de CAMPOS (2005), cujo objetivo era o de avaliar a competitividade do setor têxtil brasileiro, destaca duas visões da

competitividade. A primeira delas, ligadas a corrente *mainstream*, apresenta a competitividade como um resultado, uma relação “*ex-post*”. As empresas que apresentarem um melhor desempenho revelado são as que se apresentam mais competitivas.

A corrente *mainstream*, segundo CAMPOS (2005), vê a racionalidade econômica como a maximização de uma função objetivo, ou seja, se determinado objetivo for atingido, aquela empresa com maior capacidade de competir irá revelar os melhores indicadores referentes a função objetivo.

Já a visão da competitividade baseada na corrente *neo-schumpeteriana* parte da compreensão de como ocorre à concorrência, tendo a mesma um caráter dinâmico. As empresas irão obter maiores lucros no futuro se forem bem sucedidas ao implementar inovações hoje. É uma visão *ex-ante*, ou seja, a implementação de tais inovações que tragam vantagens de custos proporcionam a possibilidade de lucros maiores num determinado tempo e então, poderiam estas empresas reduzir seus preços em busca de um maior *market share*, além de impedir a entrada de novos concorrentes.

O caráter dinâmico da competitividade da visão *neo-schumpeteriana* também tem no trabalho de FERRAZ et al *apud* CAMPOS (2005) uma versão genérica, pela qual três fatores, internos e externos às empresas, explicam sua competitividade. São os fatores 1) Empresariais, 2) Estruturais e 3) Sistêmicos.

Nos fatores empresariais estão incluídos as técnicas de gestão e produção, as estratégias de *marketing* e logística, P&D e treinamento de pessoal. As decisões tomadas hoje pelas empresas as “credenciam” na possibilidade de auferir melhor desempenho no futuro, embora sob um ambiente de incerteza (CAMPOS, 2005).

Aspectos políticos-institucionais, legais e regulatórios são reflexos das estruturas política e jurídica do estado, podendo influenciar o grau de competitividade das empresas.

Os fatores sociais, especialmente aqueles ligados à mão-de-obra, também afetam a capacidade de competir, sejam pela abundância ou escassez de mão-de-obra, sua qualificação e nível de especialização e educação, a estrutura sindical e os encargos sociais relacionados a esta mão-de-obra.

E por fim, os aspectos relacionados ao comércio internacional também moldam a competitividade, enquadrados nos fatores sistêmicos apresentados por FERRAZ et al *apud* CAMPOS (2005).

4.2 Competitividade: Aspectos relacionados à infra-estrutura

A infra-estrutura exerce papel por vezes direto e outras vezes indireto nas diversas teorias que discorrem sobre desenvolvimento regional. Para Myrdal *apud* Benitez (1999) os *“efeitos propulsivos de expansão econômica existentes nas regiões de nível médio de desenvolvimento são fortalecidos pela melhoria dos transportes, das comunicações e dos padrões educacionais”*.

De forma direta, as regiões com maiores dotações de infra-estrutura têm sua competitividade elevada, além de aumentar a produtividade das atividades desenvolvidas naquela região.

A infra-estrutura relacionada aos transportes possui relacionamento direto com o desenvolvimento de longo prazo das regiões. No Brasil, nas últimas décadas, decrescentes investimentos em relação ao PIB tem sido realizados em novas construções e manutenção da malha viária já existente, gerando reflexos negativos sobre a eficiência do setor de transporte, o que ocasiona gargalos e custos extras no transporte de mercadorias.

Para acesso ao mercado internacional, especialmente no caso brasileiro, a possibilidade de contar com boa infra-estrutura de portos e aeroportos respondem indiretamente por fatores que influenciam nas exportações de produtos do setor de vestuário, especialmente aqueles considerados de “estação” ou “da moda”. Como enfatizado anteriormente, a proximidade dos grandes mercados consumidores em termos de horas de transporte são fonte significativa de vantagens para aquelas nações que tiverem fácil e rápido acesso a estes instrumentos de escoamento da produção. Os custos de **cabotagem** e de frete aéreo influenciam diretamente no preço FOB dos produtos exportados, de forma tal que elevados custos destas modalidades de transporte podem vir a inviabilizar os negócios realizados via comércio internacional.

Também o acesso estável, contínuo e a preços relativamente constantes a insumos essenciais utilizados na produção, como tecidos, aviamentos, linhas e

peças de reposição para máquinas e equipamentos relacionados a indústria do vestuário, são importantes para manutenção ou aumento do nível competitividade das empresas situadas em determinada região. Durante a década de 80, o setor têxtil e de confecções nacional foi impactado negativamente pela escassez de insumos para sua indústria, particularmente o algodão, devido, sobretudo, a praga do bicudo. Nos últimos anos, também, a competitividade da indústria nacional tem sido influenciada pela pouca oferta de fibras químicas no mercado interno, além da elevada proteção contra importação destes insumos. Deve-se destacar que, nos últimos 10 anos, o consumo mundial de fibras químicas (sintéticas e artificiais) é superior ao de fibras naturais. Em 2003, por exemplo, 38,5 milhões de toneladas de fibras químicas foram consumidos, contra 25,8 milhões de toneladas de fibras naturais. No Brasil, inversamente à tendência mundial, em todos os elos da CTC o consumo de fibras naturais, especialmente o algodão, são significativamente superiores ao consumo das fibras químicas. Este aspecto representa um risco potencial para toda a CTC, já que é influenciada pela produção do algodão, que está sujeita a quebras de safra e variações de preços nos mercados internacionais.

Do mesmo modo que a disponibilidade e o acesso a insumos a preços internacionais influenciam nos custos diretos de produção, a existência de energia elétrica estável impacta também na competitividade das firmas. Recentemente no Brasil a necessidade de se racionar a utilização de energia elétrica forçou as empresas a adotar ações relacionadas a economia de energia, pois foram definidas quotas ou limites de consumo durante determinado período. Este aspecto influenciou toda a economia nacional, representando um período de estagnação do crescimento do produto interno, PIB.

Em muitos casos, alguns daqueles relacionados acima, a infra-estrutura pode não ser exatamente uma fonte de vantagem competitiva, já que se supõe semelhante nas diversas regiões e países, porém torna-se forte desvantagem para aquelas regiões que não a possuem.

4.3 Competitividade: Aspectos macro e microeconômicos

Internamente, a indústria têxtil e de confecções é afetada pelo crescimento da atividade econômica, pela renda disponível para o consumo, pelo custo Brasil, pelas taxas de câmbio, taxas de juros, renda *per capita* e oferta de crédito (Viana, 2005).

Durante o início da década de 90 a abrupta abertura ao comércio exterior procedida pelo governo federal, seguida pelo processo de valorização cambial ocorrido em meados da década de 90 provocaram conseqüências que afetaram diretamente a indústria de confecções nacional. Por um lado, influenciou positivamente o processo de readequação do parque fabril do setor ao permitir a entrada de equipamentos modernos a custos em dólar bastante acessíveis (R\$ 1 = US\$ 1) e, por outro lado, permitiu importações de produtos finais acabados com custos bastante inferiores aqueles produzidos pelas pouco competitivas indústrias locais.

A evolução da renda real da população influencia no aumento do consumo interno. Já as taxas de juros podem influenciar tanto o lado da indústria, ao ter acesso a crédito para capital de giro ou financiamento de sua infra-estrutura produtiva, quanto o lado do consumidor final, ao desfrutar de possibilidades de financiamento de suas compras. Ainda no lado das empresas, especialmente aquelas com inserção internacional, o alto custo do capital, diretamente relacionado às elevadas taxas de juros, são fatores que influenciam negativamente a competitividade. Durante os últimos anos, as taxas de juros reais praticadas internamente sempre estiveram situadas entre as maiores do mundo, particularmente criadas pela necessidade do governo federal do Brasil financiar seus constantes *déficits* públicos através da venda de títulos de sua dívida.

Tabela 11 - Fatores macroeconômicos condicionantes de competitividade

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
PIB per capita em R\$	5327,0	5518,0	5800,0	6473,0	6954,0	7708,0	8799,0	9876,0
Taxa de câmbio (R\$/US\$) - média anual	1,08	1,16	1,82	1,83	2,35	2,93	3,07	2,93
Inflação % IPCA/IBGE	5,20	1,65	8,94	5,97	7,67	12,53	9,30	7,60
Evolução real do PIB per capita (1)		1,94	-3,83	5,63	-0,24	-1,69	4,85	4,64
SELIC nominal média no período (2)	24,7%	28,7%	25,6%	17,4%	17,3%	19,2%	23,3%	16,25%

Fonte: IEMI (2005)

Nota: (1) Crescimento do PIB per capita descontado da inflação no período anterior. Ex: Evolução % do PIB per capita De 1997 a 1998, descontando a inflação de 1998

(2) Fonte: BACEN – www.bacen.gov.br

A valorização do Real em relação ao dólar ocorrida em 2004 e também em 2005, por outro lado, também influenciou o setor exportador. A cotação média do dólar para o ano de 2005 foi de R\$ 2,43²⁹, uma queda de mais de 20 % em relação a 2004. Assim, para se manterem competitivas no mercado externo, as empresas precisaram enxugar ainda mais seus custos e aumentar a produtividade para compensar a valorização do Real.

A mesma questão cambial também explica a recente recomendação por parte da OMC ao governo da China para que proceda uma valorização de sua moeda, o *yuan*, adotando uma política cambial flexível³⁰. O *yuan* desvalorizado em relação ao dólar permite um nível “aparente” de competitividade dos produtos chineses, especialmente as confecções, segmento responsável pelo crescimento expressivo da balança comercial daquele país em detrimento de elevados *déficits* nas balanças comerciais mundo afora, em particular dos Estados Unidos.

A legislação trabalhista, estrutura sindical e menores custos de mão-de-obra são fatores que influenciam nos custos de produção da indústria de confecções. Segundo CAMPOS (2000), a atração de indústrias pelo Nordeste se deveu basicamente aos *“reduzidos salários, com pequena estrutura sindical, e principalmente, o grande esforço de incentivos fiscais dados à estas empresas, notadamente, pelo estado do Ceará (...) Neste estado o governo ainda contribui para a formação de cooperativas de trabalhadores que prestam serviços às indústrias”*. A formação de cooperativas, em muitos casos, é uma forma de flexibilizar a legislação trabalhista ao desonerar os encargos sociais da mão-de-obra.

Países como China e Índia, grandes *players* e exportadores de confecções, utilizam-se de seus reduzidos custos de mão-de-obra para se manterem competitivos. Na China, contudo, nas principais cidades costeiras e responsáveis pela maior parte das exportações chinesas, a escassez de mão-de-obra começa a influenciar no nível de salários. Em 2005, a Câmara Americana de Comércio na China detectou a elevação nos custos trabalhistas, o que reduziu as margens de alguns fabricantes americanos naquele país. Muitas companhias estão, inclusive, migrando suas plantas industriais em

²⁹ Fonte: BACEN – www.bacen.com.br

³⁰ VALOR ECONÔMICO. OMC quer que China valorize sua moeda, 16/03/2006.

direção ao interior da China onde o nível de salário pode chegar a 50 % da média das cidades costeiras.³¹. Deve-se destacar, entretanto, que este processo migratório tende a aumentar os custos de logística, especialmente pelas dimensões continentais chinesas. Porém, a economia com a redução nos custos de mão-de-obra devem ser superiores aos novos custos de logística para compensar tal mudança.

4.4 Competitividade: Aspectos tecnológicos

A inovação tecnológica e a adoção de novos métodos produtivos, com ênfase em novos equipamentos e processos tecnologicamente mais atualizados, são condições imperativas na obtenção de vantagens competitivas para as empresas.

A utilização de equipamentos tecnologicamente mais atualizados pode influenciar tanto a estrutura de custos da empresa como a melhoria dos processos produtivos, influenciando em aspectos como

- diminuição do tempo de produção por unidade de produto;
- aumento da qualidade final dos produtos produzidos;
- melhor aproveitamento dos insumos utilizados, conseqüentemente diminuindo a perda;
- Diminuição de custos com mão-de-obra, pois produzem mais em menor unidade de tempo;

Dados do IEMI (2005) apontam para uma diminuição no total de empregados do setor de confecções no Brasil ao longo dos últimos 15 anos. Esta diminuição, acompanhada ainda por um aumento no número de unidades produtivas, influenciaram no tamanho médio das empresas do setor. Os investimentos realizados pelas empresas na aquisição de máquinas mais modernas aumentaram a produtividade do setor, o que pode ser constatado pelos números da tabela **12**.

³¹ VALOR ECONÔMICO. China sofre com escassez de mão-de-obra, 21/03/2006.

Tabela 12 - Dados do setor de Confeccões no Brasil - 1990 a 2004

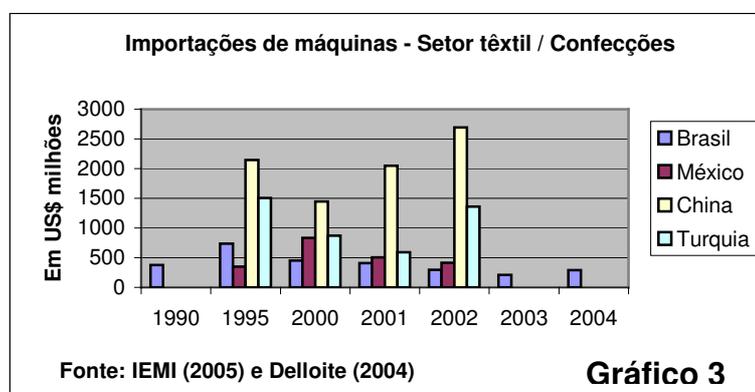
	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Produção (em mil toneladas)	820,0	1229,7	1635,9	1624,2	1699,5	1683,8	1739,7
Produção (em milhões de US\$)	30174,0	30456,6	28752,6	21750,4	18870,2	20047,6	23397,3
Unidades produtivas	15368	17.066	18797	18.438	17.766	18.060	19.042
Empregados (em milhares)	1755,8	1468,1	1233,2	1191,8	1134,8	1146,6	1171,5
Número médio de empregados	114,3	86,0	65,6	64,6	63,9	63,5	61,5
Preço médio (em US\$ / Kg)	36,80	24,77	17,58	13,39	11,10	11,91	13,44
Investimento em máquinas (US\$ milhões)	106,5	239,6	109,3	89,4	81,9	73,4	103,6
Produtividade por empregado (1)	0,467	0,838	1,327	1,363	1,498	1,469	1,485

Fonte: IEMI (2005)

1 - Produtividade = Toneladas / trabalhador

Ao longo dos últimos 15 anos a produtividade brasileira no segmento de confeccões mais que triplicou, influenciada, sobretudo, pela aquisição de máquinas mais atualizadas tecnologicamente e pela grande pressão a que se submeteu o elo de confeccões. O esforço de modernização possibilitou maior competitividade aos produtos brasileiros frente à concorrência estrangeira e permitiu, também, acentuada redução dos preços dos artigos produzidos internamente (IEMI, 2005) : enquanto a produção (em toneladas) pouco mais que duplicou no período de análise (1990 a 2004), a valor agregado da produção (em US\$) diminuiu.

O gráfico abaixo apresenta as importações de máquinas para o setor têxtil e de confeccões de alguns produtores mundiais. Como comparação, apenas de equipamentos e maquinário para o setor têxtil e de confeccões, em 2002 a China importou aproximadamente US\$ 2,6 bilhões, enquanto o Brasil aproximadamente US\$ 300 milhões.



Investimentos em equipamentos trazem retornos de curto e médio prazo. No curto prazo, melhorando a qualidade percebida em seus produtos por parte

dos clientes finais, como por exemplo, a utilização de máquinas de costura que já retiram o excesso de linha utilizado, processo antes realizado numa etapa de acabamento e realizado de forma manual. No médio prazo, por exemplo, diminuição da perda de insumos utilizados na produção com a adoção de sistemas CAD / CAM³².

Os sistemas CAD/CAM permitem que se realizem ensaios virtuais e se construam as peças de roupa no computador. Este procedimento possibilita tanto a padronização dos tamanhos das peças como a diminuição da perda do tecido, pois as peças de roupa são desenhadas em *software* específico de acordo com os padrões de tamanho pré-definidos e em seguida, são riscadas em *plotters*, num sistema de permite obter as melhores opções de corte do tecido, diminuindo então a perda de tecido neste processo na ordem de 5 a 8 %, como indicado por alguns fabricantes destes equipamentos.

A digitalização de projetos, aliada ao avanço das telecomunicações e o uso intensivo da *internet*, têm facilitado o desenvolvimento de pesquisas em conjunto por firmas transnacionais (CAMPOS, 2000). Tal aspecto, segundo a autora, traz benefícios, como uma maior facilidade para adaptar seus produtos mundiais em regionais, ou seja, alterar algumas características de seus produtos para os costumes locais.

Ainda segundo CAMPOS (2000), a utilização da eletrônica e da informática também pode ser encontrada na administração das empresas, permitindo uma diminuição dos níveis hierárquicos. A utilização de sistemas interligados em rede bem como a adoção de soluções de Sistemas de Informação Integrados – ERP³³, mesmo nas pequenas e médias empresas, permitem um acompanhamento *online* e uma melhoria na gestão dos recursos da empresa, quer financeiros, de estoque de insumos e de produtos acabados, o que, invariavelmente, impacta nos custos realizados pela empresa na gestão de seu estoque e por conseguinte em seu nível de competitividade.

4.5 Competitividade: Outros aspectos

³² CAD – *Computer Aided Design*, CAM – *Computer Aided Manufacturing*.

³³ ERP – *Enterprise Resources Planning* ou Sistema Integrado de Gestão Empresarial - SIGE, sigla para indicar sistema de informação baseado em banco de dados que interliga todos os processos dentro da empresa, como financeiro, contábil, estoque, compras, etc.

A definição do que se entende por competitividade tem um papel essencial na análise do setor de confecções. Nas seções anteriores alguns aspectos que julgamos importantes foram considerados sem, no entanto, esgotar as inúmeras possibilidades de definição e consideração das variáveis relevantes neste estudo.

Na visão de Porter (1999) um país competitivo não seria aquele cuja taxa de câmbio favorece ganhos no mercado internacional, muito menos aqueles que obtêm saldos comerciais positivos, nem tampouco aqueles com mão-de-obra barata. Em sua visão, o único conceito significativo de competitividade

“...no nível nacional é a produtividade. O principal objetivo de um país consiste em proporcionar um padrão de vida elevado e crescente para os cidadãos. A capacidade para tanto depende da produtividade com que o trabalho e o capital atuam. Dependem tanto da qualidade e das características dos produtos como da eficiência com que são produzidos. A produtividade é o principal determinante do padrão de vida de longo prazo do país; é a causa primordial da renda per capita nacional”.

Especificamente ao setor de confecções, a competitividade das nações têm sido caracterizada também pelo grau de relacionamento entre as diversas etapas da cadeia produtiva. A difusão do **Supply Chain Management** – Gestão da Cadeia de Fornecimento – tem papel essencial. Através desta técnica, são ampliadas as trocas de informação entre agentes, modificadas as formas de distribuição dos produtos e implantados novos sistemas de gestão integrada das relações na cadeia produtiva. Assim, os determinantes de competitividade passam a ser encontrados na forma de relacionamento entre empresas ao longo da cadeia e não apenas ao nível das empresas consideradas individualmente (Prochnik, 2002). O autor destaca ainda que *“para as empresas de confecções a chave para o sucesso é a habilidade de introduzir elos de informação sofisticados, capacidades de previsão e sistemas de administração , isto é, de **gestão da cadeia de fornecimento**”*.

Assim, aumenta-se a relevância da ponta da cadeia, a da comercialização. As firmas líderes passam a ser responsáveis pela integração da cadeia, estabelecendo estratégias de comando de forma a dinamizar as operações, evitando desperdícios e incertezas (Prochnik, 2002).

Outra característica que impacta na competitividade, especialmente do segmento de confecções, é o conceito de “estação” ou de “moda”. Sendo

assim, a idéia de estar próximo dos mercados consumidores parece influenciar neste sentido. Infelizmente, o Brasil não estaria nem próximo dos EUA nem tampouco da UE, os maiores mercados consumidores. Estes problemas, contudo, poderiam ser superados com a exploração de características da geografia e cultura brasileiras (moda praia, por exemplo).

5 A indústria de confecções no Brasil

Dificuldades provenientes da elevação das importações ocorridas durante o ano de 2005 pautaram o desempenho do setor, sobretudo com o fim do ATV, o que tornou iminente a adoção de novas medidas protecionistas contra tais importações, notadamente da China. A possibilidade de aplicação de salvaguardas foi considerada ao longo do ano, mas apenas em 2006 um acordo bilateral entre Brasil e China foi assinado, limitando a entrada de aproximadamente 60 % dos têxteis chineses³⁴.

A valorização do Real ocorrida ao longo de 2005, em paralelo com a concorrência asiática, provocou queda na participação externa brasileira das importações argentinas, por exemplo. Enquanto as exportações brasileiras de confecções para a Argentina cresceram pouco mais de 2,9%, alcançando US\$ 33,2 milhões, as importações argentinas de confecções chinesas cresciam 135,6%, tendo alcançado US\$ 13,8 milhões³⁵. A Argentina é hoje o 3º maior importador de artigos confeccionados do Brasil.

Com objetivo de manter o nível de empregos do setor, além de buscar elevar a competitividade e a inserção internacional, o governo federal, através do MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da SECEX – Secretária de Comércio Exterior, passaram a desenvolver ações no sentido de promover as exportações, através do programa APEX-BRASIL, e fomentar ações de desenvolvimento nos Arranjos Produtivos Locais do setor de confecções. Estas ações, citadas em capítulo anterior, acompanhadas da criação de outros instrumentos e mecanismos que visaram desburocratizar as exportações, especialmente das micro e pequenas empresas, tiveram efeitos concretos ainda incipientes, embora tenham ação de médio e longo prazos.

O apoio aos APL's está em sintonia com o fato da maioria das empresas do vestuário serem micro ou pequenas, várias delas situadas geograficamente numa mesma região e que ali surgiram sem qualquer intervenção ou participação do estado, embora sejam bastante expressivas em suas regiões e propulsoras de desenvolvimento, como exemplo as empresas do Pólo de

³⁴ VALOR ECONÔMICO. China aceita cotas para vender têxteis ao Brasil, 10/02/2006.

³⁵ VALOR ECONÔMICO. Brasil perde terreno para rival asiático, 11/03/2006.

confeções do Agreste de Pernambuco , que geram mais de 76000 empregos diretos³⁶, e as empresas do APL da cidade de Jaraguá, estado de Goiás, cidade com pouco mais de 34 mil habitantes e que possui aproximadamente 400 confeções³⁷.

5.1 Caracterização do setor no Brasil

O setor têxtil e de confeções – CTC – no Brasil é caracterizado sobretudo pela enorme diversidade de tamanhos das unidades produtivas nas diversas etapas de produção. Nas primeiras etapas da cadeia, encontram-se empresas de grande porte, várias delas de inserção internacional, e que sua competitividade está muito relacionada a questões como escala de produção e acesso a insumos a preços internacionais. No último elo da cadeia, encontram-se empresas de menor porte e escala, com tendência na diminuição do seu tamanho médio, tendo fatores como moda, *time-to-market* e *fast-fashion* fundamentais em suas vantagens competitivas de médio e longo prazos.

Tabela 13 - Totais por segmento da CTC - base 2004

Fibras/Filamentos	Têxteis	Confeções	Vestuário (1)
15 unidades	3847 unidades	19.042 unidades	16.531 unidades
10 mil empregos	312 mil empregos	1.172 mil empregos	996 mil empregos
418 mil ton/ano	1.575 mil ton/ano	1.740 mil ton/ano	1.022 mil ton/ano
US\$ 1.2 bi fat/ano	US\$ 15,9 bi fat/ano	US\$ 23,4 bi fat/ano	US\$ 15,3 bi fat/ano

Médias por empresa nos segmentos - base 2004

Fibras/Filamentos	Têxteis	Confeções	Vestuário (1)
667 empregados	81 empregados	62 empregados	60 empregados
28 mil ton/ano	409 ton producao/ano	91 ton producao/ano	62 ton producao/ano
US\$ 80 mi fat/ano	US\$ 4.1 mi fat/ano	US\$ 1.2 mi fat/ano	US\$ 0.92 mi fat/ano

Fonte: IEMI/ABRAFAS apud IEMI (2005)

Nota: (1) Vestuário é subconjunto de confeccionados

Pode-se constatar que ao longo dos últimos 15 anos a indústria de confeções se deparou com uma série de adversidades que culminaram em mudanças em sua estrutura produtiva.

- Perderam mercado ao longo da década de 90, onde o ambiente macroeconômico, conjuntamente com a abertura comercial, forçaram o fechamento de várias indústrias, recuperando-se no início deste século;

³⁶ SEBRAE/PE E FADE/UFPE, 2003, **Estudo de caracterização...**

³⁷ NORONHA, Eduardo G. **Política industrial e ambiente institucional na análise de APL's**, Texto para discussão IPEA 1076, 2005.

- As empresas de médio e grande porte foram as maiores prejudicadas, não tendo recuperado os empregos que haviam no início da década de 90;
- As indústrias de pequeno porte aparentemente estavam a margem do ambiente vivenciado durante a década de 90, já que pouca influencia sofreu no número de unidades produtivas fechadas e no processo de fechamento de postos de trabalho.

Tabela 14 - Brasil - Distribuição das empresas de confecção por porte

Porte	1990	1995	2000	2004
Pequenas				
Nº fábricas	11079	13368	13071	14779
Mão-de-obra	88503	73675	89894	100332
Médias				
Nº fábricas	3843	3307	5174	3930
Mão-de-obra	675335	562215	496501	468161
Grandes				
Nº fábricas	446	391	552	333
Mão-de-obra	462118	347531	190677	180953

Fonte: IEMI (2005)

Notas (1) Pequenas até 30 funcionários

(2) Médias entre 31 e 200 funcionários

(3) Grandes acima de 200 funcionários

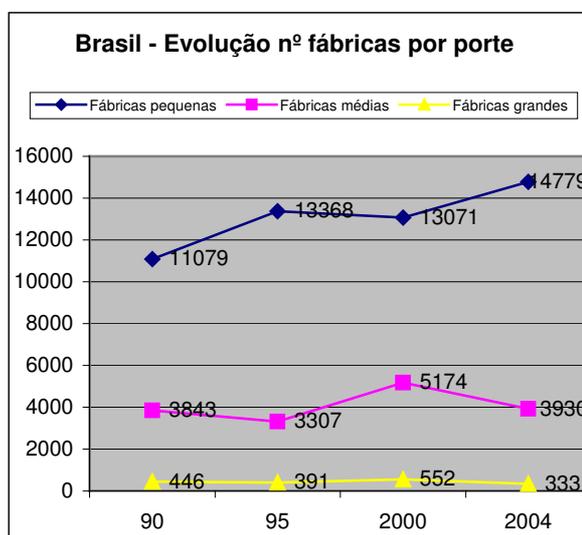


Gráfico 4

Os números apontam para o fato de que durante a década passada, devido a invasão de produtos importados, especialmente dos países asiáticos, as fábricas de médio e grande porte do sul e sudeste, para se manterem em um mercado competitivo, passaram a transferir suas linhas de produção para outras regiões, como o Nordeste, onde a estrutura sindical era mais flexível e os salários mais baixos. Ademais, passaram a terceirizar parte de sua produção através de *façções*, várias delas informais e de pequeno porte, que passaram a realizar etapas do processo que antes eram realizadas internamente nas médias e grandes empresas.

A busca de maior competitividade também explica, em parte, a diminuição dos postos de trabalho que acompanhou a reestruturação produtiva dos últimos anos.

O setor do vestuário, tanto em termos de geração de empregos quando em faturamento, é o que merece maior destaque dentro da CTC, pois representa mais de 60 % de todos os empregos da cadeia bem como foi responsável por mais da metade do faturamento do setor.

Tabela 15 - CTC no Brasil em números - Ano base 2004

Receita Bruta 2004	US\$ bi	Empregos 2004	mil func.
Têxteis básicos	15,8	Têxteis básicos	311,5
Confeccionados	23,3	Confeccionados	1171,5
<i>Vestuário (3)</i>	15,3	<i>Vestuário (3)</i>	996,3
Total da cadeia (1)	25,0	Total da cadeia (1)	1483
PIB Ind. Transformação (2)	144,00	Emprego Ind. Transformação (2)	8765
Participação %	17,4	Participação %	16,9
PIB Geral	604,9	PEA	87767
Participação %	4,1	Participação %	1,7

Fonte: IEMI/IBGE/BACEN apud IEMI (2005)

Nota: (1) Valor consolidado de produção

(2) Não inclui indústria extrativa mineral e construção civil

(3) Vestuário é subconjunto de confeccionados.

A indústria do vestuário é também o principal componente da chamada indústria de confecções, que por sua vez, está inserido dentro da CTC, sendo o objeto principal de nosso estudo. Como ressaltado, é intensiva em mão-de-obra, tendo um dos mais baixos investimentos necessários à geração de um emprego dentre os diversos setores industriais. A *“fraca imobilização financeira, a tecnologia de domínio popular e a pouca qualificação requerida pela mão-de-obra, facilitam a proliferação de empresas neste setor, caracterizando-se como um setor com barreiras de entrada frágeis”* (Viana, 2005). Este segmento trabalha abastecido por oligopólios que fornecem as principais matérias-primas (tecidos, aviamentos e máquinas). A produção possui demanda elástica e altamente volátil, já que estão relacionadas a tendências da moda.

5.2 – Utilização de matérias-primas

A utilização das fibras químicas (sintéticas e artificiais) representa um dos pontos vulneráveis para a CTC no Brasil, em especial o setor de vestuário. Poucas empresas no país são produtoras desta matéria-prima, a grande maioria subsidiárias de grupos internacionais que aqui estão instalados. Contrastando com a tendência mundial, o consumo de fibras químicas no Brasil ainda é inferior ao das fibras naturais em todos os elos da cadeia. A maior utilização de tecidos baseados nestas fibras químicas são fonte de competitividade para a indústria de confecções ao redor do mundo, porém no

Brasil a produção desta matéria-prima tem sido estável ao longo das duas últimas décadas, enquanto a produção mundial duplicou (Prochnik, 2002). Em paralelo a este cenário, a competitividade brasileira está concentrada na utilização de fibras naturais, notadamente o algodão, que está sujeita a variações e quebras de safra, como apresentado em capítulo anterior.

O problema relacionado à safra do algodão é importante para análise da vulnerabilidade da CTC nacional. Como trata-se de *commodity*, seu preço é regulado pelas relações de oferta e procura no mercado mundial. O aumento da produção mundial, maior que o consumo, tem provocado queda nos preços internacionais. Os subsídios concedidos pelo governo americano aos produtores locais, fato este que tem influenciado no aumento da área plantada naquele país, crescendo 10 % no período de 1998 a 2001 (Prochnik, 2000, pág 66), sinalizam para preços internacionais em queda. Tal motivo também tem explicado internamente a diminuição da produção do algodão em estados que tradicionalmente eram grandes produtores, como São Paulo e Paraná. Os cotonicultores destes estados têm preferido outras culturas, como cana-de-açúcar e soja, que têm apresentado melhores retornos no comércio internacional³⁸.

As fibras químicas mais utilizadas na indústria de confecções são a viscose, a poliamida, o acrílico e o poliéster. São fibras utilizadas na confecção dos mais variados tipos de roupa, desde *lingerie*, moda esportiva e moda praia. Uma grande parte das fibras químicas são utilizadas em misturas nos tecidos, como em camisas, lençóis, etc.

Com objetivos de aumentar a competitividade da cadeia têxtil baseada em fibras sintéticas, encontra-se em desenvolvimento um projeto estruturante a ser implantado nos estados da Bahia e Pernambuco. Trata-se de uma planta verticalizada, denominada **Projeto Citene**, cujo objetivo será a produção de 180 mil toneladas de POY – Fio Parcialmente Orientado. O Brasil atualmente consome 350 mil toneladas deste insumo³⁹, enquanto produz apenas 55 mil toneladas, precisando importar o restante do poliéster do sudeste asiático.

5.3 Migração: Distribuição espacial do setor de confecções no Brasil

³⁸ VALOR ECONÔMICO. Algodão definha em SP e no PR, 20/03/2006.

³⁹ Fonte: www.abit.org.br, acessado em 02/05/2006.

A busca da competitividade no cenário interno durante a década de 90 era questão de sobrevivência para a absoluta maioria das ineficientes indústrias de confecção nacional. Intensiva em mão-de-obra, o custo salário e encargos sociais impactam de forma direta nos custos de produção do setor, de forma que a busca por regiões com mão-de-obra abundante e treinada, recebendo salários relativamente mais baixos e com estrutura sindical mais branda tornam-se fatores chave para a competitividade. Pesquisa do SINDROUPAS-CE indicou através de pesquisa com seus associados que os custos da mão-de-obra sobre o preço de venda só são superados pelos custos do tecido sobre o preço final do produto (Viana,2005, pág 38), dando a relativa importância que têm o fator mão-de-obra nos custos da produção do segmento do vestuário.

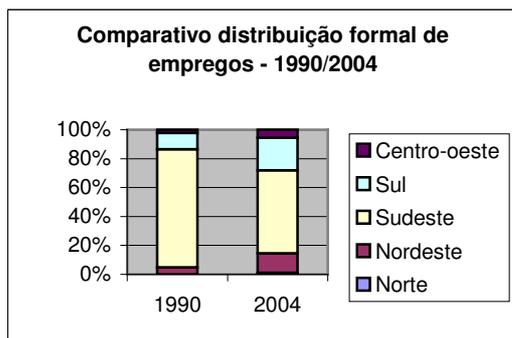
Desta forma, verificou-se uma transferência de várias plantas industriais, especialmente da indústria do vestuário, para o Nordeste.

Tabela 16 - Brasil - Empregos e indústrias por região - Vestuário

Ano	1990		1995		2000		2003		2004	
	Indústrias	Empregos	Indústrias	Empregos	Indústrias	Empregos	Indústrias	Empregos	Indústrias	Empregos
Norte	113	491	263	407	296	10.973	309	10.591	256	11.004
Nordeste	1100	72.564	1628	63.532	2088	135.533	2103	129.458	2269	134.580
Sudeste	9444	1.235.233	8709	1.036.566	9086	618.707	8504	549.152	9488	571.720
Sul	2232	168.165	2750	86.621	3435	220.649	3479	221.624	3716	223.505
Centro-oeste	394	34.449	558	22.026	729	54.066	761	55.383	802	55.546
TOTAL	13.283	1.510.902	13.908	1.209.152	15.634	1.039.928	15.156	966.209	16.531	996.355

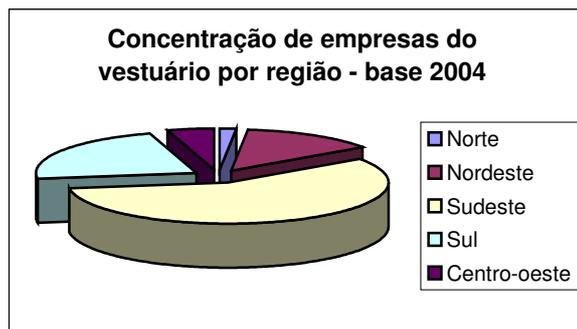
Fonte: IEMI (2005)

O crescimento mais expressivo durante a década de 90 foi da região Norte, porém sob uma base instalada muito pequena no início da década. Todas as regiões sofreram do processo de abertura comercial e da valorização cambial em meados dos anos 90. O processo de reestruturação, tanto tecnológico quanto de realocação das indústrias, passou a existir a partir de 2000, tendo a região Sudeste perdido mais da metade dos postos de trabalho que existiam no início de 90. As regiões Nordeste e Centro-Oeste, aparentemente, foram as maiores beneficiárias deste processo, praticamente dobrando de tamanho (tanto em empresas como em empregos) ao longo dos últimos 15 anos.



Fonte: Adaptado de IEMI (2005)

Gráfico 5



Fonte: Adaptado de IEMI (2005)

Gráfico 6

Ressalta-se, entretanto, que a maior parte das indústrias do vestuário encontram-se ainda nas regiões sul e sudeste. Estes números sempre se referem a informações oficiais, representando empresas e empregos formais. São empresas maiores, que empregam, em média, um maior número de funcionários, e que possuem, em geral, uma maior inserção internacional. O relatório “**Brasil têxtil – 2005**”, publicado pelo IEMI – Instituto de Estudos e Marketing Industrial, em parceria com a ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, apresenta uma relação das maiores empresas do setor de confecções no Brasil. São empresas com mais de 1000 funcionários, em média, detentoras de marcas de abrangência nacional e internacional e que, em sua maioria, situam-se nestas duas regiões. No geral, as empresas situadas nas demais regiões do país foram do eixo sul / sudeste, são de pequeno e médio porte, várias delas de origem familiar, situadas numa mesma região geográfica e com abrangência local e regional.

O contexto para os Arranjos Produtivos Locais – APL - surge a partir da busca das vantagens competitivas locais geradas a partir da concentração de empresas numa mesma região, especialmente micro, pequenas e médias empresas desenvolvendo uma mesma atividade. Estes APL’s muitas vezes surgem em locais onde praticamente não existia infraestrutura adequada ao desenvolvimento de determinada atividade produtiva nem tampouco estavam na rota dos principais fornecedores, ou seja, possuíam condições adversas para início da atividade. Contudo, a abundante mão-de-obra, com baixa qualificação e conseqüente baixos salários criavam um ambiente favorável ao início do processo produtivo, especialmente em

atividades com pequena barreira de entrada e com baixa ênfase em qualificação de mão-de-obra, como o setor de confecções.

A região do Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano surgiu neste contexto ao longo dos últimos 30 anos, inicialmente utilizando como matéria-prima para suas indústrias o refugo (helanca, por exemplo) da produção das indústrias têxteis do sul / sudeste do país para, em seguida, atrair para aquela região diversos fornecedores de matéria-prima e aviamentos diante da constatação de uma maior demanda por seus produtos, inclusive relacionados com necessidade de melhor qualidade de tais insumos. Em anos recentes, a maior exigência do mercado consumidor e uma maior consciência dos empresários locais para a necessidade de produção com maior qualidade⁴⁰ fizeram com que grandes empresas nacionais e mesmo multinacionais⁴¹ fornecedoras de insumos instalassem escritórios comerciais e fornecedores de suporte técnico na região do Agreste, fornecendo ali os mesmos produtos existentes em qualquer parte do mundo, a preços também competitivos.

Como a maioria dos APL's produtores de confecções, o *cluster* de Jaraguá, estado de Goiás, também surge a margem das instituições públicas, tendo como propulsor de seu desenvolvimento a existência de frágeis relações de trabalho (ausência de vínculo empregatício) bem como a produção de artigos piratas. Nos anos recentes, contudo, com uma crescente participação de outros atores neste APL, especialmente o poder público, este cenário tem apresentado mudança, como a quase erradicação da produção pirata bem como pelo crescente aumento da formalização dos postos de trabalho na região (NORONHA, 2005).

5.4 A indústria de Confecções no Nordeste

A característica fundamental da indústria de confecções no Nordeste, particularmente a indústria do vestuário, diz respeito a diferentes escalas de produção, com algumas poucas empresas de grande porte e aproximadamente 95 % das indústrias da região compostas por micro e pequenas empresas (Viana, 2005). Soma-se a isto o alto grau de informalidade das empresas do setor, sobretudo nas micro e pequenas empresas.

⁴⁰ Os dados da pesquisa de campo realizada neste trabalho contemplam tal constatação.

⁴¹ Cedro (www.cedro.ind.br), Makital (www.makital.com.br), etc.

Esta indústria está espacialmente distribuída nos diversos estados da região, com destaque para o Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e Piauí.

Em Pernambuco e no Ceará encontram-se os mais importantes pólos confeccionistas da região Nordeste. Particularmente no Ceará, a concentração de empresas situa-se na RMF - Região Metropolitana de Fortaleza, com existência de empresas de maior porte e escala quando comparado com outros estados. As mais diversas linhas de produtos são ali fabricadas, com destaque para roupa íntima, roupa de dormir, roupa esporte, moda praia, moda masculina, feminina e infantil e aquilo que se denomina “modinha”, onde as empresas de menor porte produzem uma maior variedade de produtos em pequenos lotes, geralmente relacionados com as tendências do momento da moda (Viana, 2005).

Em Pernambuco a concentração das empresas encontra-se principalmente no Agreste do estado, região que passou a ser denominada como **Pólo de Confeções do Agreste** ou ainda mais recentemente **Pólo da Moda do Agreste**. Aproximadamente 75 % da atividade industrial relacionada ao segmento do vestuário no estado se encontra naquela região, tendo ainda a RMR – Região Metropolitana do Recife, que a pouco mais de 20 anos concentrava a maior parte da atividade no estado, perdido participação relativa na produção de peças do vestuário.

No Rio Grande do Norte a indústria de confeções é pouco pulverizada, tendo destaque a presença de duas grandes empresas de abrangência nacional e internacional, como a filial da Coteminas e a Guararapes, esta última proprietária da rede varejista **Lojas Riachuelo**. A Coteminas é especializada na produção de camisetas de malha com grande inserção internacional. Não é difícil imaginar então que a maioria dos 10 mil empregos no setor naquele estado (dados de 2004, tabela **23**) seja de funcionários destas duas empresas.

A Coteminas teve faturamento bruto em 2004 da ordem de R\$ 1.7 bilhão. Apenas no estado do Rio Grande do Norte emprega mais de 4000 pessoas. A Guararapes, cujo faturamento bruto para o exercício de 2004 foi de quase R\$ 400 milhões, tem sua sede no RN e emprega mais de 8000

funcionários em todo o Brasil, incluindo aqueles relacionados com a produção do vestuário propriamente⁴².

Na Bahia a indústria compõe-se basicamente de micro e pequenas empresas, voltadas, sobretudo, para o mercado local, com leve especialização “*na fabricação de roupas profissionais, concentrando-se notadamente em Salvador (cerca de 60 % das unidades produtivas) e Feira de Santana (18%)*” (Viana, 2005).

A Paraíba também possui certa relevância na indústria do vestuário regional, especialmente nas cidades de João Pessoa e Campina Grande. Como na Bahia, a produção visa abastecer o mercado interno ao estado, tendo pouca representatividade nas relações de comércio inter-regional e internacional.

Os demais estados do Nordeste têm pouca participação nesta atividade produtiva, especialmente naquilo que se refere a geração de postos de trabalho. Excetua-se estado do Piauí, que de forma semelhante ao estado do Rio Grande do Norte, possui internamente uma grande indústria de confecções que sozinha gera quase todos os postos de trabalho do setor naquele estado. A Guadalajara, proprietária da marca Ônix Jeans, emprega quase 2000 funcionários em Teresina, capital do estado, produzindo, além de suas marcas próprias (ônix e Dax), milhares de peças sob encomenda das grandes *griffes* internacionais⁴³.

No que se refere as tendências relacionadas ao nível de emprego, a tabela **23** aponta que têm havido nos últimos anos um pequeno crescimento na geração de empregos, considerando aqueles vinculados a um contrato formal de trabalho. Após superar os desafios ocorridos na década passada, com forte retração no nível de emprego em âmbito nacional, sobretudo devido a concorrência aos produtos importados, o segmento passou a apresentar crescimento da atividade.

Analisando os empregos formais, com dados do Ministério do Trabalho, verifica-se que o estado do Ceará é aquele de maior importância relativa, possuindo quase três vezes mais postos formais de trabalho que o estado de Pernambuco, o segundo maior gerador de empregos formais do segmento.

⁴² Valor “Grandes Grupos – 200 maiores – 2005”, pág 178 e IEMI – 2005, pág 169.

⁴³ IEMI – 2005, pág 169.

Esta maior importância relativa do Ceará no Nordeste em relação a Pernambuco merece algumas considerações que serão discutidas em capítulo a seguir.

Um fato, porém, merece destaque nesta análise. Quase 1,5 % dos postos de trabalho existentes em 2004 no Brasil eram de trabalhadores da indústria de confecção. Este percentual sobe para quase 4% quando considera-se apenas o estado do Ceará, indicando a importância relativa daquela indústria no estado. Em Pernambuco, analisando-se as estatísticas oficiais do Ministério do Trabalho listadas na tabela **23**, este percentual cai para 1,1 %.

Outro aspecto que explica o crescimento da indústria de têxtil e de confecções no Nordeste, sobretudo no estado do Ceará, são encontrados em Galvão (2004, pág 304/306). Este autor destaca que

“Foi a própria abertura comercial que terminou por salvar o setor no país. Depois do choque inicial causado pelas importações de bens finais de consumo, a indústria realizou intenso processo de reestruturação e organização produtivas. [...] Por dispor ainda de mão-de-obra barata e sobretudo devido aos generosos incentivos fiscais oferecidos pelos estados nordestinos, uma parte significativa das novas máquinas e equipamentos têxteis importados por empresas situadas em outras regiões, foram instalados no Nordeste”.

Galvão (2004) ressalta ainda que

“Notável foi a participação do estado do Ceará na renovação de seus parques industriais. Este estado não somente foi responsável por mais de 30 % de todas as importações regionais de máquinas e equipamentos têxteis, como também foi aquele que partiu mais cedo na renovação de seu setor têxtil”.

Tais importações de máquinas e equipamentos indicadas por Galvão (2004), embora não diretamente relacionadas ao setor de confecções, causam impactos indiretos, ao melhorar a estruturação da cadeia, já que máquinas têxteis mais atualizadas tecnologicamente sugerem maior produtividade e qualidade nos produtos, além de preços mais competitivos, cujo principal

mercado consumidor é o elo final da CTC, ou seja, o segmento de confecções e vestuário.

5.5 Confecções no Brasil X Barreiras comerciais e preferências tarifárias

O Brasil tem como seus maiores consumidores de confecções os Estados Unidos, Espanha, Argentina e Chile. A entrada de seus produtos nestes mercados estão sujeitas a tarifas de importação, a maioria delas em condições desfavoráveis no que se compara com outros exportadores para tais mercados, especialmente em relação aos EUA e a União Européia. Até mesmo a alíquota média de exportação de têxteis e confecções para a Argentina, sócia do Brasil no Mercosul, influi em menor crescimento das exportações para aquele país.

Tabela 17 - Exportações Brasil - Vestuário e seus acessórios			Importações Brasil - Vestuário e seus acessórios		
Em US\$ milhões			Em US\$ milhões		
	2004	2005		2004	2005
EUA	132,2	121,2	China	68,8	112,1
Espanha	35,3	37,4	Hong Kong	15,2	22,9
Argentina	30,8	32,6	Itália	10	11,4
Chile	16,9	19,8	Espanha	8,8	7,3
Uruguai	12,4	13,3	Índia	5,6	14,4
			Argentina	4,5	6,2
BRASIL	340,3	336,7	BRASIL	148,2	227,1

Fonte: IEMI (2005), www.aladi.org, www.usitc.gov e www.mdic.gov.br, Aliceweb (MDIC)

5.6 Impactos pós-ATV no Brasil

Em seção anterior foi destacado que o Brasil pouca representatividade tem no cenário internacional como exportador ou importador de produtos da CTC, embora sendo grande produtor, cujo maior mercado é o interno.

Como exemplo, até 2004 o Brasil tinha suas exportações de têxteis e confecções para os Estados Unidos sujeitas a quotas. A tabela **18** apresenta o percentual de utilização de quotas para alguns produtos exportados para os Estados Unidos. Nos produtos listados, o Brasil sequer chega a atingir o limite imposto pelas quotas, o que se leva a crer que haverá perda de participação das exportações brasileiras para o mercado americano, já que na ausência de

quotas, aqueles países de maior competitividade ocupariam a lacuna que antes estava direcionada ao Brasil.

Tabela 18 - ACORDO BRASIL/ESTADOS UNIDOS - NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DAS QUOTAS - 1998 a 2004

Brazil/United States Bilateral Agreement - Utilization of Quotas - 1998 to 2004

(em %)

CATEGORIA	PRODUTOS	Unidade	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
300/301	Fios de Algodão	kg	16,0	43,6	46,7	6,1	46,2	60,2	54,7
317/326	Sarja/Cetim	m ²	0,4	1,4	3,0	1,6	0,4	0,7	1,0
334/335	Jaquetas M & F	duz	0,0	0,1	3,5	2,1	3,1	4,2	6,1
336	Vestidos	duz	1,7	3,0	12,2	3,7	6,7	8,6	3,6
338/9 - 638/9	Camisas de malha M & F	duz	5,6	15,1	62,8	56,1	51,3	60,7	34,7
342/642	Saias	duz	1,0	0,3	1,4	2,4	3,4	6,8	5,4
347/348	Calças/Shorts/Bermudas	duz	7,1	3,1	14,6	27,8	38,7	46,4	34,9
350	Roupões	duz	45,7	33,8	34,5	37,5	-	-	-
361	Lençóis	pç	6,5	6,4	24,7	67,3	99,9	75,4	-
363	Toalhas felpudas	pç	29,6	28,6	53,0	58,2	75,8	92,3	89,9
369-D	Panos de copa	kg	23,9	61,2	32,5	28,3	-	-	-
410/624	Tecidos de lã	m ²	7,6	5,5		2,6	1,3	1,2	1,3
410 Sub	Tecidos de lã	m ²	35,3	27,2	21,0	15,0	7,5	8,4	9,4
433	Paletós/Ternos	duz	0,0	2,9		6,3	0,0	2,1	7,0
647/648	Calças/Shorts/Bermudas	duz	0,1	0,2			2,7	2,1	2,4

Fonte: U.S. Customs Service - Textiles Status Report – Elaboração própria

Os produtos do segmento do vestuário ficaram muito distantes de atingir as quotas estabelecidas às exportações brasileiras. Calças, shorts e bermudas, por exemplo, atingiram pouco mais de 34% do total, o mesmo ocorrendo com camisas de malha.

Os dados da tabela 8 corroboram na perda de participação do Brasil nas exportações para os Estados Unidos após o fim do ATV. Em 2004, foram US\$ 132 milhões, contra US\$ 121 milhões em 2005, queda de mais de 10 % no total exportado. Em contrapartida, as exportações internas a América do Sul, em particular para os países do Mercosul, como Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile⁴⁴ aumentaram, mesmo diante da concorrência dos produtos chineses. As preferências tarifárias de que goza o Brasil para acesso a estes mercados e a proximidade geográfica em relação aos mesmos concede-lhe vantagens em

⁴⁴ Chile é membro convidado do Mercosul.

relação a determinados nichos de mercado, especialmente aqueles valorizados com os conceitos da moda.

No que se refere aos impactos gerados pelo fim do ATV em nosso mercado interno, diante do aumento das importações, especialmente oriundos dos países asiáticos, algumas considerações devem ser realizadas:

- As importações brasileiras de têxteis e de confecções, que haviam alcançado US\$ 1.422 bilhões em 2004, atingiram US\$ 1.518 bilhões em 2005;
- A evolução das importações de origem chinesa no segmento de vestuário saltou de US\$ 68 milhões em 2004 para mais de US\$ 112 milhões em 2005, representando atualmente (dados parciais de 2006) mais de 50 % de todo os capítulos 61 e 62 da NCM, enquanto em 1996 representava pouco mais de 35%;
- Este aumento significativo das importações de produtos do vestuário da China não parece indicar desvio de comércio, já que outras origens de importação, como a Argentina, por exemplo, também apresentaram incrementos de exportação para o Brasil (tabela 17);
- Quando analisamos a CTC de forma agregada, a China *“não está ocupando o espaço da indústria nacional no mercado brasileiro, mas deslocando fornecedores tradicionais do país”*⁴⁵.

Tabela 19 - Importações brasileiras de segmentos específicos – CTC
Em US\$ milhões

Produto (NCM/SH)	1996		1997		2003		2004		2005		2006(1)	
	Total	China	Total	China								
Vestuário (61 e 62)	301,0	105,6	366,0	130,9	99,0	42,2	148,0	68,8	226,0	112,1	92,0	56,5
Filamentos sintéticos/artificiais (54)	422,6	5,0	414,4	6,2	465,6	83,0	617,3	145,3	568,0	168,2	177,9	60,9

Fonte: MDIC, sistema Aliceweb

Nota 1: Até março/2006

Tabela 20 - Importações brasileiras de segmentos específicos – CTC
Em toneladas

Produto (NCM/SH)	1996		1997		2003		2004		2005		2006(1)	
	Total	China	Total	China								
Vestuário (61 e 62)	41689,0	17941,0	36676,0	18422,0	13530,0	6976,0	27936,0	15796,0	32178,0	19622,0	11004,0	7116,0
Filamentos sintéticos/artificiais (54)	103456,0	2148,0	107175,0	2489,0	224692,0	22855,0	310307,0	50184,0	249184,0	64647,0	78089,0	23979,0

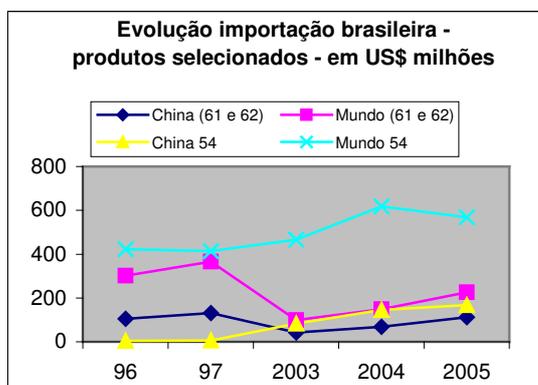
Fonte: MDIC, sistema Aliceweb

Nota 1: Até março/2006

As linhas de tendência dos gráficos **7 e 8** indicam que nos últimos 10 anos tem havido um crescimento das importações originárias da China, tanto de insumos (filamentos sintéticos e artificiais, NCM 54) quanto de confecções (61 e 62). No que se refere às confecções, o nível atingido em 2005, após o fim do ATV, é semelhante aqueles que ocorreram em meados da década de 90, após a abertura comercial. Já o que se refere a importação de filamentos

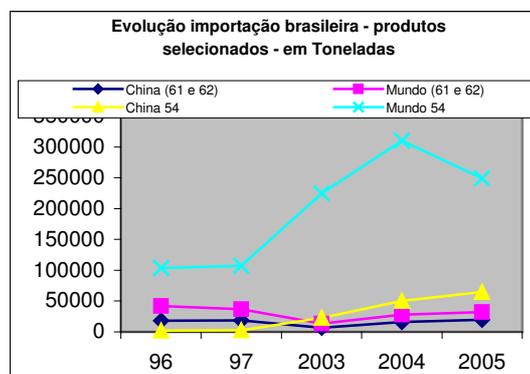
⁴⁵ VALOR ECONÔMICO. China desloca fornecedor tradicional, 20/06/2005

químicos (NCM 54), o crescimento das importações coincide com o crescimento da utilização deste insumo na CTC de modo geral bem como da elevação da competitividade da indústria chinesa neste segmento, sendo atualmente o maior produtor mundial de fibras químicas.



Fonte: MDIC (Aliceweb)

Gráfico 7



Fonte: MDIC (Aliceweb)

Gráfico 8

Outro grande *player* no cenário internacional é a Índia. Este país, contudo, mesmo tendo experimentado um significativo aumento de suas exportações para o Brasil, praticamente triplicando o volume exportado em 2005 em relação a 2004, ainda possui *market share* modesto quando comparado com o mercado ocupado pelas confecções de origem chinesa.

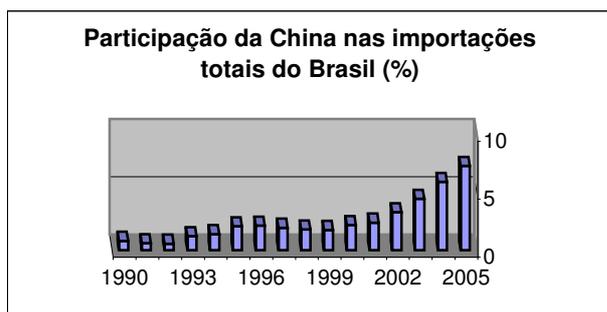
5.7 Acordo bilateral de limitação das importações chinesas

O ano de 2004 se encerrava com níveis recordes de exportação, tendo alcançado US\$ 96 bilhões de exportações, contra US\$ 62,8 bilhões de importações, registrando o maior superávit comercial da história do Brasil até então. Somente na CTC, foram mais de US\$ 2 bilhões exportados, contra US\$ 1,42 bilhões de importações.

Os primeiros dados obtidos do ano de 2005 apontavam para um cenário que para alguns parecia claro: os produtos de origem asiática, especialmente chineses, passavam a entrar no país de forma mais significativa. No segmento de confecções, por exemplo, as importações saltaram de US\$ 148 milhões em 2004 para US\$ 226 milhões em 2005, fortemente influenciados pelo rápido crescimento das importações chinesas e de Hong Kong, que praticamente dobraram no período 2004/2005.

As associações de classe, em defesa do interesse de seus conveniados, passaram a solicitar ações do governo brasileiro no sentido de barrar estas importações através de mecanismos de **salvaguardas**. Para tanto, os empresários precisavam apresentar provas de que os produtos importados causavam ou ameaçavam causar danos à produção nacional. A China havia se comprometido na OMC de restringir o crescimento de suas exportações de determinado item a 7,5 % ante o volume dos últimos 12 meses.

Este rápido crescimento da participação da China nas importações de têxteis e confecções brasileiras não era fato recente, contudo. Em 1996 e 1997 elas chegaram a representar 1/3 de todas as importações de peças de vestuário (tabela 19). Uma análise macro também indica forte crescimento da participação dos produtos de origem chinesa na pauta de importação do Brasil: em 1990 representavam menos de 1 % de nossas importações, enquanto em 2005 já representavam 7,3 % de tudo que o Brasil importou neste ano.



Fonte: Valor Econômico

Gráfico 9



Fonte: MDIC (Aliceweb)

Gráfico 10

Os comparativos de janeiro a abril de 2004 em relação a 2005 apontavam que em algumas categorias de produtos haviam registrado expressivos crescimentos no período considerado. As importações de vestuário e seus acessórios de malha, por exemplo, cresceram mais de 70 % no período da análise.

Tabela 21 – Importações de têxteis e confecções provenientes da China

JANEIRO/ABRIL-2005/2004 - US\$ MILHÕES FOB			
PRODUTO	VALOR	PART. %	VAR. %
- TÊXTEIS E CONFECÇÕES	116,1	100	56,0
- FILAMENTOS SINTÉTICOS OU ARTIFICIAIS	53,9	46,43	41,4
- VESTUÁRIO E SEUS ACESSÓRIOS, EXCT. MALHA	28,6	24,60	67,0
- VESTUÁRIO E SEUS ACESSÓRIOS DE MALHA	17,5	15,05	77,4
- OUTROS ARTEFS. TÊXTEIS CONFECCIONADOS	3,4	2,92	188,1
- FIBRAS SINTS./ARTIFS DESCONTINUAS	2,8	2,44	43,9
- TECIDOS IMPREGNADOS, REVESTIDOS, ETC.	2,0	1,74	-11,0
- TECIDOS ESPECIAIS, TUFADOS, RENDAS, ETC	1,9	1,66	96,5
- TECIDOS DE MALHA	1,7	1,49	680,8
- PASTAS ,FELTROS E FALSOS TECIDOS, ETC.	1,5	1,27	26,6
- LÃ, PELOS , FIOS E TECIDOS DE CRINA	1,4	1,20	226,1
- ALGODÃO	0,8	0,67	-8,6
- SEDA	0,5	0,47	121,1
- OUTRAS FIBRAS VEGETAIS, FIOS DE PAPEL, ETC.	0,1	0,05	399,2
- TAPETES, OUTS.REVESTIM.P/PAVIMENTOS	0,02	0,02	29,6

Fonte: Adaptado de MDIC

Diante destes fatos e pela forte pressão realizada pela indústria nacional, ainda em 2005, Brasil e China alinhavam um acordo pelo qual Pequim se comprometia a restringir voluntariamente dois terços de suas exportações de têxteis e vestuário para o mercado brasileiro até 2008. Em troca da restrição, o governo chinês pedia para que o Brasil se comprometesse a não aplicar sobre todos os outros produtos uma salvaguarda especial, que duraria até 2013.

Uma das diferenças deste acordo Brasil-China para os têxteis em relação aquele fechado pela China com a UE e com os EUA, por exemplo, estava no fato de que o controle das importações e das licenças de importação seriam realizados pelo governo brasileiro, diferentemente do acordo fechado pela China com os outros⁴⁶.

Finalmente em fevereiro de 2006 saia o texto final do acordo. Os pontos principais fechados eram:

- Limitavam a entrada de têxteis chineses por 3 anos;
- Englobavam 70 produtos, agrupados em 8 categorias diferentes, equivalendo a 60 % do total importado de têxteis chineses;
- As principais categorias incluídas eram **tecidos de seda, filamentos de poliéster, tecidos sintéticos, veludo, camisas de malha, suéteres, jaquetas e bordados;**

⁴⁶ VALOR ECONÔMICO. Brasil e China alinhavam acordo têxtil em Hong Kong, 16/12/2005.

- Estabelece limites para o crescimento das importações ao longo dos 3 anos de vigência do acordo, estabelecendo quotas para o aumento da entrada de cada produto considerado na lista.

Pelo acordo, as importações de camisas de malha provenientes da China só poderão aumentar 12,5 % em relação a base de cálculo, que foi a quantidade importada durante o período de outubro de 2004 a setembro de 2005.

Tabela 22 - Categorias cobertas pelo Acordo Brasil - China para têxteis

Cotas previstas para o aumento da importação de produtos chineses

Produto	Período base de cálculo	2006		2007		2008	
		Em t	Aumento %	Em t	Aumento %	Em t	Aumento %
Tecidos de malha	jul/04 a jun/05	60	8,0%	65	9%	72	10%
Filamentos de poliéster	out/04 a set/05	18431	12,5%	21196	15%	25435	20%
Tecidos sintéticos	out/04 a set/05	48421	12,5%	55569	15%	66683	20%
Veludo	out/04 a set/05	504	12,5%	580	15%	695	20%
Camisa de malha	out/04 a set/05	1872	12,5%	2153	15%	2691	25%
Suéteres	jul/04 a jun/05	1170	8,0%	1275	9%	1403	10%
Jaquetas	out/04 a set/05	6852	12,5%	7880	15%	9456	20%
Bordados	out/04 a set/05	276	12,5%	317	15%	397	25%

Fonte: ABIT apud Valor Econômico

O acordo incluía aproximadamente 60 % de todas as importações oriundas da China, enquanto aquele realizado entre a China e a UE contemplavam 30 %, e o fechado com os EUA, 45,8 %⁴⁷.

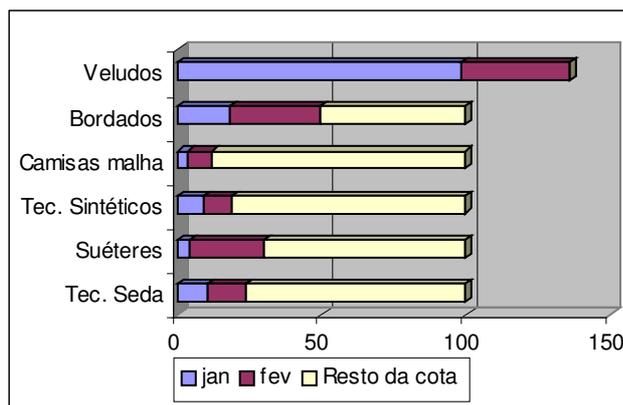
Embora acordado no mês de fevereiro de 2006, o acordo só entraria em vigor 30 dias após a assinatura do mesmo pelos ministros do Comércio da China e do Desenvolvimento e Comércio do Brasil.

Este fato provocou um rápido crescimento das compras externas de têxteis, especialmente das categorias e produtos listados no acordo. Para escapar das cotas definidas, os importadores anteciparam suas compras⁴⁸. O caso dos veludos ilustra a questão. Para escapar das cotas, apenas durante o mês de janeiro e fevereiro, uma quantidade maior que aquela estabelecida pelo acordo realizado em fevereiro já havia sido superada.

⁴⁷ VALOR ECONÔMICO. China aceita cotas para vender têxteis ao Brasil, 10/02/2006.

⁴⁸ VALOR ECONÔMICO. Importador eleva compra de têxteis na China para escapar das cotas, 23/03/2006

Brasil – importações de produtos sujeito a cotas – base 2006



Fonte: Valor Econômico

Gráfico 11

A interpretação de qual será o volume de cotas para o ano de 2006 ainda é um ponto obscuro no acordo fechado, podendo suscitar polêmica. A indústria brasileira entende que as cotas incluem as importações realizadas ao longo do ano de 2006 e não apenas a partir de abril, quando o acordo efetivamente começou a valer oficialmente.

Outro ponto que tem merecido destaque das autoridades e dos empresários no Brasil diz respeito aos produtos que entram no país sem fazer parte das estatísticas oficiais. Especialmente neste momento, onde passam a vigorar as cotas do acordo de restrição voluntária, a entrada de produtos têxteis e de confecções por meio de contrabando tende a acirrar ainda mais a disputa pelo mercado interno. As estatísticas oficiais do governo chinês apontam para exportações da ordem de 29,9 mil toneladas de vestuário em 2004 para o Brasil. Já os números provenientes do governo brasileiro apontam para apenas 9 mil toneladas⁴⁹.

Dentro do acordo negociado em fevereiro de 2006, a China se compromete também a informar todas as operações e o Brasil só emitirá licenças de importação dentro das cotas.

5.8 Competitividade do setor: diferenciar para sobreviver

A análise do comportamento das grandes empresas da CTC brasileiras diante das dificuldades provenientes da maior liberalização comercial e concorrência dos produtos asiáticos, especialmente os chineses, merecem

⁴⁹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. O desafio é barrar o contrabando, 07/05/2006.

considerações que podem representar o planejamento estratégico de todo o setor nos próximos anos.

A concorrência em produtos baseados no *low cost* ou produtos padronizados, aqueles onde o fator competitividade está intimamente relacionado ao preço, deve ser abandonado em detrimento de ações relacionadas à diferenciação de seus produtos, especialmente no que se refere a fixação da marca e criação de produtos cada vez mais personalizados. Neste segmento, destacam-se empresas de abrangência nacional, como a Ellus, Mofficer, Rosa Chá, Hering, Marisol, dentre outras, que têm tido ações pró-ativas neste sentido. São empresas que, além de já terem *know-how* em comércio exterior, investem na valorização e fixação entre os consumidores de suas marcas, permitindo sua participação num mercado intimamente relacionado com os conceitos de moda. É bem verdade que o mercado consumidor atingido por este nicho de empresas em relação aquele alcançado pelas empresas do Pólo do Agreste são bem distintos, porém as ações empreendidas por tais empresas devem servir de direcionamento para aquelas empresas do Agreste que desejam se manter competitivas ou mesmo empreender ações visando uma maior inserção comercial de seus produtos além dos limites atualmente existentes.

A **Hering**, tradicional produtora de peças padronizadas durante as décadas de 80 e 90, recentemente passou a investir em marcas segmentadas, inclusive adquirindo empresas de abrangência regional. Grande parte de seu faturamento atual é proveniente destas marcas e uma participação cada vez menor obtida dos itens padronizados, onde a concorrência com os produtos de baixo custo chineses é forte.

O mesmo caminho é traçado pela **Marisol**, empresa Catarinense do setor de vestuário, que fatura mais de R\$ 400 milhões, além de empregar quase 5000 pessoas (IEMI, 2005, pág 174). Para ser reconhecida cada vez mais como empresa brasileira produtora de moda, recentemente se associou a Rosa Chá, fabricante de moda praia nacional com grande inserção internacional.

A produção de artigos padronizados e de pouca diferenciação tem sido deixado para os países de baixo custo, como a China. Aqueles produtos baseados em fibras sintéticas, onde a competitividade da indústria nacional

também é baixa, também são importados diretamente pelas grandes varejistas (*retailers*).

Paralelamente a este cenário, várias empresas do vestuário nacional, inclusive indústrias, têm contratado produção na China para artigos sintéticos, se responsabilizando no mercado interno apenas pelo controle de qualidade e pela logística, além da fabricação de artigos mais segmentados, onde as margens são maiores.

A consolidação de parcerias estratégicas ou de *joint ventures* entre empresas do setor também merecem destaque neste cenário. A Santista, maior fornecedor de dênim (jeans) para a indústria brasileira, diante da concorrência dos asiáticos, associou-se recentemente a espanhola Tavex, para formar uma companhia que deterá quase 15 % do mercado mundial de dênim⁵⁰.

⁵⁰ VALOR ECONÔMICO. Santista e Tavex criam líder global em jeans. 07/03/2006.

6 A indústria de confecções em Pernambuco

A indústria têxtil no Nordeste foi viabilizada a partir da implantação da cultura do algodão voltado para exportação, ocorrida no século XVIII, tendo tido seu ápice durante a guerra civil americana, após o qual sua importância restringiu-se ao mercado interno (Diniz e Basques *apud* Viana, 2005).

O estado de Pernambuco, que historicamente foi um dos grandes produtores do país do setor têxtil, tem perdido importância ao longo dos anos, sobretudo em função “*das estratégias de atração, via incentivos fiscais, implementadas pelos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia*” (Viana, 2005).

No que se refere ao setor de confecções, em particular o setor do vestuário, as posições relativas da importância da indústria em Pernambuco são conflitantes, quando apurados os dados através das diversas fontes disponíveis. O Sindvest-PE, Sindicato das indústrias de Confecções e Vestuário de PE, indica que o estado é o “*2º maior produtor de confecções do Brasil, atrás apenas do estado de São Paulo*”⁵¹. Contudo, esta informação pode suscitar dúvidas e controvérsias, já que na geração de empregos diretos da atividade, Pernambuco fica atrás de estados como Ceará, Santa Catarina, Rio de Janeiro, além de São Paulo. O argumento, entretanto, seria de que o nível de informalidade do setor de confecções no estado é alto, o “*maior do país*”, existindo apenas no Pólo de Confecções do Agreste mais de 76000 empregos diretos na atividade, com mais de 12000 empresas, sendo mais de 95 % de empregos informais⁵². Estima-se um faturamento, apenas na região do Agreste, de mais de R\$ 3 bilhões (SEBRAE, 2003).

O objetivo deste capítulo será então o de apresentar os dados da caracterização econômica do setor em Pernambuco, particularmente no Pólo do Agreste, ressaltando sua importância para dentro da região Nordeste e para o desenvolvimento de Pernambuco em um cenário já delineado anteriormente,

⁵¹ Entrevista realizada com o presidente do Sindvest-PE em 25/01/2006. Estes dados também estão disponíveis em diversas publicações, como “Caruaru sedia evento de moda”, JC de 6/3/2006, “Pólo do Agreste moderniza-se e cresce”, Valor Econômico de 24/3/2005.

⁵² FADE/UFPE e SEBRAE/PE, 2003, Estudo de Caracterização

que apresentaram os desafios para a indústria de confecções mundial e nacional diante dos concorrentes globais, especialmente China e Índia.

6.1 A indústria têxtil e de confecções em Pernambuco

Até a década de 70, Pernambuco tinha o maior parque têxtil do Nordeste e um dos principais do país⁵³. Vários grupos pernambucanos montaram as suas fábricas e cotonifícios para produzir tecidos como tricoline, algodão, brim, chitas, jutas e seda.

Naquela época, muitas empresas investiram na modernização de seus parques fabris através de incentivos da SUDENE e financiamentos do BNB.

O início da década de 90 representou uma perda significativa para a indústria no estado devido, principalmente, a guerra fiscal com os estados vizinhos e com a abertura às importações de tecidos. A ausência de novos investimentos em equipamentos mais atualizados tecnologicamente durante o período de abertura praticamente anulou a indústria têxtil pernambucana.

No que se refere à indústria de confecções em Pernambuco, ela apresentou como característica fundamental a transferência de suas unidades fabris da RMR para o interior do estado.

**Tabela 23 - NORDESTE - EMPREGOS FORMAIS NO SETOR DE CONFECÇÕES
CNAE 95 – 181 e 182**

	2001		2002		2003		2004	
	Confecções	Total	Confecções	Total	Confecções	Total	Confecções	Total
Pernambuco	10.127	895.415	10.711	943.895	10.628	962.176	11.877	1.022.609
<i>Toritama</i>	503	1.303	701	1.600	1.129	2.494	1.248	2.748
<i>Santa Cruz do Capibaribe</i>	914	2.651	1.070	3.083	1.153	3.569	1.357	4.174
<i>Caruaru</i>	2.071	25.105	2.637	27.404	3.168	28.661	3.781	31.521
<i>Recife</i>	2.464	429.919	2.370	437.873	2.191	432.185	2.475	456.106
Ceará	30.677	724.954	29.814	793.312	31.239	825.062	34.457	860.435
Bahia	7.347	1.209.567	7.380	1.309.717	7.153	1.379.609	7.814	1.458.315
Rio Grande do Norte	8.291	337.160	12.470	318.971	10.249	388.007	10.126	421.109
Brasil (1)	421.138	27.189.714	444.365	28.683.913	448.524	29.544.927	495.727	31.205.778
Brasil (2)	1.191.837		1.134.725		1.146.600		1.171.559	

Fonte: MTAB - www.mtab.gov.br

1 - MTAB 2 - IEMI (2005)

⁵³ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Época bordada a ouro. 08/01/2006.

Conforme relatos do Sindvest/PE⁵⁴, até meados da década de 80, a indústria do vestuário em Pernambuco era formada, principalmente, por micro e pequenas empresas atuando sob forma de butikues, em geral constituídas por senhoras da classe média que passaram a se dedicar ao setor de confecções como atividade complementar.

Nesta mesma época começava a surgir o conceito de *shopping centers* e junto com ele a massificação das grandes redes varejistas, como a C&A, Mesbla, que passavam a trazer moda de qualidade para o mercado local, em maior escala e menores preços. As pequenas butikues locais, que possuíam qualidade porém não tinham escala, passaram a sucumbir diante da concorrência e, aos poucos, foram fechando. Poucas empresas da época, principalmente aquelas que adotaram gestões profissionais do negócio bem como aquelas onde os proprietários dependiam diretamente daquele negócio, sobreviveram.

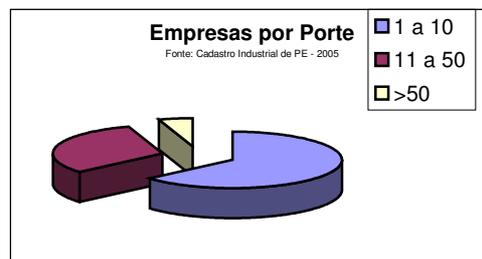
Não havia, até então, uma política governamental de apoio ao setor, que não o considerava estratégico para a economia do estado.

Atualmente, mais de 75 % das indústrias do segmento no estado de Pernambuco encontram-se no Agreste, estando o restante nas proximidades da capital do estado, Recife, com algumas unidades fabris de porte intermediário, como constatado pelo **Cadastro Industrial de Pernambuco – 2005**, publicação da **FIEPE – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco**.

Tabela 24 - PERNAMBUCO - Nº DE EMPRESAS POR PORTE (CNAE 18)

	1 a 10	11 a 50	>50
Toritama	6	11	1
Santa Cruz do Capibaribe	99	38	4
Caruaru	62	64	5
Recife	81	36	6
Pernambuco	362	179	28

Fonte: CIP - 2005



Fonte: CIP - 2005

Gráfico 12

Pelo gráfico percebe-se que a maioria das indústrias de confecções de Pernambuco possui menos de 10 funcionários. Ressaltamos que os dados

⁵⁴ Entrevista realizada com o presidente do Sindvest-PE em 25/01/2006

divulgados pela FIEPE através do CIP – 2005 são constituídos por empresas formais, o que novamente torna a análise dos dados bastante delicada.

No que se refere à importância no âmbito nacional da indústria de confecções de Pernambuco, 2,6% das indústrias formais deste segmento estão no estado e 20 % das indústrias nordestinas situam-se em Pernambuco. O Ceará, com praticamente o dobro das indústrias formais de Pernambuco, além de Santa Catarina e São Paulo, concentram a maior parte das quase 20 mil unidades fabris que compõem todo o segmento no Brasil. Novamente a distância entre as estatísticas oficiais e aquelas apresentadas por outras fontes de dados, como os Sindicatos e Órgãos de Classe nos estados, causam discussão, levando a considerações a respeito do segmento.

Tabela 25 - EMPRESAS NO SETOR DE CONFECÇÕES

	2003 Estimativa(1)	
Pernambuco	512	
<i>Toritama</i>		3477
<i>Santa Cruz</i>		2088
<i>Caruaru</i>		2380
<i>Recife</i>		
Ceará	933	5500
Bahia	450	
Rio Grande do Norte	168	
Piauí	112	
São Paulo	5764	
Santa Catarina	2469	
Nordeste	2542	
Brasil	19524	

Fonte: IBGE (PIA 2003)

Nota 1: SEBRAE/PE, Sindroupas-CE (Formais + Informais)

Dados do Sindvest/PE apontam Pernambuco como o 2º maior produtor de peças de vestuário do país, com produção da ordem de 850 milhões de peças para o ano de 2003, ou seja, 16 % da produção nacional, estimada em 5,3 bilhões de peças⁵⁵. Entretanto, dados do IEMI – 2005 apontam que toda a produção do Nordeste do segmento do vestuário seria de 583 milhões de peças para o ano de 2003, enquanto a produção nacional seria , de fato, das quase 5 bilhões de peças, novamente considerando o ano de 2003 (IEMI, 2005, pág 110). Referente a produção avaliada em Reais, o Sindvest-PE, ao comparar o valor do produto agregado do setor em Pernambuco e no Ceará,

⁵⁵ Entrevista realizada com o presidente do Sindvest-PE em 25/01/2006.

por exemplo, destaca que este valor seria maior no Ceará em virtude do preço médio do produto em Pernambuco ser 1/3 do preço médio nacional.

Fora da RMR e do Agreste de Pernambuco, algumas localidades no interior do estado possuem relativa concentração de empresas, conforme mapa a seguir. Devemos destacar, no entanto, que a concentração de indústrias de confecções nestas áreas como Serra Talhada, Petrolina e Garanhuns não possuem, de longe, representatividade semelhante aquela existente no Pólo do Agreste ou mesmo na RMR.

PERNAMBUCO – Concentração de empresas de confecções

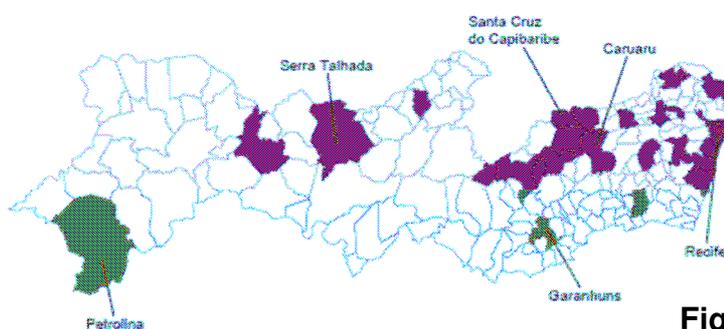


Figura 3

A década de 90 caracterizou no estado o processo de realocação produtiva, semelhante aquele ocorrido em nível mundial e em nível nacional. Particularmente a Pernambuco, significou o fechamento das pequenas indústrias (butiques) da RMR e o surgimento das indústrias de confecções no interior do estado, na região do Agreste. As indústrias que ali ganhavam força eram substancialmente empresas informais e que, naquela década, produziam para mercados da classe D e E, com produtos que tinham como característica principal a baixa qualidade, daí a denominação popular de **sulanca**.

6.1.1 A indústria de Confecções no Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco

A denominação daquela região do Agreste de Pernambuco como Pólo de confecções não surgiu ao acaso. Uma rápida visita à região de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe facilmente ajuda a entender a grandiosidade da indústria existente naqueles municípios.

Os números, mesmo aqueles provenientes das estatísticas oficiais, apresentam relativo vigor e caracterizam a região como um aglomerado de empresas de uma mesma atividade produtiva.

O modelo teórico apresentado em capítulo anterior, denominado de QL, ou **Quociente Locacional**, ratifica a visão preliminar acerca da concentração de empresas. Utilizando os números disponíveis no Ministério do Trabalho (vide tabela 23), temos

$$QL = \frac{\frac{\text{N}^\circ \text{ Trabalhadores na microregião no setor do APL}}{\text{N}^\circ \text{ trabalhadores na microregião}}}{\frac{\text{N}^\circ \text{ Trabalhadores no país ou região no setor do APL}}{\text{N}^\circ \text{ trabalhadores no país ou região}}}$$

Ou seja $QL = (6386/34724) / (495727/31205778) = 11,5$

Este resultado adimensional indica que no Pólo do Agreste existe uma concentração de empregos deste segmento 11,5 vezes maior que a concentração deste segmento ao compará-lo com o Brasil.

Tabela 26 - Brasil - PIB por unidade da Federação

Em milhões de Reais - base 2003

	PIB em R\$ (milhões)	Vlr Bruto ind. Confec R\$	PIB per capita R\$	Posição no Ranking do PIB de PE			
				2000	2001	2002	2003
PE	42,200	160	R\$ 5.177,00	2000	2001	2002	2003
<i>Toritama</i>	<i>65,00</i>	<i>6 (1)</i>	<i>R\$ 2.487,00</i>	103	100	92	82
<i>Santa Cruz</i>	<i>170,00</i>	<i>37 (1)</i>	<i>R\$ 2.644,00</i>	29	28	27	28
<i>Caruaru</i>	<i>1040,00</i>		<i>R\$ 3.865,00</i>	7	7	7	7
CE	28400	620	R\$ 3.663,00				
Nordeste	214,500		R\$ 4.306,00				
Brasil	1.556,000		R\$ 8.694,00				

Fonte: CONDEPE/FIDEM, IBGE

Nota 2 : Valor adicionado na indústria - ano base 2001

A relevância da indústria de confecções naquela região também pode ser constatada pela participação percentual no valor adicionado da indústria na economia das cidades que compõem o Pólo de Confecções. Embora com

dados obtidos de 2003 ⁵⁶(tabela **26**), para um valor adicionado da indústria de confecções de todo o estado de Pernambuco da ordem de R\$ 160 milhões, mais de 25% são originários de apenas 2 cidades, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. Em Santa Cruz, para um PIB de R\$ 170 milhões, R\$ 37 milhões se referem a indústria existente na cidade. Aqui nos cabe um comentário metodológico a respeito desta informação. Embora este valor se refira **a toda atividade industrial da cidade**, em Santa Cruz e Toritama, por exemplo, esses valores se referem, sem qualquer dúvida, a indústria de confecções, já que não existe em tais cidades uma atividade industrial de maior volume, exceto a indústria de confecções.

Ainda na análise comparativa entre Pernambuco e o Ceará, cabe aqui uma outra constatação: o valor adicionado da indústria de confecções naquele estado é absolutamente e percentualmente bem superior aquele registrado na indústria pernambucana.

O nível de riqueza de uma população pode ser observado a partir do PIB *per capita* daquela localidade. Trata-se da distribuição de tudo aquilo que se produz em relação ao total da população da região. É bem verdade que a análise do PIB *per capita* não significa, de forma inequívoca, boas condições de vida para a população de uma cidade, por exemplo. Outros índices, como o **Índice de Gini**, deveriam complementar esta informação. Contudo, o comportamento da evolução do PIB ou mesmo do PIB *per capita* indica se houve, ou não, um crescimento daquela economia.

Para tal, a tabela **26** indica que as três principais cidades do Pólo do Agreste mantiveram ou melhoraram sua participação percentual dentro do PIB do estado de Pernambuco ao longo dos últimos anos, com expressivo destaque para a cidade de Toritama. Mas como explicar os níveis do PIB *per capita* destas cidades serem bem inferiores ao do estado de Pernambuco?

A resposta desta pergunta, a princípio conflitante com a idéia de que a indústria de confecções atua como propulsora do desenvolvimento econômico nestas cidades, parece ter uma resposta plausível, encontrada no trabalho da FADE/UFPE em parceria com o SEBRAE/PE. Utilizaremos a tabelas **27 e 28** para a análise que agora segue.

⁵⁶ Os dados desagregados do PIB por município estão disponíveis em www.ibge.gov.br apenas até o ano de 2003. Em alguns casos apenas até o ano de 2002.

- A população nas três cidades do Pólo cresceu à taxa bem superior que a população do Brasil, Nordeste e Pernambuco no período considerado;
- O evolução do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, que é uma média de três outros índices baseados em longevidade, renda e educação, parecem não ter acompanhado a evolução ocorrida no Brasil e em Pernambuco. Enquanto a “qualidade de vida” da população evoluiu 13,7% em Pernambuco, em Toritama, cidade que observou o maior crescimento percentual de sua população no mesmo período considerado (46,2%), teve uma pífia evolução do IDH da ordem de 4 %.

Tabela 27 - Evolução da POPULAÇÃO RESIDENTE – Brasil/NE/PE/Pólo

	1991	2000	Variação % 91/2000
Brasil	145.825.475	169.799.170	15,6 %
Nordeste	42.497.540	47.741.711	12,3 %
Pernambuco	7.127.855	7.918.344	11,1 %
<i>Toritama</i>	14.907	21.800	46,2 %
<i>Santa Cruz</i>	38.332	59.048	54 %
<i>Caruaru</i>	213.697	253.634	18,7 %

Tabela 28 - INDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH Brasil/PE/Pólo

	1991	2000	Variação % 91/2000
Brasil	0,696	0,766	10,1%
Pernambuco	0,620	0,705	13,7%
<i>Toritama</i>	0,643	0,670	4,2%
<i>Santa Cruz</i>	0,635	0,699	10,1%
<i>Caruaru</i>	0,651	0,713	9,5%

Fonte: IPEADATA (www.ipeadata.gov.br)

Fonte: FADE/UFPE (2003)

Os dados apresentados parecem ratificar as conclusões obtidas do trabalho da FADE/UFPE em 2003 (pág 16)

“Por mais que os novos egressos estivessem conseguindo gerar para si próprios rendas mais elevadas que as que tinham antes de se estabelecerem no Pólo, entretanto, essas rendas eram, tipicamente, inferiores às dos empresários e trabalhadores que já estavam ali instalados, em 1991. O maior peso quantitativo da classe de novos empresários, relativamente menos capitalizados e mais pobres, produziu o paradoxo do declínio relativo (em meio à prosperidade) da renda média do conjunto das pessoas chefes de domicílios em Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Todas as evidências apontam para o grande dinamismo do Pólo de Confecções de Pernambuco, entre 1991 e 2000, portanto”.

6.1.1.1 Toritama

Toritama é uma cidade do agreste pernambucano e que, segundo estimativas do SEBRAE/PE, produz 16 % de todo o jeans fabricado no Brasil. Dista aproximadamente 150 KM de Recife, capital do estado de Pernambuco. A pequena cidade, de pouco mais de 25 mil habitantes (dados estimados pelo IBGE para 2005), vive quase exclusivamente em função da produção e o comércio de confecções, especialmente *jeans*.

O maior local de escoamento desta produção na cidade é o que se chama de **Parque da Feira**, um grandioso galpão que abriga aproximadamente 500 *boxes*. Algumas empresas de maior destaque também

possuem lojas neste galpão, porém já sendo lojas maiores, geralmente adquiridas a partir da junção de 4 ou 5 *boxes* tamanho padrão.

O Parque da Feira também possui uma área coberta, geralmente utilizada para localização de bancos de feira temporários em períodos de grande fluxo.. Esta área também é utilizada para eventos na cidade, como o **Festival do Jeans de Toritama**, ocorrido geralmente no mês de maio.

As fábricas de maior destaque dentro da economia local aproveitaram este grande fluxo de clientes e sacoleiras que se dirigem a esta área do **Parque da Feira** e instalaram lojas exclusivas de suas marcas nas imediações do mesmo, as margens da BR-104 que corta a cidade. São lojas grandes, várias com mais de 300 m², que vendem exclusivamente peças produzidas na cidade ou nas outras cidades do Pólo. Em termos de *layout* e apresentação, nada deixam a dever a lojas de grandes *griffes* instaladas em *shopping centers* da capital, Recife.

As segundas e terças-feiras acontece o que os comerciantes locais chamam de **dia de feira**. Nestes dias os consumidores finais e *sacoleiras*, que geralmente chegam a cidade em ônibus fretados para tal fim, invadem a cidade.

A cidade parece viver dos recursos obtidos a partir do sucesso do comércio local. Em entrevistas com autoridades e comerciantes locais, parece haver falta de profissionais capacitados para algumas atividades necessárias às atividades produtivas.

A arrecadação municipal proveniente dos impostos recolhidos do comércio de confecções é mínimo, conforme relato do secretário de indústria e comércio da cidade, em virtude, sobretudo, da conhecida elevada informalidade das empresas que ali atuam. Conseqüentemente, a emissão de nota fiscal acontece quase que exclusivamente nas maiores lojas. Obviamente a baixa arrecadação municipal, basicamente proveniente do **FPM – Fundo de Participação dos Municípios**, cria dificuldades para que a administração pública municipal consiga realizar obras de maior expressão, como calçamento de ruas, coleta de lixo e melhoria da infra-estrutura local. Porém, uma rápida visita ao centro da cidade percebe-se nitidamente que ali existe relativa riqueza, com várias casas de porte sendo construídas e várias outras sendo reformadas.

Por estar situada próxima a Caruaru a infra-estrutura urbana de suporte a atividade principal da cidade, como hotéis, restaurantes, bares, pouca ou nenhuma expressão tem. Em Toritama, por exemplo, não existe nenhum hotel de maior expressão. Apenas as agências da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil estão instaladas na cidade.

6.1.1.2 Santa Cruz do Capibaribe

Santa Cruz do Capibaribe, cidade com aproximadamente 72.000 habitantes (população estimada pelo IBGE para 2005), também vive quase que exclusivamente da produção e do comércio de confecções que existe por toda a cidade. A **cadeia produtiva** do segmento de confecções abrange toda a cidade, com lojas de aviamentos, linhas, tecidos nacionais e importados, estamparias, empresas de bordados, máquinas de costura, pequenas fábricas do tipo **fundo de quintal** que produzem sob forma de *facção*⁵⁷ e, na ponta da cadeia, as empresas de confecção.

Santa Cruz dista aproximadamente 180 KM da capital do estado de Pernambuco, ficando ainda a quase 60 KM de Caruaru e 20 KM de Toritama, formando as 3 mais importantes cidades que compõem o que está sendo chamado de **Pólo da Moda de Pernambuco**.

Em Toritama, como apresentado anteriormente, a ênfase da produção e do comércio está nos produtos *jeans*. Já em Santa Cruz, são a moda íntima, masculina e feminina, modinha⁵⁸, moda praia e a moda *surf wear* que predominam na produção da cidade.

A cidade possui uma razoável infra-estrutura urbana, cujo objetivo é o de dar suporte a atividade produtiva principal da cidade, o segmento de confecções. São hotéis espalhados pela cidade, alguns com boa apresentação e que abrigam, principalmente, os representantes comerciais, vendedores e consumidores que chegam à cidade, sobretudo nos dias de feira, atualmente aos domingos, segundas e terças-feiras. A cidade também comporta 5 agências bancárias: BANDEPE (atualmente Banco REAL), Bradesco, Itaú, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Duas instituições privadas de

⁵⁷ Produção sob encomenda de uma terceira empresa, que se encarrega do *design* e do controle de qualidade e, por conseguinte, coloca sua marca nestas peças.

⁵⁸ Peças femininas que compõem a moda da estação. São produtos que acompanham a tendência da moda.

ensino superior também estão instaladas na cidade: a FADIRE e a CESMAC, que oferecem cursos de Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Design de Moda. O SENAI também está instalado na cidade, fornecendo treinamento e qualificação da mão-de-obra local nas principais atividades desenvolvidas, como corte e costura e design.

A terminologia “dia de feira” não é utilizada por acaso. São barracas de madeira que são instaladas provisoriamente no centro da cidade durante tais dias e que comercializam todo tipo de confecção, semelhante a uma feira de frutas e verduras.

A cidade é considerada o maior pólo de confecções do Norte e Nordeste, abrigando milhares de pequenas e micro empresas têxteis, que fabricam e vendem variados tipos de roupas para todo o País (SEBRAE/PE, 2003). Os *sulanqueiros*, como são conhecidos os comerciantes, vendem suas confecções tanto para pequenos compradores quanto para grandes lojistas.

Semanalmente, chegam à cidade mais de 150 ônibus, e um número pelo menos tão grande de veículos particulares, trazendo compradores em busca das roupas expostas nas mais de seis mil bancas da feira, segundo estimativas da prefeitura local.

Além das fábricas de confecções, a vida econômica da cidade gravita em torno de um comércio muito intenso. A cidade tem pobreza, como todo o País, mas o desemprego é quase zero (SEBRAE/PE, 2003). As casas, praticamente a totalidade delas, se transformam em fábricas, com costureiros e costureiras que confeccionam suas peças e as vendem para todos os Estados do Nordeste.

Com previsão de inauguração ainda para 2006, está sendo construído o **Moda Center** de Santa Cruz. Trata-se de um empreendimento privado, formado principalmente pelos próprios comerciantes e industriais locais, que irá abrigar mais de 400 lojas bem como terá capacidade interna e coberta para mais de 6000 “bancas”, cada uma delas com ponto de energia, telefone e rede de computador. Tal empreendimento irá deslocar toda a feira atualmente realizada no centro da cidade em bancas de madeira para um local definitivo. Cada banca foi construída de alvenaria e com infra-estrutura instalada para prover maior conforto para aqueles que se deslocam a cidade a fim de realizar negócios, como praças de alimentação, estacionamento para carros e ônibus e

tendo, inclusive, dormitórios para os motoristas de ônibus que transportam os *sacoleiros*.

Os constantes assaltos à estes *sacoleiros*⁵⁹ que se deslocavam as cidades do Pólo chegaram a ameaçar a continuidade do comércio local. Relatos informais destacam que, embora tais assaltos ainda existam, a ação do governo do estado e das polícias federal e estadual, bem como ações dos próprios *sacoleiros*, que passaram a se deslocar em comboios, minimizaram significativamente a incidência dos mesmos. Entrevistas com autoridades locais em Santa Cruz do Capibaribe corroboram com este diagnóstico.

6.1.1.3 Caruaru

Caruaru fica distante 120 Km de Recife, capital do estado. Trata-se de importante pólo econômico do estado, atualmente representando o 7º maior produto interno de Pernambuco. Com aproximadamente 278 mil habitantes (estimativas do IBGE para 2005), a cidade tem no comércio sua principal fonte de renda, além da própria indústria, com destaque para a indústria de confecções. As estimativas do SEBRAE/PE apontam que ali existem mais de 2000 unidades produtivas deste segmento, entre micro, pequenas e médias empresas.

Pela importância regional, Caruaru passou a concentrar a maior atividade comercial da indústria existente no Pólo de Confecções. A maioria das empresas tem em Caruaru um ponto de venda de seus produtos. Pelo mesmo motivo, a cidade também comporta a maior estrutura de apoio, com uma diversidade grande agências bancárias, hotéis, farmácias, supermercados, escolas e faculdades. Atualmente, para atender a demanda por profissionais com qualificação no desenho de peças de vestuário, a UFPE está instalando na cidade uma nova unidade que irá contemplar, dentre outros, o curso de **design de moda**.

Várias faculdades particulares também encontram-se instaladas na cidade, oferecendo , principalmente, cursos de Administração de Empresas.

Como ação do poder público – governo estadual – em apoio ao setor, foi implantado também em Caruaru o **Centro Tecnológico da Moda**. Construído

⁵⁹ Clientes que compram em maior quantidade para revender em suas cidades.

a partir de um investimento de R\$ 1,5 milhão por parte do governo estadual e de mais R\$ 200 mil, resultado de uma parceria entre Sebrae, Senai e o Sindvest, o centro é dotado de uma moderna infraestrutura, possuindo salas de aula, auditório com capacidade para 156 pessoas, núcleo de design, ambiente para exposições de produtos e para incubação de empresas, além de sistema de internet e videoconferência.

No final do ano de 2004 foi inaugurado o **Pólo Comercial de Caruaru**, empreendimento privado com capacidade para abrigar 1650 lojas, a grande maioria de confecções. Situada as margens da BR-104, que corta a cidade e que serve de via de acesso a Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, o Pólo Comercial tem previsão de gerar 7000 empregos diretos quando estiver em total funcionando⁶⁰.

O maior fluxo de consumidores que se deslocam agora a Caruaru foi facilitado pela duplicação da BR-232, estrada federal que liga a capital do estado até aquela cidade.

6.1.1.4 Surubim

Cidade pernambucana localizada na Mesorregião do Agreste setentrional de Pernambuco, distante 124 km da capital Recife, tendo parte de suas terras banhadas pelo rio Capibaribe. A cidade de Surubim é nacionalmente conhecida como "capital da vaquejada", e recentemente passou a ser incorporada, segundo o SEBRAE/PE, ao Pólo de Confecções do Agreste ao abrigar, juntamente com as demais cidades daquela região, micro e pequenas indústrias de confecções. Segundo dados obtidos junto ao SEBRAE/Caruaru, já existiriam no município de Surubim mais de "80 unidades produtivas de confecções"⁶¹. Os números do CIP 2005 são bem mais modestos, apresentando 8 indústrias situadas no município.

6.1.2 Região Metropolitana do Recife

A região metropolitana do Recife abriga ainda pouco mais de 300 unidades produtivas do setor de confecções, a maioria remanescente da época áurea vivida durante a década de 80 e início de 90. As cidades de Recife e

⁶⁰ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Pólo impulsiona comércio**, 18/06/2004.

⁶¹ Entrevista realizada com o SEBRAE/Caruaru, em 01/02/2006.

Paulista são as maiores geradoras de empregos formais da RMR, com 2475 e 1057 postos de trabalho, respectivamente, segundo dados do Ministério do Trabalho para o ano de 2004.

Em Paulista, praticamente todos os postos de trabalho eram gerados pela **Vicunha Têxtil**, que possui outras fábricas instaladas nos diversos estados do Nordeste. A unidade de Paulista vinha recentemente passando por dificuldades, tendo registrado prejuízo de R\$ 97 milhões no ano de 2005⁶².

Na região metropolitana do Recife também merece destaque algumas empresas de médio porte, várias delas com inserção nacional e internacional, como a **Seaway** (*surf wear*), **BLUK** (moda feminina), **Movimento** (moda praia), **DAM** (roupas e uniformes profissionais), cada uma empregando, em média, 150 funcionários.

6.2 Confeccões em Pernambuco e o comércio internacional

A Participação do estado de Pernambuco no comércio internacional tem sido bastante tímida ao longo dos últimos anos, tendo, inclusive, uma participação relativa declinante no que se refere às exportações. Como referência, em 1996 o estado exportava praticamente o mesmo que o estado do Ceará. Enquanto a Bahia praticamente multiplicava por quatro suas exportações no período 1996-2005, Pernambuco pouco mais que duplicava sua inserção internacional.

A mesma análise pode ser destacada no que se refere ao comércio internacional de confeccões. Nos últimos anos passamos de maiores exportadores nordestinos de confeccões para a segunda posição, exportando praticamente metade do que o estado do Ceará exportou em 2005. A Bahia e o Rio Grande do Norte, com uma indústria de confeccões bem menor que Pernambuco, exportaram praticamente o mesmo.

Outro ponto de destaque nas exportações de confeccões por Pernambuco é que as mesmas não apresentaram crescimento durante o período considerado, enquanto o Ceará praticamente triplicou sua base.

As importações de confeccões realizadas pelos estados do Nordeste são bastante pequenas. Enquanto no período 2004-2005 as importações de

⁶² JORNAL DO COMÉRCIO. Crise na vicunha gera apreensão, 08/04/2006

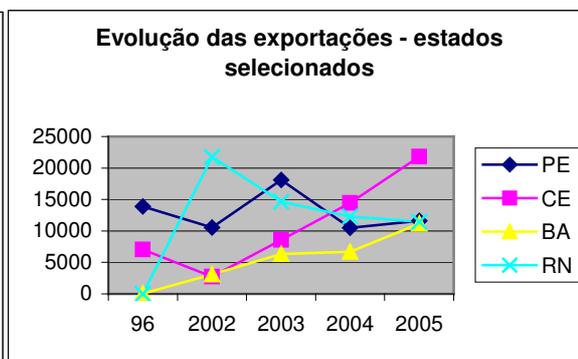
produtos do vestuário e de confecções no Brasil cresceram a taxa de mais de 53 %, chegando a US\$ 226 milhões (tabela 19), os principais estados do Nordeste praticamente mantiveram estáveis suas importações de confeccionados, com destaque para o Ceará, que viu sua participação diminuir (tabela 31).

Em Pernambuco, pouco mais de US\$ 1.2 milhão foram importados em 2005, ante US\$ 1.09 milhão no ano anterior. É bem verdade que tais valores apresentados são um pouco mais modestos que a realidade, em função, sobretudo, da valorização do real face ao dólar no período considerado. Porém, também se destaca que este crescimento no período pré e pós-ATV foi bem inferior aquele ocorrido no Brasil de forma geral.



Fonte: MDIC (Aliceweb)

Gráfico 13



Fonte: MDIC (Aliceweb)

Gráfico 14

Relativamente às importações de confecções, do total de US\$ 1,2 milhão importado por Pernambuco em 2005, US\$ 332 mil foram de origem chinesa. Em US\$ 2004, para um total de US\$ 1,09 milhão importado, US\$ 187 mil eram da China. Embora as importações de confecções chinesas tenham saltado quase 90% no comércio exterior pernambucano, ocorreram numa base bastante pequena, não dando, de forma conclusiva, indícios de perda de mercado dos produtos produzidos localmente. O que parece ter existido, desta forma, é um deslocamento dos fornecedores tradicionais que antes existiam. O caso do Ceará merece destaque, tendo as importações de confecções provenientes da China saltado de pouco mais de US\$ 9 mil em 2004 para quase US\$ 345 mil em 2005, um salto de mais de 38 vezes. No mesmo período considerado, as importações totais de confecções do estado do Ceará caíram de US\$ 561 mil para US\$ 412 mil, novamente se referindo a um deslocamento dos tradicionais países exportadores.

Enquanto Pernambuco respondia por apenas 0,7 % do total de importações de confecções do Brasil em 2004, em 2005 esta participação caiu ainda mais, chegando a 0,53 %. Já considerando o período de janeiro a abril de 2006 (tabela 30) esta participação novamente sobre, chegando a 0,63 %.

A análise que se seguiu não deve ser tomada como conclusiva em virtude, sobretudo, das confecções importadas (especialmente de origem chinesa) que entram em Pernambuco através das redes varejistas. Várias destas redes, algumas de abrangência nacional, realizam importações através da matriz de suas empresas e a partir deste ponto realizam a distribuição dos produtos entre suas filiais. Desta forma, tais produtos não estariam “contabilizados” nas estatísticas oficiais das importações do estado, embora acabem por provocar impactos na indústria de confecções de Pernambuco.

Realizando-se um comparativo entre os períodos de janeiro a junho de 2006 e o mesmo período de 2005 e 2004 (tabela 29), pode-se obter algumas considerações:

Tabela 29 - COMPARATIVO IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES Jan/jun 2004,2005 e 2006

IMPORTAÇÕES DE CONFECÇÕES - ESTADOS SELECIONADOS

Em US\$ mil

	2004 jan/jun	2005 jan/jun	2006 jan/jun	Evolução 2004/2005 %	Evolução 2005/2006 %
PE	567	508,4	983,5	-10,3%	93,5%
CE	497,3	336	995	-32,4%	196,1%
BRASIL	72.400	113.400	166.200	56,6%	46,6%

IMPORTAÇÕES DE CONFECÇÕES - ORIGEM CHINA - ESTADOS SELECIONADOS

Em US\$ mil

	2004 jan/jun	2005 jan/jun	2006 jan/jun	Evolução 2004/2005 %	Evolução 2005/2006 %
PE	0	170,8	93		-45,6%
CE	0	300,6	501		66,7%
BRASIL	34.300	57.600	89.300	67,9%	55,0%

EXPORTAÇÕES DE CONFECÇÕES - ESTADOS SELECIONADOS

Em US\$ mil

	2004 jan/jun	2005 jan/jun	2006 jan/jun	Evolução 2004/2005 %	Evolução 2005/2006 %
PE	5,7	5	1,3	-12,3%	-74,0%
CE	5,8	11,6	3,3	100,0%	-71,6%
BRASIL	160.631	164.466	133.870	2,4%	-18,6%

Fonte: MDIC - Sistema Aliceweb

- As importações brasileiras de confecções, no agregado, aumentaram de forma significativa. As importações de Pernambuco e do Ceará cresceram ainda mais que a média nacional quando se compara o período de janeiro a junho de 2005 em relação a 2006;
- A mesma análise comparativa entre os períodos de janeiro a junho de 2004 e 2005 indicam que tanto Pernambuco quanto o Ceará diminuíram suas importações de confecções, embora numa base modesta, contrastando com o significativo aumento das importações nacionais;
- As exportações brasileiras de confecções, no agregado, diminuíram de forma significativa no período considerado. Pernambuco experimentou uma queda ainda maior em suas exportações de confecções, juntamente com o Ceará, quando compara-se os períodos de 2005 e 2006. A análise de comparação entre 2004 e 2005 indica um sutil aumento de exportações brasileiras da ordem de 2,4 % e um vigoroso aumento das exportações cearenses, que dobraram a base de exportação no período comparativo pré e pós-ATV;
- As importações brasileiras de confecções de origem chinesa, no agregado, cresceram de forma vigorosa em ambos os universos de comparação, sinalizando um elevado nível de competitividade da indústria chinesa. Curiosamente, as mesmas diminuíram de forma significativa suas participações nas importações de Pernambuco, porém sob uma base modesta.

Esta queda significativa das exportações brasileiras de confecções, ainda mais acentuada em Pernambuco, já provocou impacto interno ao estado. A unidade da Vicunha, que gerava diretamente centenas de empregos na cidade de Paulista-PE, fechou sua unidade em Pernambuco sob alegação da forte concorrência interna dos produtos estrangeiros bem como da perda de participação no mercado externo.

Dados agregados da indústria brasileira do vestuário, considerando o período de janeiro a abril de 2005 em comparação ao mesmo período de 2006 aponta que os bens importados estão se beneficiando mais do crescimento da

economia em 2006 do que a produção doméstica. Enquanto as importações cresceram quase 23 % no período de comparação (em volume), a produção industrial do segmento recuou 6,8 % em relação ao mesmo período de 2005⁶³.

⁶³ VALOR ECONÔMICO. Importação cresce mais e tira espaço da produção local. 07/05/2006

Tabela 30 - COMÉRCIO EXTERIOR - EXPORTAÇÕES - EM US\$ mil
Estados do Nordeste selecionados

	1996		2002		2003		2004		2005		2006 (jan/abr)	
	Exportações		Exportações		Exportações		Exportações		Exportações		Exportações	
	Total	Confecções	Total	Confecções								
PE	341.005	13895	319.825	10.569	410.706	18.115	516.810	10.489	784.888	11.613	261.200	867
CE	380.433	7.055	543.902	2.757	760.927	8.545	859.369	14.458	930.450	21.805	305.600	2.440
BA	1.846.129	50	2.410.037	3.103	3.258.772	6.330	4.062.916	6.706	5.987.743	11.133	1.972.000	3.248
RN	94.875	18	223.602	21.768	310.445	14.667	573.602	12.257	413.317	11.474	139.600	3.566
Brasil	47.746.728	231.524	60.361.785	214.751	73.084.139	289.171	96.475.220	340.386	118.308.269	336.758	39.000.000	92.000

Fonte: MDIC - Sistema Aliceweb

Nota: Categorias 61 e 62 NCM/SH

Tabela 31 - COMÉRCIO EXTERIOR – IMPORTAÇÕES - EM US\$ mil
Estados do Nordeste selecionados

	1996		2002		2003		2004		2005		2006 (jan/abr)	
	Importações		Importações		Importações		Importações		Importações		Importações	
	Total	Confecções	Total	Confecções								
PE	818.031	857	843.632	483	795.989	772	758.767	1.097	805.887	1.282	295.253	801
CE	813.469	1.427	635.909	477	540.775	322	573.593	527	588.656	412	298.298	432
BA	1.462.135	636	1.877.722	888	1.945.252	591	3.021.129	819	3.301.168	1.033	1.187.000	699
RN	101.542	33	115.542	27	168.562	6	139.485	1	110.365	240	39.158	194
Brasil	53.345.767	301.411	47.236.751	109.676	48.304.598	100.117	62.813.150	148.250	73.549.249	227.168	26.700.000	124.600

Fonte: MDIC - Sistema Aliceweb

Nota: Categorias 61 e 62 NCM/SH

6.3 Principais atores no Pólo do Agreste

Na composição do APL de confecções do Agreste várias entidades atuam diretamente no desenvolvimento do Pólo, cada uma com suas atribuições.

Poder público – Prefeituras e o governo do estado de Pernambuco. A estes atores cabe o fornecimento do bem-estar à população, bem como o fornecimento de infra-estrutura necessária para a população que ali vive e aquela que se desloca às cidades para realizar suas compras.

Ações que visem a manutenção da segurança pública, melhoria das vias e estradas de acesso às cidades são o que se espera do poder público.

Entidades privadas – Neste segmento estariam inseridos o SEBRAE e as instituições bancárias e de crédito. Ao SEBRAE coube as ações iniciais realizadas no Pólo, a partir do momento de identificação da região como Arranjo Produtivo Local. Especialmente após a mudança “estrutural” em suas ações, que anteriormente trabalhava por projeto, atualmente focando resultados, é que a participação deste órgão se fez importante.

Os Bancos, como instituições de crédito, seriam os responsáveis pelo financiamento da produção e da estrutura produtiva do APL. Porém, dificuldades de acesso a crédito existem no Brasil de forma geral, especialmente em função da legislação vigente. Entretanto, no Pólo do Agreste esta dificuldade se acentua: os bancos precisam de garantias ao conceder empréstimos; como muitos são informais, não têm como fornecer as garantias exigidas pelos bancos.

Organizações de classe – Seriam destacadas o Sindvest/PE, ASCIT – Associação Comercial e Industrial de Toritama, ASCAP – Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe), ACIC – Associação Comercial e Industrial de Caruaru.

Embora com pouca representatividade - o Sindvest/PE possuía no início de 2006 pouco mais de 120 associados, é através destas organizações que se pode traçar um rumo para o setor de forma agregada. Ao Sindvest/PE cabe as ações de organização, traçando metas e definindo rumo, além de buscar parcerias na gestão do setor (governança).

Às Associações comerciais e Industriais cabem a execução das ações junto aos empresários.

Empresários – É o elo final do APL. O razão de existir da estrutura de apoio. São os responsáveis diretos pelo sucesso ou insucesso do desenvolvimento da região.

Instituições de ensino – SENAI, Faculdades (UFPE, FAVIP, ASCES, FADIRE, CESMAC, FAFICA), Centro Tecnológico da Moda. A existência destas instituições de ensino nas principais cidades do Pólo da Moda do Agreste visa atender a crescente demanda por profissionais capacitados dentro das empresas de confecções.

6.4 Competitividade – Ações em andamento

As ações provenientes da parceria entre o SEBRAE, Associações Comerciais (ASCAP ASCIT e ACIC) e o Sindvest/PE no sentido de modificar o foco de **Pólo de Confecções** para **Pólo de Moda** podem ser consideradas eficientes. Ações como a organização de missões de compradores, treinamentos e suporte técnicos e gerenciais na sede das associações comerciais culminam por difundir a idéia de uma maior profissionalização do setor. Percebe-se que os empresários locais fazem questão de indicar que atualmente produzem moda, ao contrário da visão que anteriormente existia.

O trabalho realizado para qualificação técnica da mão-de-obra, capitaneadas pelo SENAI, são fundamentais para que se obtenham produtos padronizados e dentro das normais industriais. A escola do SENAI de Santa Cruz do Capibaribe oferece atualmente, dentre outros, o curso **técnico em vestuário**, que visa sobretudo atender a demanda por profissionais qualificados na área. Mesmo no comércio local, a exigência dos consumidores é crescente. As peças de vestuário precisam cada vez mais serem uniformes, ter bom “caimento” e acabamento.

Recente pesquisa promovida pelo IEMI⁶⁴ aponta que os consumidores não estão interessados apenas nos produtos relacionados à moda da estação, mas sim compram aqueles produtos cujo “*conforto seja prioridade [...] seguido pelo bom caimento e preço baixo*”. Segundo a mesma pesquisa, para 40% dos

⁶⁴ VALOR ECONÔMICO. Consumidor não compra moda, mas o básico bem feito. 24/05/2006

consumidores, o conforto é fundamental e nada menos que 30% são fiéis a marca.

Estas informações são diretrizes para os industriais pernambucanos, que precisam continuar investindo em máquinas e equipamentos atualizados (capítulo 7 contém os resultados da pesquisa de campo realizada), qualificação técnica e gerencial de seus funcionários, gerentes e proprietários, pois só assim conseguirão fixar suas marcas na mente dos consumidores, porque o que se compra é qualidade percebida.

As rodadas nacionais e internacionais de negócios, como o **Pernambuco Fashion**, evento ocorrido no último mês de março no Pólo Comercial de Caruaru e que contou com a presença de vários compradores nacionais de porte, indicam que existe uma governança nas ações empreendidas pelo setor. Nesta rodada de negócio, organizada numa parceria entre os principais atores do Pólo do Agreste, selecionou-se 50 empresas locais, filiadas ao Sindvest. Cada empresa indicaria dois compradores potenciais para seus produtos, no caso, varejistas de âmbito nacional. Além da possibilidade de realizar diretamente negócios (estimava-se R\$ 2 milhões em negócios fechados apenas durante a rodada), cada empresa receberia capacitação para negociar com seus prováveis clientes.

A sensibilidade do governo do estado frente as obrigações fiscais das empresas também deve ser reconhecida, elevando o nível competitivo das corporações. Estudo do SEBRAE apresentado ao governo do estado, apontando estados que diminuíram a alíquota de ICMS em seus Arranjos Produtivos e conseguiram, desta forma, aumentar a arrecadação, acabaram por motivar a diminuição deste imposto da ordem de 75 % (atualmente as confecções do Pólo do Agreste pagam 4,5% de ICMS) para as empresas instaladas no Pólo do Agreste. Com uma menor carga tributária, torna-se mais fácil convencer os empresários locais a formalizarem suas empresas e seus quadros funcionais. Este processo de formalização, inclusive, pode ser constatado pelos dados da tabela **23**: os postos de trabalho formais no setor de confecções nas três principais cidades do Pólo, na média, dobraram, ao longo dos 4 últimos anos, nos fazendo acreditar, em parte: 1) pelas ações da Secretaria da Fazenda do Estado – **SEFAZ-PE**, ocorridas naquelas cidades durante o ano de 2004, obrigando os estabelecimentos a se formalizar; 2) em

parte pela diminuição da alíquota de ICMS para as confecções produzidas na região; 3) em parte pelas ações da governança, ao tentar mostrar cada vez mais que “**é mais barato ser formal**”.

A visão corrente das principais instituições de ensino, sejam instituições de ensino técnico, sejam instituições de ensino superior, apontam para as necessidades do mercado de trabalho. A demanda por profissionais técnicos qualificados e capacitados para operar as máquinas mais atualizadas, profissionais com funções gerenciais, que possam atuar no controle dos processos de produção, profissionais habilitados e com formação acadêmica em design de moda, trabalhando na criação de peças ergonômicas, confortáveis e padronizadas, fizeram com que naquela região se instalassem instituições capazes de prover tais habilidades às empresas (como o SENAI, Faculdades, etc), o que diretamente aumenta a qualidade percebida dos produtos.

No que se refere ao fornecimento de insumos para a produção, a competitividade das empresas pode vir a ser alavancada pelo estruturante **Pólo Têxtil do Nordeste (Projeto Citene)**, que em um cenário otimista, deverá gerar diretamente 1,3 milhão de empregos, com investimentos que podem chegar a US\$ 5 bilhões. Trata-se de ação que visa estruturar toda a CTC, implantando em Pernambuco, particularmente no **Complexo Industrial e Portuário de SUAPE**, indústrias que irão produzir desde a matéria-prima para a fabricação de poliéster (principal tecido sintético atualmente utilizado), até mesmo o produto final das confecções. Num primeiro momento serão implantadas fábricas que irão produzir PTA e POY, utilizados como matéria-prima para o setor.

A fábrica de POY, filamentos texturizados de poliéster, terá capacidade de produzir 180 mil toneladas por ano deste insumo, mais que o triplo da produção anual brasileira, de 55 mil toneladas.

Em segundo momento, o projeto espera atrair tecelagens, malharias e até mesmo novas confecções, além da estrutura de apoio a estas indústrias, trazendo para Pernambuco as vantagens provenientes do tempo e dos custos de logística.

7 Resultados da pesquisa

Para Lakatos (2005:157) a pesquisa é um “procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Toda pesquisa deve, também, ter um objetivo determinado para que se possa saber o que se deseja obter e aquilo que se deve alcançar.

Como método científico, requer uma abordagem formal, sendo sua execução baseada em processos, que conforme Lakatos (2005) estariam divididos em :

- 1) Coleta de dados;
- 2) Elaboração dos dados;
- 3) Análise e interpretação dos dados;
- 4) Representação dos dados;
- 5) Conclusões;

7.1 Preparação da pesquisa

No sentido de se obter algumas conclusões que pudessem ratificar a teoria apresentada, foi definido a aplicação de um questionário a alguns empresários do setor de confecções em Pernambuco e em particular, no Pólo do Agreste.

Antes, porém, foram aplicadas entrevistas, parcialmente não-estruturadas com alguns dos atores no segmento de confecções em Pernambuco, inclusive com objetivo de criar consistência nos dados do questionário a ser aplicado aos empresários do setor. Assim, durante os primeiros meses de 2006 foram entrevistados, em ordem cronológica:

- *Sinvest – PE – Sindicato das Empresas de Vestuário de Pernambuco, através do presidente do sindicato;*
- *Entrevistas com o SEBRAE/Caruaru através de funcionários do órgão engajados no projeto de desenvolvimento sustentável do pólo de confecções do agreste Pernambucano;*
- *Secretário da Indústria e Comércio de Santa Cruz do Capibaribe;*

- *Secretário da Indústria e Comércio de Toritama;*
- *ASCIT – Associação Comercial e Industrial de Toritama;*
- *ASCAP – Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe;*
- *Prefeito de Santa Cruz do Capibaribe;*

A aplicação de tais entrevistas objetivou respaldar algumas das diretrizes deste trabalho bem como obter dos mesmos uma “auto-identificação” sobre seus respectivos papéis dentro do Arranjo Produtivo Local de confecções do Agreste. Várias informações obtidas destes atores foram apresentadas nas seções anteriores deste trabalho.

Em um segundo momento, definimos uma amostra de empresas para aplicar o questionário (modelo na seção **ANEXOS**). A definição desta amostra foi baseada em algumas ponderações que achamos válidas, ratificadas pelas entrevistas não-estruturadas listadas anteriormente. Acreditamos que tal universo selecionado representa o contexto do setor.

Assim, critérios como tamanho mínimo (20 colaboradores), visibilidade (possuir uma sede com identificação da marca, ter participado de pesquisas anteriores) e estar em funcionamento dentro do segmento a mais de 3 anos foram os critérios mínimos utilizados.

Para identificação deste universo, recorreremos ao **CIP 2005** – Cadastro Industrial de Pernambuco 2005, uma publicação da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - **FIEPE**, que apontava nome da empresa, endereço, proprietários e tamanho da mesma (quantidade de funcionários). A base de dados da amostra também foi completada por banco de dados de empresas de confecções obtidos junto ao Sindvest – PE e ao SEBRAE/PE.

Selecionamos deste quantitativo um total de 120 empresas de Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru, Surubim, Taquaritinga do Norte e da RMR, já que o objetivo seria o de obter em torno de 70 a 80 questionários válidos.

Inicialmente foi enviado através de mala direta para estas 120 empresas um informativo de nossa pesquisa (modelo da carta na seção **ANEXOS**). Em seguida, no período de 5 a 21 de abril o questionário foi aplicado dentro do universo definido.

Empresas não listadas nas 120 inicialmente definidas mas que durante a visita nas cidades para aplicação do questionário foram também identificadas

como empresas líderes também passaram a fazer parte da amostra. Também adicionamos questionários de micro empresas, basicamente pela proximidade que os entrevistadores tiveram destes micro empresários durante a realização da pesquisa de campo.

A relação das empresas que responderam aos questionários não poderá ser publicada pois embora nenhuma informação estratégica interna as empresas tenha sido buscada, garantimos aos empresários a confidencialidade de todos os questionários respondidos, garantindo que apenas no agregado os mesmos seriam apresentados.

A equipe de entrevistadores era composta pelo próprio autor e por um estudante de Ciências Contábeis da FAFICA, residente em Caruaru, que ficou responsável por aplicar a maioria dos questionários naquela cidade.

Para garantir a uniformidade de entendimento das perguntas, tanto por parte dos entrevistadores como por parte dos entrevistados, os primeiros questionários aplicados foram realizados em conjunto por ambos os entrevistadores, diretamente ao próprio empresário ou, em sua falta, a algum gerente, de preferência da própria família do proprietário ou que já possuísse um bom tempo na empresa.

Nesta etapa do processo identificamos poucos casos de insucesso, tendo sido a receptividade a nossa pesquisa de regular a boa. Em poucos casos, ou o empresário foi incisivo em informar que não participaria de tal pesquisa, retardou ou mesmo não se dispôs a respondê-lo durante as tentativas realizadas neste sentido.

7.2 Composição do questionário

Três objetivos formavam o escopo do questionário aplicado aos empresários do setor:

- **Nível de competitividade** – Que ações este nicho de empresas tem empregado ou vislumbra empregar no sentido de aumentar sua eficiência econômica, aumentando sua capacidade de competir, melhorando a qualidade de seus produtos e, por conseguinte, aumentar seus lucros;

- **Identificação de Arranjo Produtivo Local** - Como APL's não são caracterizados exclusivamente pela existência de várias empresas do mesmo segmento numa mesma localidade (este aspecto sem dúvida existe na região),

tentamos captar o grau de integração e concorrência entre os comerciantes e seu relacionamento com os demais atores do suposto APL, como associações comerciais, sindicatos, poder público, etc. Nosso objetivo nesta seção era o de garimpar outros indícios de que naquela área, efetivamente, existem as forças competitivas geradas por tal aglomeração de empresas. Esta parte do questionário não foi aplicado nas empresas da RMR;

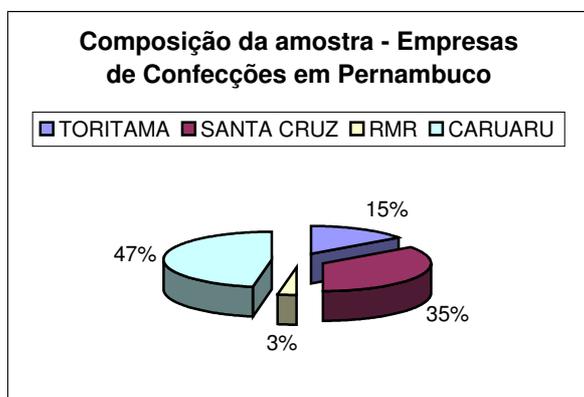
- **Concorrência externa aos produtos do Pólo** - Captar a sensibilidade dos empresários a um aumento da concorrência externa aos produtos produzidos naquela região, comparando o período pré-ATV e o pós-ATV o que, a partir dos dados fornecidos pelo MDIC – Sistema *Aliceweb*, ratificariam ou não esta sensibilidade;

7.3 Resultados obtidos

Foram considerados como válidos 75 questionários. Dentre a amostra obtida e tida como válida, alguns questionários não puderam ser aplicados de forma direta, ou seja, com a presença do entrevistador. Isto terminou por ocasionar desvio de entendimento em algumas questões. Tais questões, quando identificadas, foram retiradas da amostra.

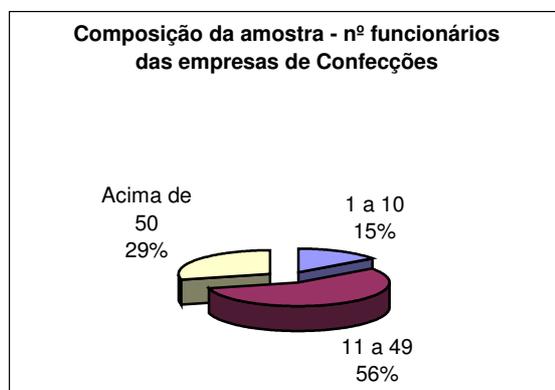
7.3.1 Perfil da amostra

Dos 75 questionários válidos, a maior parte era representado por indústrias situadas na cidade de Caruaru. Várias unidades produtivas tinham pontos de venda nas diversas cidades do Pólo, contudo, os questionários foram aplicados preferencialmente na sede daquelas empresas.



Fonte: Pesquisa de campo

Gráfico 15



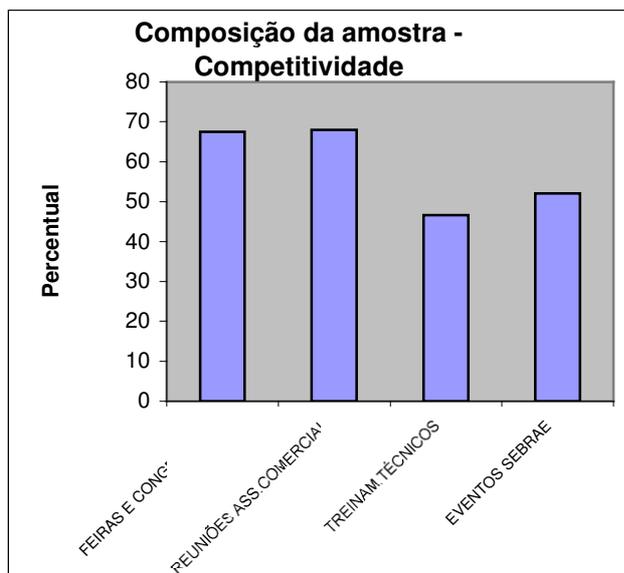
Fonte: Pesquisa de campo

Gráfico 16

7.3.2 Nível de competitividade

A participação das empresas e seu engajamento em associações de classe tem forte impulso no aumento da competitividade empresarial. A teoria sobre as vantagens competitivas locais internas ao APL considera tais questões. Desta forma, quanto maior for a participação das empresas em reuniões das associações comerciais, em congressos e eventos técnicos do segmento, treinamentos técnicos e aqueles realizados pelo SEBRAE induzem num maior nível de qualificação gerencial e da mão-de-obra, o que implica, empiricamente, em aumento da capacidade de inovar e competir.

Mais de 60% das empresas de confecções entrevistadas participam de feiras e congressos da área. Mais de 50 % participam de reuniões das associações comerciais. Esta informação parece conflitante com o nível de representatividade que estes órgãos atualmente ainda possuem. A ASCAP, como mencionado anteriormente, possui pouco mais de 100 associados. Contudo, o que pode existir e que parece coerente é que, quanto maior o tamanho das empresas, maior sua percepção da importância que tais associações têm no sucesso do segmento.



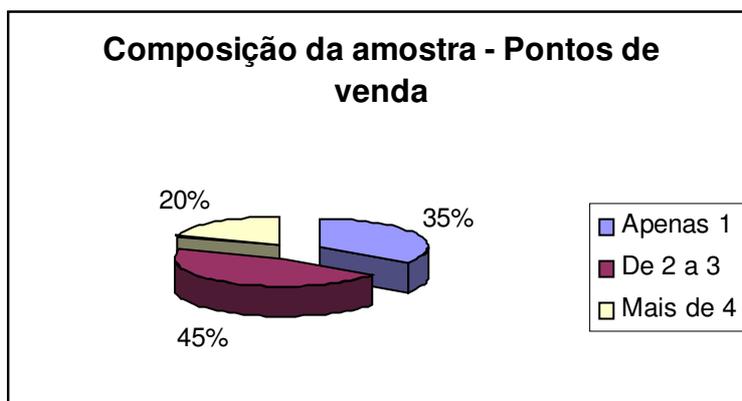
Fonte: Pesquisa de campo (2006)

Gráfico 17

Mais de 80 % da amostra trabalha exclusivamente com marcas próprias. Estas marcas existem, em média, há 11 anos. Isto indica que são empresas consolidadas e que procuram trabalhar conceitos que fixem as marcas trabalhadas. Diferentemente das *facções*, que são terceirizadas das empresas maiores, aquelas empresas que trabalham suas próprias marcas estão na ponta da cadeia e dependem diretamente de sua gestão e força de vendas.

Do universo entrevistado, 36 % incrementa sua força de vendas através de representantes da marca que visitam diretamente os clientes finais, na maior parte pequenos varejistas multimarcas espalhados nos diversos estados do país. Trata-se, a princípio, de ação ativa de incremento de vendas pois significa não apenas esperar a chegada de consumidores e sacoleiros nas cidades do Pólo, mas sim, gerar demanda.

Porém, a maior parte das empresas depende exclusivamente das vendas realizadas nos próprios pontos de vendas, situados em sua maioria, nas cidades do Pólo do Agreste.

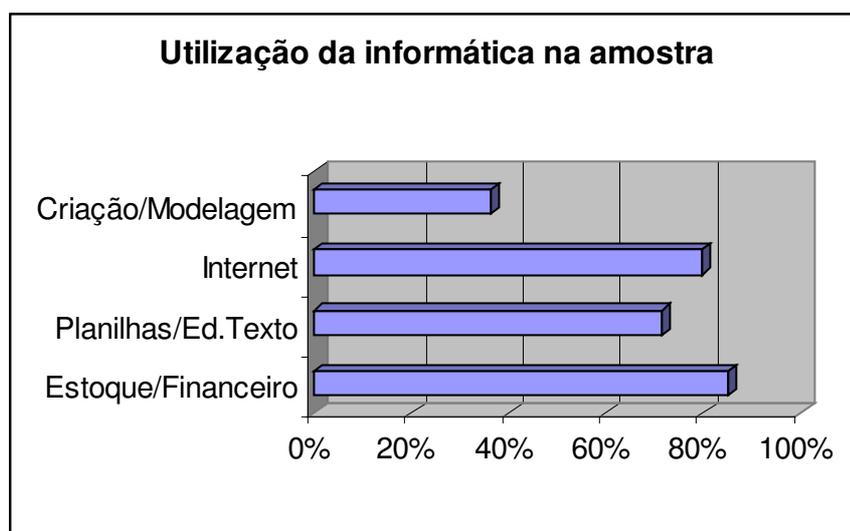


Fonte: Pesquisa de campo

Gráfico 18

Quanto a utilização da informática, 30 % das empresas entrevistadas possuem, ao menos, 5 computadores em sua estrutura. Os principais usos são aqueles relacionados ao controle de estoque e controle financeiro. O uso da *internet* encontra-se também bastante disseminado, com percentual de utilização próximo aos 80%. Também merece destaque que os processos relacionados a criação e modelagem dos produtos, sobretudo aqueles apoiados pelo computador (CAD/CAM) já possuem relativa utilização: 27 % das empresas consultadas utilizam a informática para este fim.

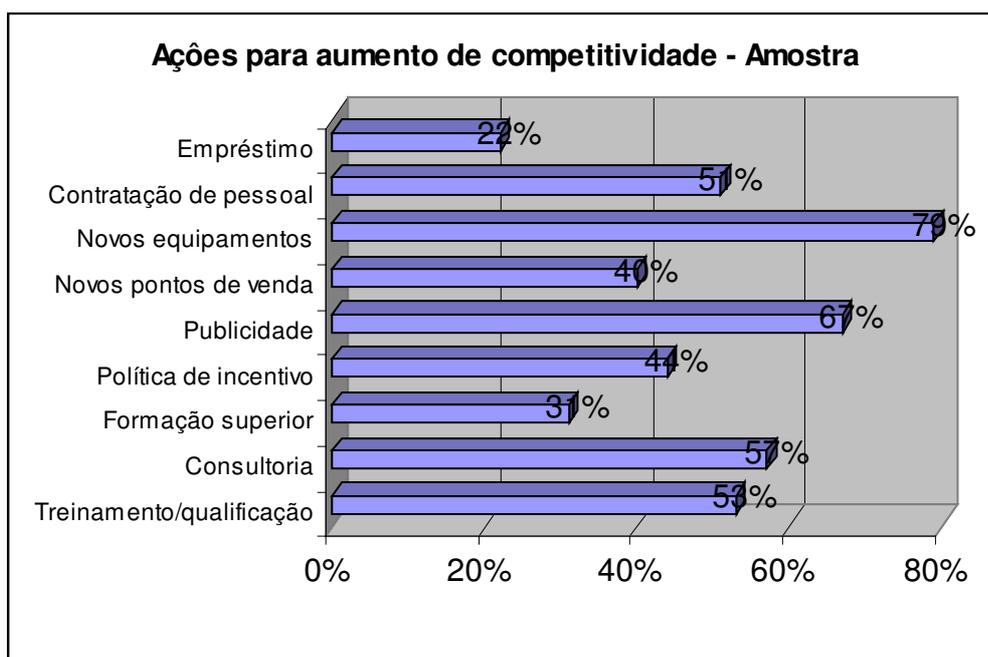
Estes dados indicam que cada vez mais as empresas de confecções em Pernambuco têm buscado padronização de seus produtos, economia na utilização de insumos e um maior controle gerencial e dos estoques dentro de suas empresas. A minimização das perdas impacta diretamente no preço final do produto, o que torna imperativo a utilização das ferramentas computacionais de gestão.



Fonte: Pesquisa de campo

Gráfico 19

Nesta busca de uma maior competitividade, as empresas também investem na melhoria de seus processos internos, na melhor qualificação técnica e gerencial de seus funcionários e diretores, na aquisição de máquinas e equipamentos mais atualizados, que consigam otimizar a utilização de insumos, além de aumentar a qualidade percebida das peças vendidas. Tais iniciativas também foram captadas na aplicação dos questionários.



Fonte: Pesquisa de campo

Gráfico 20

Algumas considerações são obtidas a partir do gráfico 20:

- Investimentos em publicidade e aquisição de novos equipamentos são vistos pelos empresários como determinantes no aumento do poder de venda das empresas;
- Investimentos na abertura de novos pontos de venda são vistos como importantes para 40 % das empresas entrevistadas. A contratação de pessoal de criação e desenho de novos produtos também merece destaque para mais de 50 % dos entrevistados. Isto indica que a preocupação com o desenho das peças, conforto e os aspectos relacionados as tendências da moda são fundamentais neste sentido.
- Melhor capacidade gerencial dos diretores e gerentes mediante formação superior é visto como ação importante para mais de 30 % dos empresários.
- Empréstimos para aumento de capacidade produtiva ou abertura de novas lojas ou mesmo aquisição de máquinas mais modernas foram pouco destacadas pelo universo pesquisado. Talvez pelas dificuldades de acesso a crédito já vivenciadas pela maioria das empresas, especialmente aquelas do Agreste, que esbarram na burocracia bancária e pelas exigências na concessão de empréstimos. Foi destacado através de entrevistas informais que para conceder empréstimos, os bancos precisam analisar os números reais das empresas, e como uma grande parcela, até mesmo das empresas de maior porte, possuem várias etapas internas informais, acabam tendo dificuldade em demonstrar a real capacidade de pagamento dos empréstimos pretendidos.

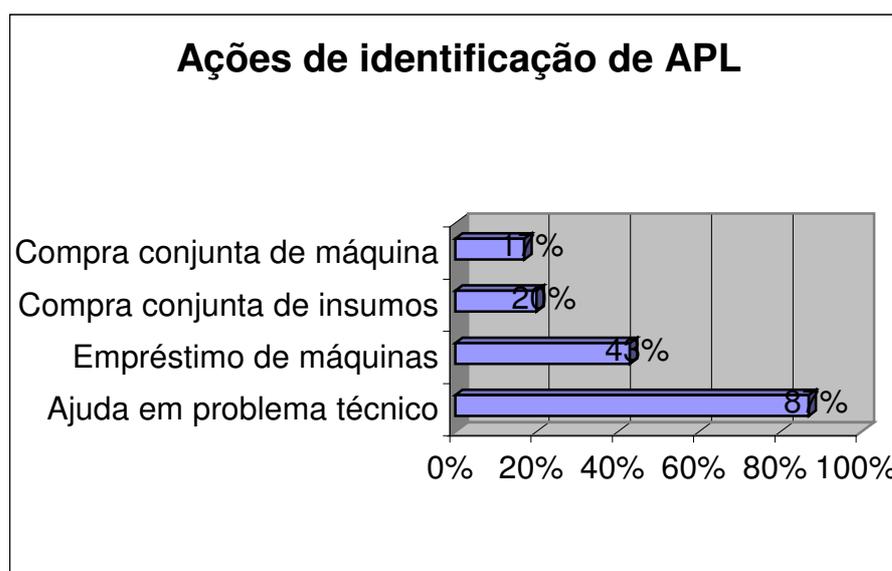
7.3.3 Identificação de Arranjos Produtivos

Ao visitar as principais cidades do Pólo de Confeccões do Agreste fica evidente a pujante força da indústria de confeccões ali instalada. Porém, a teoria acerca dos Arranjos Produtivos Locais enaltece as vantagens competitivas que são geradas a partir desta aglomeração de empresas do

mesmo segmento numa mesma região geográfica, sendo necessário para tais vantagens competitivas um relativo grau de integração e competição entre as empresas, bem como a existência e identificação de outros atores atuantes no APL.

Esta seção do questionário não foi aplicada nas empresas externas ao Pólo do Agreste.

Do universo pesquisado, mais de 80% dos empresários ajudariam seu concorrente na solução de algum problema técnico, inclusive emprestando alguma de suas máquinas (41%). Já a compra conjunta de insumos para aumentar o poder de barganha junto aos fornecedores não foi destacado, em virtude, sobretudo, da presença de tais fornecedores internos ao próprio Pólo. Na visão dos empresários, esta compra conjunta em nada influenciaria na obtenção de preços menores em função de uma compra maior.



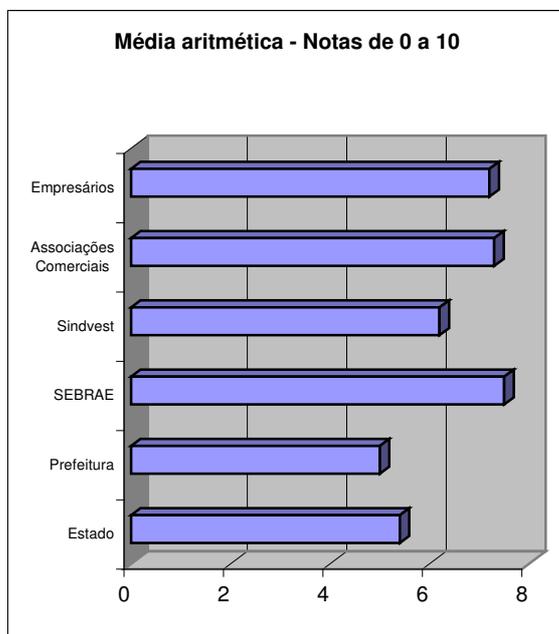
Fonte: Pesquisa de campo

Gráfico 21

No que se refere a compra de máquina conjuntamente com outros empresários, a dificuldade estaria em gerenciar o uso deste equipamento, por isso a baixa aceitação da idéia, pouco mais de 11%.

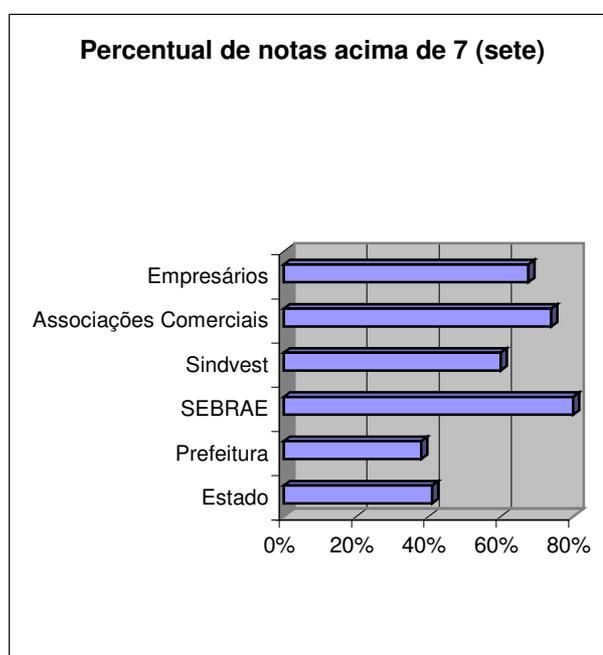
Nesta mesma pergunta do questionário tentava-se obter do entrevistado seu interesse em participar na formação de uma instituição de crédito dos próprios empresários, o que facilitaria seu acesso a financiamentos e empréstimos a taxas de juros inferiores daquelas obtidas através do sistema bancário. Porém, em virtude das dificuldades em se explicar com detalhes

como seria esta formação, decidiu-se por remover o resultado de tal questão. Mesmo assim, do universo pesquisado, 6 empresários informaram que “participariam da formação de instituição de crédito dos próprios empresários”.



Fonte: Pesquisa de campo

Gráfico 22



Fonte: Pesquisa de campo

Gráfico 23

Foi argüido aos entrevistados para apontar uma nota, de 0 a 10, de acordo com sua visão acerca da importância daquele ator em relação ao desenvolvimento do Pólo. Como esperado, o SEBRAE foi o ator mais bem qualificado. Tal resposta se deve, sobretudo, a ação desta instituição e a proximidade que se configurou do mesmo em relação aos empresários locais. Até mesmo na criação e no apoio às associações comerciais o SEBRAE atuou no sentido dar maior visibilidade destas instituições.

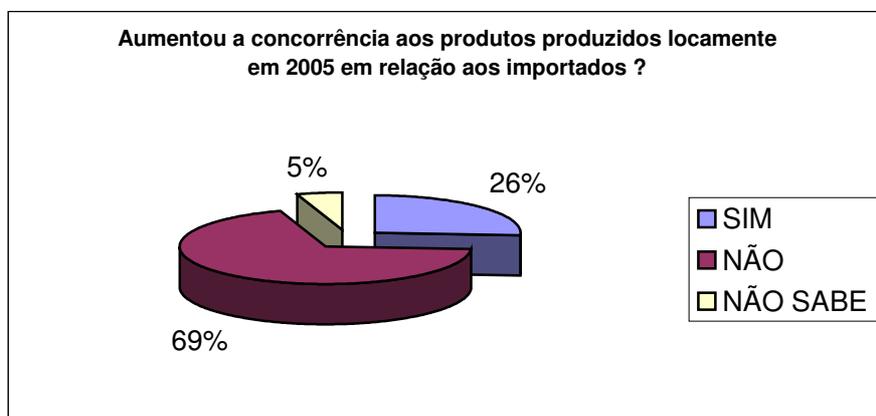
A administração pública, estadual e municipal, foram as de pior avaliação. Algumas considerações podem ser destacadas neste resultado:

- A ausência do poder público durante a década passada e nos primeiros anos desta foram fundamentais neste resultado. Os empresários creditam a atual participação do governo como um ato “oportunista”, ocorrido num momento onde o modelo do negócio ali existente já estava relativamente consolidado. Além disto, a imposição, por parte do estado, da formalização das empresas, ocorrido em 2004, num momento que ainda se acreditava que as relações informais de trabalho bem como o não cumprimento das obrigações fiscais por parte das empresas se configurava nas “vantagens” da produção de confecções no Pólo do Agreste.

- A ausência de obras estruturadoras nos municípios, tanto por parte do estado, como por parte do poder municipal. Embora o desemprego nestas cidades praticamente não exista, mas ainda são cidades pobres, com PIB's *per capita* inferiores a média do estado de Pernambuco. A informalidade também dificulta as ações da prefeitura, pois o não recolhimento de impostos diminui a arrecadação municipal e por conseguinte sua capacidade em realizar obras de infra-estrutura, que garantissem maior visibilidade.

7.3.4 Identificando aumento da concorrência externa

Na última seção do questionário tentou-se captar dos entrevistados sua percepção acerca da concorrência existente a seus produtos produzidos em Pernambuco.

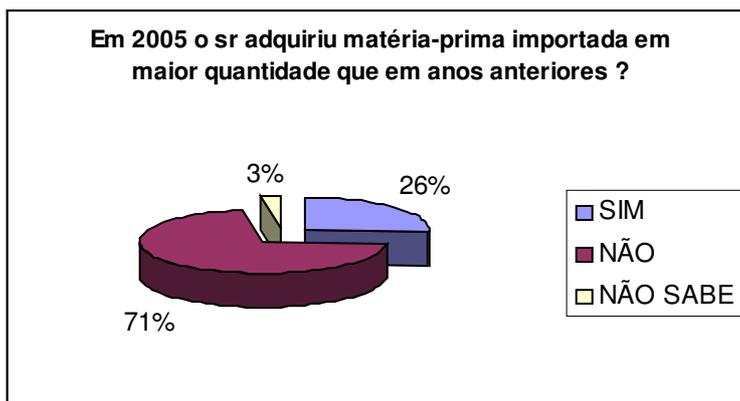


Fonte: Pesquisa de campo

Gráfico 24

A maioria dos entrevistados não percebeu nenhum aumento na concorrência aos produtos produzidos localmente em Pernambuco em relação aos produtos produzidos externamente, seja em outros estados ou mesmo provenientes do comércio internacional.

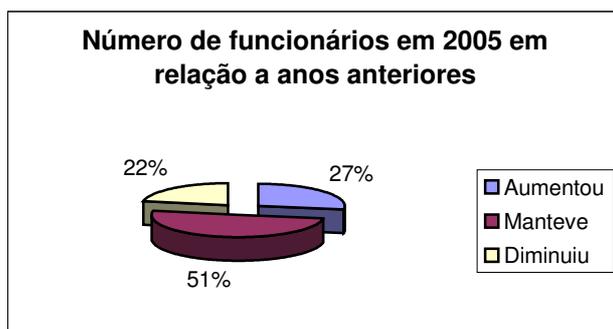
Quanto a utilização de insumos importados na composição dos produtos produzidos, foi questionado se no ano de 2005 o empresário havia adquirido uma quantidade maior de insumo importado em relação a anos anteriores. 26 % dos empresários apontaram que haviam adquirido uma quantidade maior de matéria-prima, contra 71 % que disseram que não.



Fonte: Pesquisa de campo

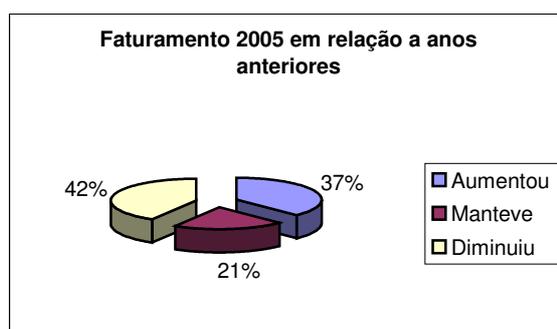
Gráfico 25

A última pergunta do questionário dizia respeito ao resultado obtido pela empresa no exercício de 2005, comparando-o com o exercícios anteriores. Os resultados obtidos encontram-se nos gráficos a seguir.



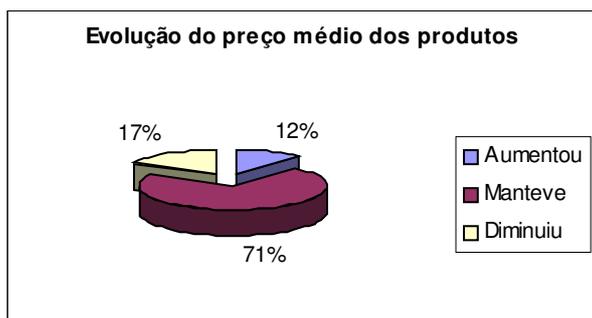
Fonte: Pesquisa de campo

Gráfico 26



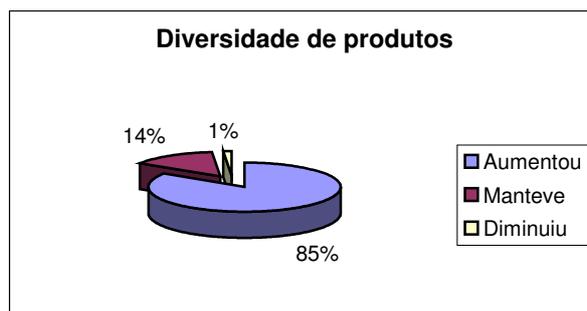
Fonte: Pesquisa de campo

Gráfico 27



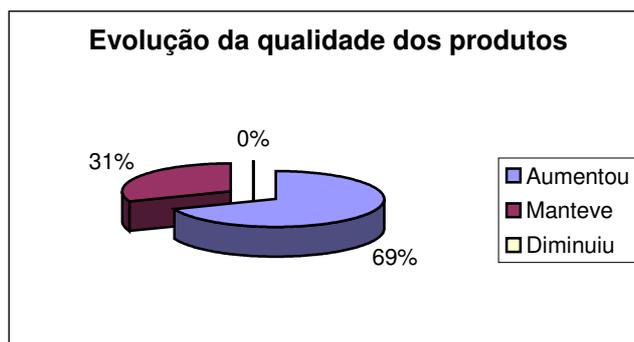
Fonte: Pesquisa de campo

Gráfico 28



Fonte: Pesquisa de campo

Gráfico 29



Fonte: Pesquisa de campo

Gráfico 30

Algumas considerações devem ser realizadas:

- A importância da percepção da qualidade do produto como elemento chave para garantir a continuidade dos negócios. Quase 70% dos empresários aumentaram a qualidade de seus produtos em 2005, quando comparado com o ano de 2004;
- O *mix* de produtos também é chave para garantia do mercado.
- 78 % dos empresários aumentaram ou mantiveram seu quadro de funcionários, podendo indicar que não houve, necessariamente, uma retração do mercado;
- 58 % dos entrevistados indicaram que o faturamento de 2005 foi igual ou superior ao obtido em 2004.

Não foi captado, desta forma, uma percepção negativa dos empresários em relação a um aumento da concorrência.

7.4 Limitações da pesquisa realizada

Embora as informações captadas dos questionários tenham valor como fonte significativa de informação, existem alguns aspectos que deixaram de ser considerados durante o processo de pesquisa e que mereceriam ser considerados numa análise mais rigorosa.

O primeiro aspecto diz respeito à metodologia utilizada para obtenção do tamanho da mostra, bem como a representatividade da mesma em relação a distribuição espacial das empresas entre as cidades do Pólo. Estes aspectos não foram considerados na definição do universo entrevistado, de forma tal que não se pode concluir, por exemplo, que 29 % das empresas do Pólo do Agreste possuem, ao menos, 50 colaboradores, como apresenta a composição do universo entrevistado. Obviamente esta informação é bem contrastante com aquilo que foi abordado ao longo do texto, ou seja, que a absoluta maioria das empresas que ali estão instaladas são micro e pequenas empresas.

Porém, acreditamos que não utilizar este rigor estatístico, essencial quando se pretende explicar o todo a partir de uma parte, embora limite os resultados e as inferências que porventura se desejam realizar, não comprometeram o objetivo principal da pesquisa, que era o de identificar os impactos do fim do ATV no Pólo do Agreste, bem como as ações de busca de competitividade empreendidas pelo setor.

Ao identificar e entrevistar empresas líderes, que era a base da amostra, obtêm-se das mesmas uma visão agregada do setor. Muitas vezes tais empresas contratam serviços de empresas menores (facções, estamparias, bordados), ou seja, se tais empresas sofreram algum tipo de impacto na concorrência a seus produtos, indiretamente as empresas menores também sofreram tais impactos. Se elas investem em qualificação de mão-de-obra e processos internos, acabam por exigir maior qualidade de seus fornecedores, ou seja, novamente aquelas empresas menores.

Porém, não podemos deixar de destacar novamente que a não utilização do rigor estatístico limita, de certa forma, algumas conclusões e generalizações das respostas obtidas, de forma que se deve ter ciência de tais limitações ao utilizar as respostas obtidas neste trabalho.

8 Conclusões e sugestões

A pesquisa realizada objetivou conhecer o perfil do setor de confecções no estado de Pernambuco, particularmente o Pólo da Moda do Agreste, região que até recentemente produzia peças de roupa de qualidade inferior, utilizando insumos que eram, inicialmente, sobras das indústrias do sul/sudeste do país. A percepção dos consumidores quanto à qualidade dos produtos produzidos no Agreste era a pior possível: só havia mercado para tais produtos pois se sabia o que dali esperar, preços baixos.

Tal visão, porém, tem sido modificada nos últimos anos, sobretudo em função da governança que ali se instalou (SEBRAE, Sindvest, poder público, empresários, Associações Comerciais e Industriais). Esta governança, ao realizar ações de curto e médio prazos, acaba por gradualmente mudar a visão dos empresários do setor no sentido da profissionalização do setor produtivo. Hoje é comum, até mesmo alguns pequenos empresários, investir em equipamentos mais atualizados, em informática, em *know-how* técnico e gerencial, em *marketing*.

Começa a existir um clima de negócios e de cooperação entre os empresários, contemplando assim as **vantagens competitivas locais** internas ao APL. Os custos de transação são diminuídos. Uma rede de fornecedores e de estrutura de apoio também se instala na região, minimizando custos de logística e de insumos e equipamentos. O *marketing* passa a ser único, pois passa a existir uma identidade do APL: o consumidor que procura moda, qualidade, preço baixo, já tem em sua mente que em Pernambuco, no Agreste, se obtém o produto desejado.

Quanto ao mercado exterior, as iniciativas de exportação ainda são incipientes. Na realidade, Pernambuco não é exceção neste setor. Embora grande produtor, o Brasil não participa de forma significativa destes fluxos de comércio internacional do setor de confecções. Pelo lado das importações, embora tenha ocorrido um alto crescimento das importações de confecções chinesas após o ATV no Brasil, o que desencadeou um novo acordo de quotas entre Brasil e China já a partir de abril de 2006, Pernambuco parece não ter

tido reflexos em sua indústria deste novo cenário. A base de importações de peças do vestuário pelo estado de Pernambuco é muito pequena ainda, embora também tenha experimentado um elevado aumento das importações da China no período analisado. Pelo menos no Agreste, poucos empresários indicaram ter tido reflexo deste aumento das importações, inclusive, na contramão desta possibilidade, a maioria dos empresários aumentou a produção, ao contratar ou manter sua mão-de-obra (dados do Ministério do Trabalho apontam também para um crescente processo de formalização dos postos de trabalho nos últimos anos), sem contar os 37% dos empresários que apontaram ter aumentado o faturamento no ano de 2005 em relação ao ano de 2004.

Este trabalho não abordou de forma direta os impactos nos pequenos empresários do setor no Pólo do Agreste, aqueles do tipo **fundo de quintal** e que garantem a sobrevivência de milhares de empregos na região. Também não foi abordado de maneira específica as iniciativas que visassem uma maior inserção dos produtos produzidos em Pernambuco no comércio internacional.

Uma análise comparativa entre as indústrias do Pólo do Agreste e aquelas remanescentes na RMR também poderiam vir a ter continuidade em trabalho futuro, onde se poderia comparar a utilização de ferramentas de gestão, tamanho e porte bem como o nível competitivo de ambas.

9 Bibliografia

AGUIAR, Gustavo Ribeiro de. **Pólo moveleiro de João Alfredo, Pernambuco: Uma análise a luz do modelo de clusters**. Dissertação de mestrado, UFPE, 2005.

AMARAL FILHO, Jairo et al, **IDENTIFICAÇÃO E MAPEAMENTO DAS AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS ESPECIALIZADAS NO CEARÁ: Pistas para identificação de Arranjos Produtivos Locais (APLs)**. IPECE, Texto para discussão nº14. Fortaleza: Janeiro/2004 ,

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA ECONÔMICA E DA COMPETITIVIDADE DA CADEIA TÊXTIL BRASILEIRA. CNI, IEL, SEBRAE Nacional. 2000.

BARROS, Alexandre Rands, **A política de clustering e a economia do Nordeste**. PIMES/UFPE, Recife: setembro/1999.

CAMPOS, Luis Henrique Romani ; CAMPOS, Mabel Jaqueline Carmona de, **Competitividade do Setor Têxtil Brasileiro: uma abordagem a nível estadual**. Fortaleza: BNB, 2005.

CAMPOS, Mabel Jaqueline Carmona de ; MOUTINHO, Lúcia Maria Góes; CAMPOS, Luis Henrique Romani . **Reestruturação produtiva e qualidade do emprego formal na indústria têxtil: um estudo comparativo entre as regiões Nordeste e Sul**. In: III Encontro regional de Estudos do Trabalho – ABET, 2000.

CLINE, William R. **Doha can achieve much more than skeptics expect**. Finance & Development, Março/2005.

Delloite Research. **Quotas End, Uncertainty continues – Understanding the impacts of the Agreement on Textiles and Clothing**. Delloite Research Study. 2005

DIAS JUNIOR, Aluisio Alves. **Potencialidade exportadora das micro e pequenas empresas do estado de Pernambuco**. Dissertação de mestrado, UFPE, 2005.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **PIB local supera média do país**. Especial 50 anos Toritama. Recife: quinta-feira – 22/01/2004.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Um pólo têxtil para competir com os chineses**. Recife: Domingo – 08/01/2006.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Caruaru sedia evento de moda**. Recife: Domingo – 05/03/2006.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Confeções respondem por 15% do mercado.** Recife: Domingo – 23/04/2006.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **A nova fronteira do desenvolvimento.** Recife: Domingo – 07/05/2006.

Estudo de caracterização econômica do Pólo de confeções do agreste Pernambucano. SEBRAE/PE, maio/2003.

FRANÇOIS, Joseph F.; SPINANGER, Dean . **Liberalizing Quotas on Textile and Clothing: Has the ATC actually worked?.** Junho/2004.

GALVÃO, Olímpio J. Arroxelas; VERGOLINO, José Raimundo O., **O comércio e a inserção competitiva do Nordeste no exterior e no Brasil.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2004.

_____, Olímpio J. Arroxelas, **O Nordeste e as negociações multilaterais de comércio – Do GATT a OMC.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2000.

HIDALGO, Álvaro Barrantes; DA MATA, Daniel Ferreira Pereira, **A especialização do Nordeste Brasileiro e do estado de Pernambuco no comércio exterior.** Recife: PIMES/UFPE, Novembro/2003.

Ianchovichina, Elena; MARTIN, Will, **Evaluating accession to WTO by China and Chinese Taipei.** 3^o Annual Conference on Global Economic Analysis. May/2002.

IEMI. **BRASIL TÊXTIL 2005 – Relatório Setorial da Cadeia Têxtil Brasileira.** 2005.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Crise da vicunha gera apreensão.** Recife: Sábado – 08/04/2006.

KRUGMAN, Paul R. ; Obtsfeld, Maurice. **Economia Internacional: Teoria e Política.** São Paulo: 5^a edição, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade, **Fundamentos da Metodologia Científica.** São Paulo: 6^a edição, 2005.

MAYER, Jörg. **NOT TOTALLY NAKED: TEXTILES AND CLOTHING TRADE IN A QUOTA FREE ENVIRONMENT.** UNCTAD, Dezembro/2004.

MONTEIRA, Dulce Corrêa; SANTOS, Ângela Maria Medeiros. **Cadeia têxtil: estruturas e estratégias no comércio exterior.** BNDES Setorial. Rio de Janeiro: Março/2002.

NORDAS, Hidegunn Kyvik. **THE GLOBAL TEXTILE AND CLOTHING INDUSTRY POST THE AGREEMENT ON TEXTILES AND CLOTHING**. Discussion paper nº 05. World Trade Organization, 2004.

NORONHA, Eduardo G. **Política industrial e ambiente institucional na análise de arranjos produtivos locais**, Texto para discussão 1076, IPEA, 2005.

PORTER, M. **Clusters and the new economics of competition**. Harvard business Review, p.77-90, nov/dez, 1998

_____, M. **Competição**. 2ª edição, Editora Campus, São Paulo:2000.

PROCHNIK, Victor. **A cadeia têxtil/confecções perante os desafios da Alca e do acordo comercial com a UE**. ECONOMIA. Niteroi: jan-jun/2003.

_____, Victor. **Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio (Cadeia Têxtil e confecções)**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Dezembro/2002.

PUGA, F.P. **Alternativas de apoio a MPME's localizadas em Arranjos Produtivos Locais**. IPEA, texto para discussão nº99, 2004.

Relatório Anual da OMC – base 2003. (www.wto.org)

Relatório Anual da OMC – base 2004. (www.wto.org)

SACHS, Jeffrey. Trad. Pedro Maia Soares, **O fim da pobreza**. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

SALVATORE, Dominick. **Economia internacional**. LTC, Rio de Janeiro: 2000

SANTOS, Gustavo Antônio Galvão et al, **Arranjos produtivos locais, política industrial e desenvolvimento**. BNDES, 2004.

SICSÚ, Abraham; LIMA, João Policarpo, **Cadeias produtivas, cadeias de conhecimento e demandas tecnológicas no Nordeste: Análise de potencialidades e estrangulamentos**. Recife: PIMES/UFPE, Junho/2001.

TAN, Junyuan Christopher. **The Liberalization of Trade in Textiles and Clothing: China's impact on the ASEAN economies**

VALOR ECONÔMICO. **Pólo do Agreste moderniza-se e cresce**. Terça-feira – 24/05/2005.

VALOR ECONÔMICO. **China revoga tarifas têxteis antes de negociar com EUA**. Terça-feira – 31/05/2005.

VALOR ECONÔMICO. **Excesso de produção chinês deve acirrar disputas comerciais.** Terça-feira – 14/06/2005.

VALOR ECONÔMICO. **China aceita limitar venda de têxteis à UE.** Quarta-feira – 15/06/2005.

VALOR ECONÔMICO. **China desloca fornecedor tradicional.** Segunda-feira – 20/06/2005.

VALOR ECONÔMICO. **Projeto do governo adota negociação pré-salvaguarda.** Quarta-feira – 22/06/2005.

VALOR ECONÔMICO. **Barreiras contra a China causam polêmica entre SECEX e Itamaraty.** Sexta-feira – 24/06/2005.

VALOR ECONÔMICO. **Compra americana de têxteis da China já atinge cota.** Segunda-feira – 11/07/2005.

VALOR ECONÔMICO. **Participação da China nas importações quadruplica em 6 anos.** Quinta-feira – 12/01/2006.

VALOR ECONÔMICO. **Acordo limita entrada de 60% dos têxteis chineses.** Sexta-feira – 10/02/2006.

VALOR ECONÔMICO. **Indústria do Brasil contrata produção na China.** Quinta-feira – 23/02/2006.

VALOR ECONÔMICO. **A etiqueta made-in-italy rende-se ao custo chinês.** Quinta-feira – 02/03/2005.

VALOR ECONÔMICO. **Importador eleva compra de têxteis na China para escapar das cotas.** Quinta-feira – 23/03/2006.

VALOR ECONÔMICO. **Consumidor não compra moda, mas o básico bem feito.** Quarta-feira – 24/05/2006.

VIANA , Fernando Luiz Emerenciano. **A INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES NO NORDESTE: CARACTERÍSTICAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES.** ETENE/BANCO DO NORDESTE. Fortaleza: 2005.

10 Anexos

10.1 Modelo mala-direta

Recife, 29 de março de 2006.

Prezado Sr(a)

Sabe-se que o setor de confecções em Pernambuco é de fundamental relevância para a economia de Pernambuco, pois gera emprego e renda para milhares de pessoas.

Diante desta constatação resolvi apresentar como proposta de pesquisa na **Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Economia / PIMES**, um estudo sobre este setor, identificando como funciona, suas virtudes e vantagens em relação a outros concorrentes externos (em outros estados ou países), bem como os riscos potenciais e fragilidades existentes na produção e comercialização da “**Moda**” Pernambucana.

Dentro do estudo, já realizamos algumas entrevistas com autoridades, representantes de classe, associações comerciais. Para conclusão deste trabalho, que deverá estar finalizado e será apresentado até o mês de junho de 2006, será agora necessário aplicar um questionário individualmente a algumas empresas do setor, escolhidas de acordo com critérios pré-definidos dentro de nossa pesquisa.

O questionário consta de 10 perguntas, simples, diretas e objetivas. Nenhuma das perguntas é obrigatória de ser respondida nem tampouco iremos abordar questões estratégicas e internas a sua empresa, já que este não é o objetivo do trabalho desenvolvido. Imaginamos que a aplicação do mesmo não deverá tomar mais que 15 minutos. São 15 minutos que irão representar muito para a conclusão e o diagnóstico que nos propusemos a realizar.

Desta forma, vimos solicitar sua gentil participação ao receber nosso entrevistador nos próximos dias. Após a apresentação deste trabalho à Banca Examinadora da Universidade Federal, pretendemos agendar algumas apresentações de seus resultados em outras faculdades ou mesmo nas associações comerciais, para que tais resultados sejam discutidos com vocês, empresários do setor (e que cordialmente nos receberam), ponto chave do nosso estudo, para que possamos então discutir sobre os resultados alcançados.

Se tiver alguma dúvida ou comentário sobre nosso trabalho, sinta-se a vontade para realizar através do fone 81-88023937 ou utilizando o e-mail clucara@terra.com.br. No verso desta página encontra-se uma declaração de vínculo emitida pela UFPE informando desta pesquisa.

Agradecemos sua atenção, antecipando nosso agradecimento por sua valiosa participação.

***Carlos Augusto C L Araújo , mestrando
Dr. Álvaro Barrantes Hidalgo, orientador.***

10.2 Modelo questionário



FORMULÁRIO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA

PARTE I – IDENTIFICAÇÃO DE COMPETITIVIDADE

1) Dos itens abaixo, sua empresa já participou de

- Feiras e congressos; Eventos promovidos pelo SEBRAE ou Sindvest.
 Reunião de Associação Comercial
 Treinamentos técnicos (Centro tecnológico da Moda, SENAC, SENAI)

2) Número de pontos de venda _____ / funcionários _____

- também possui representantes da marca;
Se trabalhar APENAS marca própria , o tempo que a mesma existe _____ anos.

3) Infra-estrutura de informática existente na empresa

- Não existe computador 1 computador
 2 a 5 computadores Mais de 5 computadores;

4) Utiliza a estrutura de informática para

- Sistemas de controle de estoque / financeiro;
 Planilhas eletrônicas / Processadores de texto;
 Utilização de internet;
 Criação e modelagem de seus produtos;
 E-mail;
 Outros (Especifique: _____)
 Não sabe / não utiliza.

5) Quais das ações já foram, são ou serão implementadas na sua empresa ainda este ano, com uma probabilidade maior que 90 %?

- Investimento em treinamento e qualificação;
 Consultoria;
 Formação superior dos donos / gerentes;
 Políticas de incentivo aos funcionários (Participação nos lucros, etc);
 Investimento em publicidade;
 Abertura de novos pontos de venda;
 Aquisição de novos equipamentos;
 Contratação de pessoal de criação / desenho de novos produtos;
 Obtenção de empréstimo para aumentar a fábrica / abrir nova loja / ampliar a produção/etc;

PARTE II – IDENTIFICAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS (apenas POLO)

6) No relacionamento com outros comerciantes locais (Caruaru, Toritama, Santa Cruz, etc), concorrentes ou não, sua empresa:

- Ajudou/ajudaria na solução de algum problema técnico do outro;
- Emprestou/emprestaria alguma(s) de suas máquinas;
- Fez/Faria compra conjunta de tecido ou aviamentos para baratear os preços;
- Comprou/compraria conjuntamente um equipamento que sozinho não teria como comprar;
- Participou/participaria da criação de instituição de crédito própria dos empresários;
- * Este último item deve ser explicado ao empresário como seria; Cada empresário depositaria mensalmente no Banco do Brasil um valor X, recurso esse que seria gerido conjuntamente pelo Banco, pelo SEBRAE e pela Associação Comercial Local.*

7) Atribuindo uma nota de 0 a 10 (0 péssimo, 10 ótimo, como o sr avalia as participações das seguintes entidades na obtenção do sucesso do comércio local)

- Governo do estado
- Prefeitura
- Sebrae
- Sindvest;
- Associações comerciais;
- Os próprios empresários;

PARTE III – IDENTIFICAÇÃO DE AUMENTO DA CONCORRÊNCIA EXTERNA

8) No ano de 2005 o sr percebeu aumento na concorrência à seus produtos ou aos produtos produzidos localmente em relação aos produtos importados ?

- Sim (Especifique a origem, se puder: _____)
- Não
- Não sei.

9) No ano de 2005 a empresa adquiriu matéria-prima importada (tecido, aviamentos, etc) em maior quantidade que em 2004 ou 2003 ?

- Sim (Especifique a origem, se puder : _____)
- Não.
- Não sei.

10) Tendo como base o ano de 2005 em relação a anos anteriores, sua empresa

- Aumentou, manteve ou diminuiu o faturamento;
- Contratou, manteve ou diminuiu o número de funcionários;
- Aumentou, manteve ou diminuiu o preço médio dos produtos;
- Aumentou, manteve ou diminuiu a diversidade de produtos;
- Aumentou, manteve ou diminuiu a qualidade dos produtos;